

España

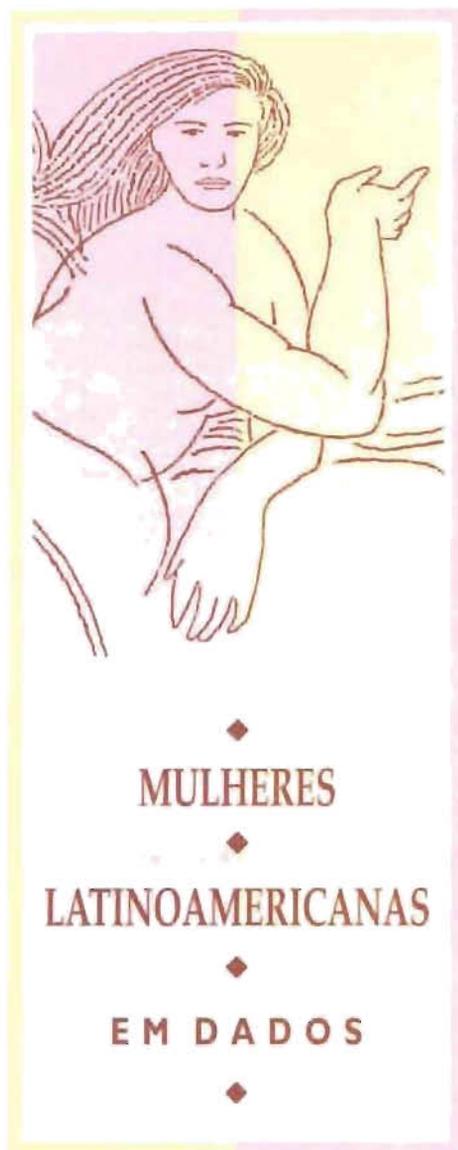
Instituto Latinoamericano



FLACSO
Facultad Latinoamericana
de Ciencias Sociales

Com a colaboração de
UNICEF, UNIFEM, FNUAP e FLACSO-Brasil

BRASIL



COORDENADORES

TERESA VALDES
ENRIQUE GOMARIZ

COORDENADORA GERAL LOCAL
JACQUELINE PITANGUY

COORDENADORAS TEMÁTICAS
HELENA BOCAYUVA ■ LEILA LINHARES BARSTED
Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação, CEPIA

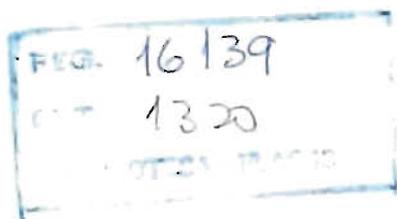
PESQUISADORES LOCAIS
ANIBAL VILELA ■ CARLOS MANOEL ROMANI ■ PATRICIA GRECCO ■ LEILAH BORGES DA COSTA
MARIA APARECIDA SCHUMAHER ■ ZULEICA CALVACANTI DE OLIVEIRA
COM A COLABORAÇÃO DA FLACSO-BRASIL

TRADUÇÃO

Florencia Galán

Edição original em castelhano :
Mujeres Latinoamericanas en Cifras-Brasil

305
V144 mbr
ej. 2



© 1993 Instituto de la Mujer, Ministerio de Asuntos Sociales de España e Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, FLACSO.
Inscrição Nº 85.917. Proibida sua reprodução.

Editado pelo Instituto de la Mujer (Almagro, 36 - 2ª planta, 28010 Madrid, Fax (341) 3199178) e FLACSO-Chile (Leopoldo Urrutia 1950, Santiago, Fax (562) 2741004).
ISBN 956-205-055-6

ISBN 956-205-046-7 para a edição em castelhano.

ISBN 956-205-044-0 para a Série.

Primeira edição : 2.000 exemplares. Integralmente produzida em Santiago do Chile, 1993.

Direção editorial e de produção
Capa e desenho geral *

Susana Levy
PROYECTOS CORPORATIVOS
Gonzalo Castillo (Direção de Arte)
Pedro Cerda (Desenho e diagramação)

Realização das ilustrações
Desenho das ilustrações

Jorge Lillo
Guillo Bastías
Jorge Lillo

Assistente de ilustração
Produção gráfica computacional

Alvaro Muñoz
A•DOS DISEÑADORES
Oswaldo Aguiló (Direção de produção gráfica)

Correção de prova

María Soledad Feliú
María Eugenia Pavez

Pré-impressão
Impressão

LASFR Ltda.
Salvianos

* A diagramação procurou manter os elementos de continuidade necessários em relação ao volume espanhol La Mujer en Cifras, editado pelo Instituto de la Mujer, Ministerio de Asuntos Sociales de España, e desenhado por Carlos Sendin.

ÍNDICE

Mulheres Latino-Americanas		6
Mulheres no Brasil		8
IDENTIFICAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO PAÍS	11	
A produção interna	12	
O setor externo	14	
Poupança, investimento e gasto fiscal	16	
A pobreza e a distribuição da renda	18	
DEMOGRAFIA	19	
População	21	
Idades da população	25	
Fecundidade	27	
Distribuição espacial	29	
Composição étnica	30	
Situação conjugal	32	
Família e chefia da família	36	
TRABALHO	39	
Participação econômica	41	
Estrutura ocupacional	45	
Desemprego	52	
Subemprego	54	
Ocupação e nível educacional	55	
Diferenças salariais	56	
O setor informal	58	
EDUCAÇÃO	59	
Analfabetismo	61	
Estudos adquiridos	63	
Matrícula pública	65	
Educação pré-escolar	66	
Ensino primário	67	
Rendimento escolar	68	
Educação média	69	
Capacitação profissional	71	
Ensino superior e universitário	72	
Escolha de carreira universitária	73	
Mulheres docentes	74	
SAÚDE	75	
Esperança de vida	77	
Sistema e condições de saúde	78	
A mortalidade e suas causas	80	
Morbidade	84	
Saúde reprodutiva		
Gravidez de risco	86	
Mortalidade materna	87	
Interrupção voluntária da gravidez	88	
Controle da fecundidade	89	
Natalidade desejada	90	
LEGISLAÇÃO	91	
Direitos políticos e garantias constitucionais	93	
Direito de família	94	
Direito penal	97	
Direito do trabalho	99	
Direitos reprodutivos	101	
PARTICIPAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA	103	
Cidadania e eleições	105	
Poder Executivo	107	
Poder Legislativo	109	
Poder Judiciário	111	
Partidos políticos	112	
Organizações sociais	113	
Opiniões	117	
Violência contra a mulher	118	
ORGANISMOS E AÇÃO DE PROMOÇÃO DA MULHER	119	
Ação estatal	123	
Organismos não governamentais	126	
Organizações sociais de mulheres	127	
Organismos internacionais	132	
OBSERVAÇÕES METODOLÓGICAS	133	

AGRADECIMENTOS

A equipe coordenadora do Projeto Mulheres Latino-Americanas em Dados, agradece a colaboração de:

- Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL).
- Programa Regional do Emprego para a América Latina e o Caribe (PREALC).
- Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).
- Centro Latino-Americano de Demografia (CELADE).
- Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) - Escritório Regional para a América Latina e o Caribe.
- Organização Pan-Americana da Saúde (OPS).
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).
- Centro Regional de Informática da Mulher (CRIM), Comissão Inter-Americana de Mulheres, OEA.

FLACSO-Brasil agradece a contribuição de:

Ministério das Relações Exteriores Agência Brasileira de Cooperação (ABC) • Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) • Fundo das Nações Unidas para Atividades Populacionais (FNUAP) Fundação Ford Fundação Memorial da América Latina Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Agradecemos ainda a colaboração de:

- Silvia Yannoulas, Marly Silveira e Alba Lucía Fausto Moura (FLACSO-Brasil).
- Dayse Kinzo (UNIFEM-FNUAP).
- Ana Maria Brasileiro e Mónica Muñoz Vargas (UNICEF).
- Branca Moreira Alves (UNIFEM).
- Paulo de Tarso Santos e Edmur Fonseca (Fundação Memorial da América Latina).
- Fundação Carlos Chagas.
- Marina Gomes Damião (CEPIA).

MULHERES LATINO-AMERICANAS EM DADOS RESPONSÁVEIS POR ÁREA E PAÍS

COORDENAÇÃO REGIONAL FLACSO CHILE

Coordenadora Regional
Coordenador Metodológico

Teresa Valdés
Enrique Gomáriz
Ninoska Damianovic
Hernán Pozo
Susana Levy

Coordenadora Editorial

SUB-REGIÃO MÉXICO, CENTRO-AMÉRICA E O CARIBE COORDENAÇÃO: FLACSO COSTA RICA

Coordenadora Sub-Regional

Ana Isabel García

MÉXICO

FLACSO México

Alicia Martínez

CUBA

Federación de Mujeres Cubanas *

Mercedes Verdeses

PANAMÁ

Consultora Independente

Enriqueta Davis

REPÚBLICA DOMINICANA

CIPAF *

Gisela Quiterio

COSTA RICA, GUATEMALA,

HONDURAS, EL SALVADOR,

NICARAGUA

FLACSO Costa Rica

Ana Isabel García

SUB-REGIÃO ANDINA

COORDENAÇÃO: FLACSO EQUADOR

Coordenadora Sub-Regional

Alicia Ponce

EQUADOR

FLACSO Ecuador

Alicia Ponce, Gladys Palán e Alexandra Àicome

COLÓMBIA

Universidad de Los Andes

Carmen Elisa Flores

VENEZUELA

Consultora Independente

Magaly Huggins

PERU

IEP-Peru

Cecilia Blondet

BOLÍVIA

FLACSO Bolivia

Ivonne Farah

SUB-REGIÃO BRASIL E CONE SUL

COORDENAÇÃO: FLACSO CHILE

Coordenadora Sub-Regional

Angela Villalobos (primeiro ano) e Teresa Valdés

ARGENTINA

FLACSO Argentina

Rosalía Cortés

BRASIL

CEPIA *

Jacqueline Pitanguy, Leila Linhares e Helena Bocayuva

PARAGUAI

CDE

Olga María Zarza

URUGUAI

CIEDUR

Rosario Aguirre

* Por convênio com FLACSO no País respectivo

MULHERES LATINO-AMERICANAS



mulheres Latino-Americanas em Dados constitui um primeiro esforço global e sistemático para dar conta da condição das mulheres num continente com cores e geografias múltiplos, mas também afetado por dolorosos conflitos políticos, sociais, étnicos, culturais e econômicos.

A condição de subordinação das mulheres, amplamente debatida no mundo inteiro e por cuja mudança as próprias mulheres há anos vêm lutando, é hoje uma realidade irrefutável. De fato, em 1975, a Organização das Nações Unidas celebrou o Ano Internacional da Mulher e uma conferência no México, dando início ao Decênio da Mulher, sob o lema "Igualdade, Desenvolvimento e Paz". Em 1979, formulou e aprovou a "Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher", ratificada posteriormente por numerosos países. Em 1980, celebrou em Copenhague uma conferência para avaliar a metade do Decênio e, em 1985, uma conferência final em Nairobi, onde foram elaboradas as "Estratégias de Nairobi orientadas ao futuro, para o avanço da mulher", e programou-se uma outra reunião de avaliação para 1995.

A universalidade da discriminação à que estão sujeitas as mulheres, não oculta as modalidades específicas que assume em cada sociedade, de acordo com sua história e sua cultura. Na América Latina, sua particularidade tem raízes profundas e relaciona-se à própria conformação da região, através dos processos de conquista, mestiçagem, colonização e posterior independência dos Estados nacionais. A organização social do ser feminino e do ser masculino, e o código de relações entre eles, baseiam-se numa combinação de raças -um "nós" e os "outros"- delimitando os espaços simbólicos e as identidades atribuídas a cada gênero. As matrizes culturais que sustentam a condição das mulheres foi estudada em diferentes pesquisas, mas excedem o objetivo desta publicação.

"Mulheres Latino-Americanas" também é plural, porque a América Latina é uma região de realidades sociais heterogêneas, onde a chamada "modernização" foi vivida de maneira desigual. A transição demográfica, desde um crescimento populacional elevado para um outro mais restrito, devido fundamentalmente à queda da fecundidade, e ao nascimento de novos padrões e expectativas de vida para as mulheres, apresenta um perfil zigzagante entre os diferentes países.

As crises econômicas das últimas décadas, principalmente a dos anos oitenta, provocaram estragos neste países. Os governos reagiram, implementando sistemas de ajuste econômico que ampliaram a indigência, acentuaram as diferenças entre ricos e pobres, e obrigaram a buscar novas formas de sobrevivência, nas quais as mulheres implicaram-se majoritariamente. O surgimento de regimes autoritários ou ditatoriais, com sua seqüela de insegurança, repressão, morte e exílio, afetou especialmente a situação socio-política global e a ação coletiva das mulheres. Após o restabelecimento dos governos democráticos na região, vivem-se tempos de incerteza e as mulheres enfrentam os desafios representados pelas mudanças tecnológicas, econômicas e do poder mundial, no marco da vulnerabilidade política e econômica das democracias, e da séria crise ecológica. Neste difícil

contexto, permanecem a discriminação, a invisibilidade e a desvalorização da contribuição das mulheres ao processo social.

“Mulheres Latino-Americanas em Dados” pretende converter-se num instrumento para transformar essa situação. Com essa finalidade, elaborou um diagnóstico sobre a condição feminina no tocante a diversas áreas temáticas, utilizando a informação disponível (veja-se o capítulo Observações Metodológicas). Através dele, pretende dar conta da diversidade existente em cada país entre os setores urbanos e rurais, os níveis sócio-econômicos e as etnias, apesar da limitação de não contar para todos os países com fontes adequadas para fazer comparáveis os dados, e da inexistência de informação sobre alguns temas selecionados. Particularmente reduzida é a informação relativa à participação sócio-política das mulheres e às suas organizações e formas de ação coletiva.

A pesquisa foi realizada pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO), em dezenove países da região. Neste sentido, a FLACSO celebrou acordos com profissionais e instituições nos países onde não dispõe de sede própria, e gerou uma rede de especialistas cujo impacto já é notável em vários países.

A elaboração deste projeto foi possível graças à acolhida, à sensibilidade e ao patrocínio do Instituto de la Mujer de España (Ministerio de Asuntos Sociales). Também contou com a colaboração da Sociedad Estatal Quinto Centenario.

Através desta publicação, os resultados da pesquisa ficam à disposição das instituições, organismos e pessoas interessadas na melhoria da condição das mulheres latino-americanas e, muito especialmente, das próprias mulheres e de suas organizações em toda a região.

MULHERES NO BRASIL



raçar um perfil das mulheres brasileiras significa enfrentar, simultaneamente, a diversidade e a semelhança. Embora por um lado, as diferenças de classe e de raça especificam a vivência da condição feminina, por outro lado, a assimetria da relação entre homens e mulheres neste País, constitui um elemento estrutural de suas leis, seu mercado de trabalho e sua vida política. Ao mesmo tempo, a diversidade geográfica e étnica origina uma grande heterogeneidade de situações e de acesso aos recursos sociais e políticos destinados a melhorar a condição feminina.

Históricamente, significativos setores de mulheres participaram nos processos sociais e políticos do País mesmo antes de obter a plena cidadania (1932). Sua presença nas grandes lutas sociais pela paz e a democracia é inegável. No entanto, seguindo o curso de um processo político acidentado, marcado por prolongados períodos de autoritarismo, somente nos últimos quinze anos a mulher aparece na arena política, como ator público importante, lutando por um espaço na dinâmica do poder e tornando-se visível em seu combate contra a violência doméstica e sexual, contra leis e práticas discriminatórias, por seus direitos reprodutivos e pela criação de espaços institucionais. Neste período ocorre uma mudança importante em sua participação sócio-política e uma transformação no marco legal do País, traduzida na Constituição de 1988.

As mulheres brasileiras modificaram notavelmente seu perfil demográfico nos últimos quarenta anos, embora com ritmos tão diferentes segundo as grandes regiões do País, que pode-se falar da coexistência de diferentes estágios de transição demográfica em seu vasto território. De qualquer maneira, em média, elas já são principalmente urbanas, adultas-jovens e reduziram à metade o número de filhos nascidos durante sua vida fértil. E declaram chefiar uma quinta parte do total de famílias do País.

Nas últimas duas décadas aconteceram modificações importantes na inserção da mulher no mercado de trabalho, com um forte aumento de mulheres na População Economicamente Ativa, que no fim dos anos oitenta representavam 35% da mão-de-obra brasileira. Sua taxa de participação econômica é hoje uma das mais altas da América Latina (perto de 40%). No entanto, ocupam os níveis mais baixos da escala ocupacional, padecem um forte subemprego e obtêm um salário médio que é somente 54% daquele que percebem os homens, o que significa uma das brechas salariais mais notáveis da América Latina.

As brasileiras melhoraram consideravelmente sua condição educativa em relação à dos homens, apresentando atualmente matrículas semelhantes ou inclusive superiores às deles nos distintos níveis do sistema; no entanto, compartilham com os homens um dos quadros sócio-educativos mais desiguais e discriminatórios da América Latina, onde somente 16% da população ultrapassa o ensino primário. Isto quer dizer que amplos setores de mulheres sofrem deficiências educacionais, especialmente entre as mulheres rurais, negras ou de baixo nível sócio-econômico.

As condições de saúde das mulheres também são notavelmente desiguais. Às diversas estruturas demográficas e à diferente situação sanitária geral (habitacional, nutricional, etc.) que separam o Norte do Sul, soma-se uma oferta de serviços radicalmente elitista, que acentua a dualização sanitária do País. Isto é evidente também no âmbito da saúde reprodutiva: mulheres pobres, negras e pardas ou de zonas rurais, utilizam em menor medida os meios anticonceptivos, e, quando o fazem, recorrem majoritariamente à esterilização.

A incorporação das brasileiras a cargos de poder -executivo, legislativo e judiciário, a nível estadual e federal- é particularmente lenta em relação ao resto da América Latina. Em 1982, pela primeira vez, uma mulher ocupou uma pasta ministerial e, em 1978, uma mulher foi eleita suplente para o Senado Federal. Na cúpula judicial, sómente o Tribunal Superior do Trabalho conta com uma mulher.

No entanto, a dinâmica e criatividade do movimento de mulheres, que renasceu com motivo do Decênio das Nações Unidas para a Mulher (1975-1985), desencadeou um processo de mudanças favoráveis às mulheres, tanto na nova Constituição (1988), como no desenvolvimento e implementação de vários programas de ação governamentais e não governamentais. É o caso dos Conselhos dos Direitos da Mulher e das Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher Vítima de Violência. Mas sua presença prioritária em movimentos sociais e espaços locais diminui o impacto nas altas esferas de toma de decisões. Por outro lado, a grande heterogeneidade geográfica, étnica e social, outorga ao Brasil características peculiares e suscita desafios para que os avanços conseguidos pelo movimento de mulheres cheguem efetivamente a todas as brasileiras.

O projeto Mulheres Latino-Americanas em Dados, foi desenvolvido no Brasil por CEPIA (Cidadania, Estudos, Pesquisa, Informação e Ação), mediante um convênio com a FLACSO-Brasil. Foi possível graças ao concurso, além do Instituto de la Mujer del Ministerio de Asuntos Sociales de España, de organismos das Nações Unidas com sede no Brasil. De fato, a realização deste projeto estimulou a cooperação entre agências das Nações Unidas, que prestaram um apoio articulado, permitindo uma concatenação de esforços indispensável num País tão grande e complexo.

Estas agências são o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), o Fundo das Nações Unidas para Atividades Populacionais (FNUAP) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). A Fundação Ford também apoiou o estudo no capítulo de legislação. Finalmente, a Fundação Memorial da América Latina proporcionou o espaço, em São Paulo, para a realização do seminário final do projeto Mulheres Latino-Americanas em Dados, concretizando a fraternidade da América Latina no Brasil. Os nossos sinceros agradecimentos a todas estas instituições.

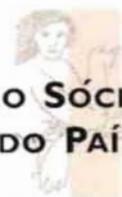
AMÉRICA LATINA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Capital	Brasília
Superfície	8.511.965 Km ²
População	149.041.943 habitantes (1990)
Independência	: 7 de setembro de 1822
Moeda	: Cruzeiro
Presidente	: Itamar Franco (substituí a Fernando Collor de Melo para completar o período março 1990 - março 1995)

IDENTIFICAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO PAÍS



Em geral, o desenvolvimento sócio-econômico do Brasil durante os anos oitenta, representa um exemplo exacerbado da problemática latino-americana dessa década. De fato, demonstra como um país, ao perceber os primeiros efeitos da crise mundial dos setenta, tenta sustentar o seu elevado crescimento enfatizando os traços do modelo, apesar do endividamento externo, e, com a prolongação da crise mundial, acaba recorrendo à combinação que resultou fatal no decênio: níveis de dívida muitos elevados e estagnação econômica intensa.

Evidentemente, isto relaciona-se com o processo impulsionado até então, que, no caso do Brasil, apresenta antecedentes peculiares. O desenvolvimento expansivo para dentro, no qual o crescimento do mercado interno encontrava-se diretamente ligado à ampliação da participação política, foi interrompido em 1964 mediante o golpe de Estado, que inaugurou um longo período de governos militares. Assim, entre 1964 e 1968, o manejo da política econômica contou com a possibilidade de comprimir as demandas sociais e, em particular, de reduzir o custo do fator trabalho. Nessas circunstâncias, promoveu-se uma política exportadora que visava combinar os produtos primários com outros procedentes do setor industrial, ao mesmo tempo em que desenvolvia-se um mercado interno segmentado, cujo dinamismo originava-se na esfera de consumo

dos setores de rendas elevadas (que no fim dos anos sessenta, em um país com a dimensão do Brasil, alcançavam uns dez milhões de pessoas).

Na etapa posterior, isto é, entre 1969 e 1976, este modelo apresentou seus melhores resultados, através de um incremento apreciável do PIB geral e per capita, que atingiu níveis de 9,5% em 1968, 13,9% em 1973 e 10,3% em 1976. Este desenvolvimento foi impulsionado por um setor industrial que fornecia para um mercado interno dual (mas que também incrementava o seu dinamismo em níveis médios da massa assalariada) e consolidou-se no mercado externo (principalmente no que tange aos setores de transporte, máquinas, energia elétrica e química).

O modelo funcionou eficientemente até 1974, quando aconteceu a crise internacional que gerou a contração do comércio mundial e o aumento nos preços do petróleo. A partir de meados dos anos setenta, o modelo brasileiro viu-se obrigado a incrementar os já elevados níveis de atividade do comércio exterior, seja nas importações ou nas exportações. Na medida em que o balanço comercial evoluía de maneira negativa, apelava-se ao recurso da dívida, que rapidamente atingiu níveis significativos. No início dos oitenta, o maior volume de dívida externa no mundo correspondia ao Brasil.

Finalmente, em 1982, a economia brasileira viu-se enfrentada a uma recessão generalizada: por um lado, como resultado da crise mundial, as exportações experimentaram uma acentuada contração e, pelo outro, os bancos externos cessaram de outorgar novos empréstimos. Isto, quando o serviço da dívida atingia já quase a totalidade (98,5%) das receitas procedentes das exportações. Entre 1981 e 1983, o PIB, pela primeira vez em muito tempo, experimentou um crescimento negativo: -4,4% em 1981 e -3,3% em 1983. Por conseguinte, decretou-se um plano de ajuste geral.

As tensões sociais derivadas desse ajuste contribuíram a agudizar a necessidade de uma mudança política em direção à democracia, para buscar, a partir dela, uma saída sócio-econômica. No entanto, a recuperação que começou a perceber-se em 1985, logo denotou suas fragilidades. Talvez a mais importante delas seja o desequilíbrio estrutural evidenciado pela imensa dificuldade para controlar a espiral inflacionária. A partir de 1987, novos sintomas recessivos surgiram: em 1988, o PIB estagnou-se e, em 1990, o seu crescimento foi mais uma vez negativo. Depois de 1991, a crise econômica viu-se interligada a evidências de instabilidade política e institucional, moderadas pela consolidação do processo de democratização resultante do afastamento e substituição constitucionais do Presidente da República em 1992.

A PRODUÇÃO INTERNA

Depois de um prolongado período de crescimento, cujo ponto culminante foi o ano de 1973, e que durou até os inícios dos oitenta, o produto interno do Brasil atravessou uma década de flutuações para a baixa, que ainda ocorrem em 1992. Durante a fase expansiva, a média de incremento anual do PIB duplicou amplamente a taxa de incremento populacional, enquanto na década recessiva essa

média (aproximadamente 2%), não conseguiu atingir o ritmo de incremento da população.

O incremento do PIB originou-se, não só na performance eficiente do setor externo -conforme acredita-se habitualmente- mas, também, na vigorosa expansão do mercado interno, especialmente entre 1969 e 1976, quando as taxas de aumento deste mercado situaram-se acima

das -já elevadas- correspondentes ao aumento das exportações.

No intuito de satisfazer as demandas -interna e externa- desenvolveram-se os três setores da economia; contudo, foram a indústria e os serviços os que cresceram proporcionalmente, em prejuízo do setor agrícola. O setor industrial expandiu-se em distintos níveis, desde a indústria pesada

CRIAÇÃO E GASTO DO PRODUTO INTERNO BRUTO 1980-1990

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
PIB ⁽¹⁾	243,5	232,8	234,3	226,6	238,0	257,7	277,4	286,9	287,2	296,5	285,4
Taxa de incremento	9,1	-4,4	0,6	-3,3	5,0	8,3	7,6	3,4	0,1	3,2	-3,8
PIB/habitante ⁽²⁾	2,0	1,9	1,8	1,7	1,8	1,9	2,0	2,0	2,0	2,0	1,9
Taxa de incremento	8,2	-6,5	-1,6	-5,4	2,8	6,0	5,3	1,3	-1,9	1,2	-5,7

PIB POR SETORES PRODUTIVOS

Agricultura ⁽³⁾	25,6	27,7	27,5	27,4	28,3	31,1	28,6	32,9	33,2	34,1	32,9
Taxa de incremento	-	8,0	-0,5	-0,6	3,3	10,0	-8,0	15,0	0,8	2,9	-3,7
% do PIB	10,5	11,9	11,8	12,1	11,9	12,1	10,3	11,5	11,6	11,5	11,5
Indústria ⁽³⁾	99,9	90,4	90,2	84,3	89,5	96,9	108,5	109,4	106,0	109,1	100,3
Taxa de incremento	-	-9,5	-0,3	-6,5	6,2	8,2	11,9	0,9	-3,2	3,0	-8,1
% do PIB	41,0	38,8	38,5	37,2	37,6	37,6	39,1	38,1	36,9	36,8	35,1
Serviços ⁽³⁾	118,0	114,7	116,6	114,9	120,2	129,7	140,3	144,5	148,1	153,3	152,2
Taxa de incremento	-	-2,8	1,6	-1,4	4,6	7,9	8,1	3,0	2,4	3,5	-0,7
% do PIB	48,5	49,3	49,8	50,7	50,5	50,3	50,6	50,4	51,6	51,7	53,3

GASTO TOTAL DO PIB (%) ⁽³⁾

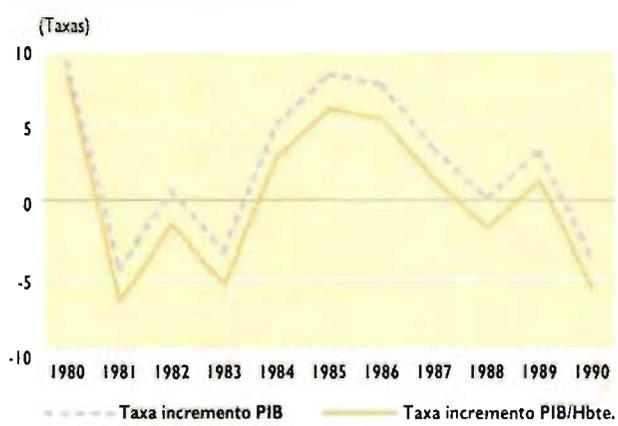
Gasto fiscal	9,2	9,4	10,1	9,5	8,3	9,9	10,7	12,2	12,6	14,3	15,6
Gasto privado	69,7	68,2	69,7	71,6	70,3	65,8	67,8	62,3	59,4	57,6	60,9
Varição de existências	0,4	-	-0,4	-1,4	-1,1	2,2	⁽⁴⁾	⁽⁴⁾	⁽⁴⁾	⁽⁴⁾	⁽⁴⁾
Formação de capital fixo	22,9	22,9	21,4	17,9	16,9	16,9	19,1	22,3	22,8	24,9	21,7
Exportação bens e serviços	9,1	9,4	7,5	11,3	13,5	12,2	8,8	9,5	10,9	8,3	7,2
Importação bens e serviços	-11,3	-9,8	-8,3	-8,9	-7,9	-7,1	-6,4	-6,2	-5,7	-5,0	-5,5
Total PIB	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Notas : (1) Milhares de milhões de dólares a preços de 1980. (2) Milhares de dólares a preços de 1980. (3) Percentagens calculadas em base a milhões de cruzeiros a preços correntes. (4) Incluído no gasto privado.

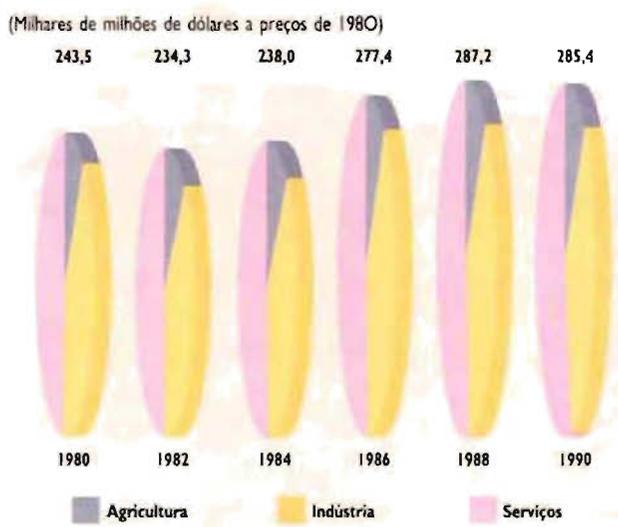
-uma importante consumidora de energia- até os setores mais modernos, tais como a energia elétrica e a eletrônica. No entanto, as exportações industriais situaram-se de preferência nas indústrias de tecnologia intermédia, em particular nas de motores e de transporte.

Durante o período recessivo, como resultado das necessidades de ajuste, a demanda interna interrompeu seu crescimento, enquanto a demanda externa contraiu-se, conjuntamente com o comércio mundial e regional. O setor produtivo mais afetado pela crise foi o industrial, que apresentou incrementos negativos importantes: -8,5% em 1981, e -8,1% em 1990. Em termos relativos, isto implicou um retrocesso em relação aos outros setores: no início dos anos oitenta, a indústria contribuía com 41% do PIB, enquanto que no início dos noventa essa contribuição atingia aproximadamente um 35% do mesmo. O comportamento do setor agrícola foi mais positivo, pois, salvo na crise de 1986 (quando diminuiu a -8,0%), o seu incremento médio foi superior a 3%, o que fez com que sua participação no PIB aumentasse, leve mas constantemente, durante o período: de 10,5% em 1981, elevou-se a 11,5% em 1990. Nesta etapa recessiva, o setor serviços incrementou-se como resultado de dois processos: a expansão moderna de funções e serviços dinâmicos, e a chamada "terceirização espúria", isto é, o refugio em serviços altamente informalizados, de trabalhadores desempregados, que não conseguiam integrar-se aos outros setores produtivos.

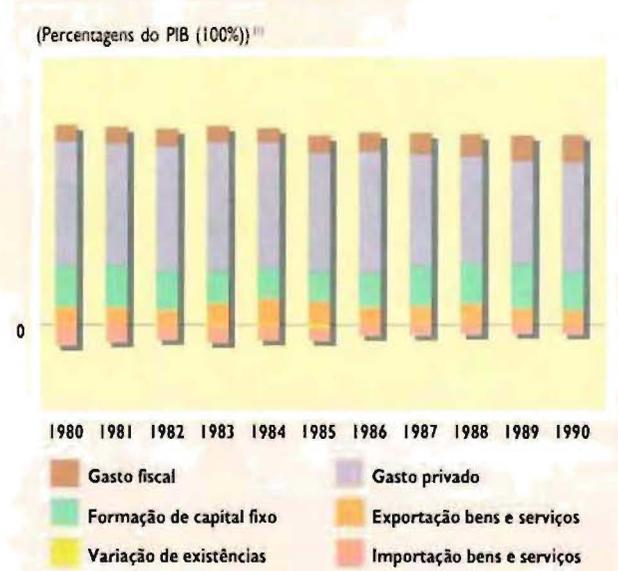
INCREMENTO DO PIB E DO PIB POR HABITANTE



EVOLUÇÃO DO PIB POR SETORES PRODUTIVOS



GASTO TOTAL DO PIB



Nota: (1) Percentagens calculadas em base a milhões de cruzeiros a preços correntes. (2) A variação de existências dos anos de 1986 a 1990 foi incluída no gasto privado.

O SETOR EXTERNO

Ainda que o peso do setor externo no incremento do PIB brasileiro tenha sido frequentemente exagerado, é inegável que, no contexto latino-americano, o Brasil foi um dos primeiros em abrir-se ao mercado mundial, modificando sua condição de primário-exportador, ao introduzir os bens manufaturados como principais produtos de exportação.

Durante o período expansivo (1969-1976) e devido a um conjunto de incentivos fiscais, creditícios e

cambiais, originou-se um incremento acelerado das exportações, cujo componente industrial tornou-se cada vez mais evidente. Desse modo, o volume das exportações duplicou-se entre 1970 e 1973, e continuou aumentando até 1981. Contudo, o ritmo de incremento das importações também foi significativo, como resultado de duas necessidades: a dependência dos insumos -o petróleo entre esses- para a produção interna, especialmente a industrial; e o incremento da importação de bens

de consumo de custo elevado, a fim de satisfazer a demanda dos setores de mais alta renda.

A partir de meados dos anos setenta, foi possível perceber a dupla drenagem que obstaculizava a ação exterior do Brasil. Por um lado, o incremento nos preços do petróleo aumentava o valor das importações necessárias, sem diminuir consideravelmente a importação de bens de custo elevado. Por outro lado, a crise mundial reduzia os espaços de realização das

RELAÇÃO ECONÔMICA EXTERNA 1980-1990

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
O BALANÇO DE PAGAMENTOS ⁽¹⁾											
Saldo em conta corrente	-12792,7	-11764,5	-16331,6	-6797,8	54,3	-335,1	-5204,2	-1498,7	4889,0	1424,0	-3280,0
Balanço comercial	-2811,3	1241,7	789,4	6485,6	13114,0	12411,5	8396,4	11106,2	19184,0	16111,0	10753,0
Exportação de bens (FOB)	20139,9	23341,5	20189,0	21923,1	27050,0	25538,8	22407,5	26156,2	33789,0	34392,0	31414,0
Importação de bens (FOB)	22951,2	22099,8	19399,7	15437,4	13936,0	13127,3	14011,2	15050,0	14605,0	18281,0	20661,0
Balanço de serviços líquidos	-10149,3	-13203,1	-17113,3	-13391,4	-13230,8	-12501,9	-13687,4	-12676,0	-14389,0	-14932,0	-13867,0
Transferências	167,9	196,9	-7,7	108,0	171,2	155,3	86,8	71,1	94,0	245,0	834,0
Contas de capital (líquido)	9682,1	12829,3	11455,2	5543,8	4950,8	311,7	1736,3	4435,2	-2351,0	842,0	4430,0
Varição de reservas ⁽²⁾	3462,1	-674,5	5255,1	1874,0	-5412,1	522,9	3185,2	-2131,0	-1705,0	-1894,0	-1221,0
Erros e omissões	-351,4	-390,3	-378,7	-620,0	406,9	-499,5	50,4	-805,6	-833,0	-372,0	71,0

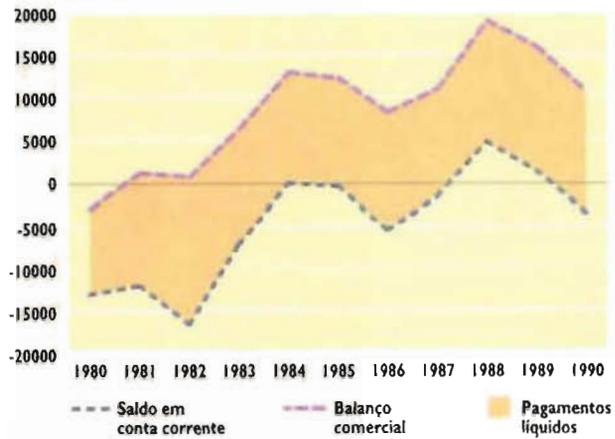
A DÍVIDA EXTERNA ⁽³⁾											
Dívida paga	70837,9	80643,5	92221,4	97495,7	104330,6	104592,5	112042,0	123865,0	114591,7	114572,0	116172,8
Serviço da dívida	13160,6	15384,5	16915,4	11436,9	11751,1	9259,1	9619,3	9805,0	15322,2	10497,0	7405,1
Juros sobre exportações (%)	34,1	40,5	57,1	43,3	39,5	40,3	42,4	33,1	29,4	29,2	31,4

OS CINCO PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO ⁽³⁾											
Minérios de ferro, aço e alumínio	7,7	7,6	9,2	6,8	5,7	6,2	8,9	10,8	11,7	13,3	13,2
Café verde ou torrado e sucedâneos	12,4	6,6	9,2	9,6	9,5	9,3	9,0	7,5	5,9	4,5	3,5
Produtos com semente oleaginosa	7,5	9,4	8,4	8,5	5,6	4,8	5,8	5,7	6,2	6,4	5,3
Motores e automotores	3,0	3,2	2,9	4,0	6,9	4,9	4,1	6,5	5,3	4,8	2,8
Calçado	1,9	2,4	2,5	3,1	3,7	3,5	4,3	4,1	3,5	3,5	3,5
Total	32,5	29,2	32,2	32,0	31,4	28,7	32,1	34,6	32,6	32,5	28,9
Total primários ⁽²⁾	62,8	60,6	62,3	60,6	58,6	56,1	51,9	50,3	47,3	46,4	48,4

Notas : (1) Milhões de dólares a preços correntes. (2) A sinal negativa indica aumento. (3) Percentagens do total das exportações (FOB) de bens.

BALANÇO DE PAGAMENTOS

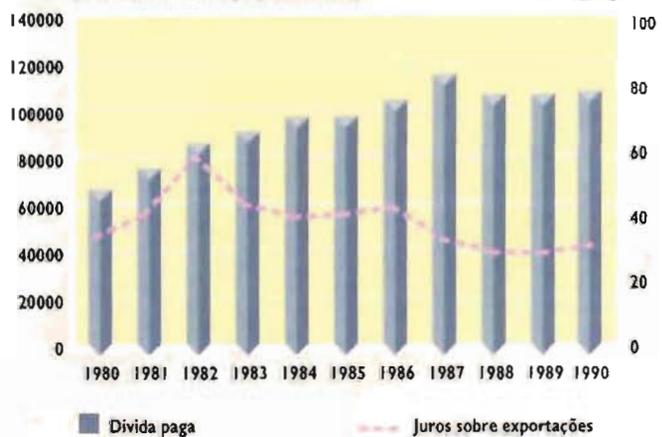
(Milhões de dólares a preços correntes)



DÍVIDA EXTERNA TOTAL

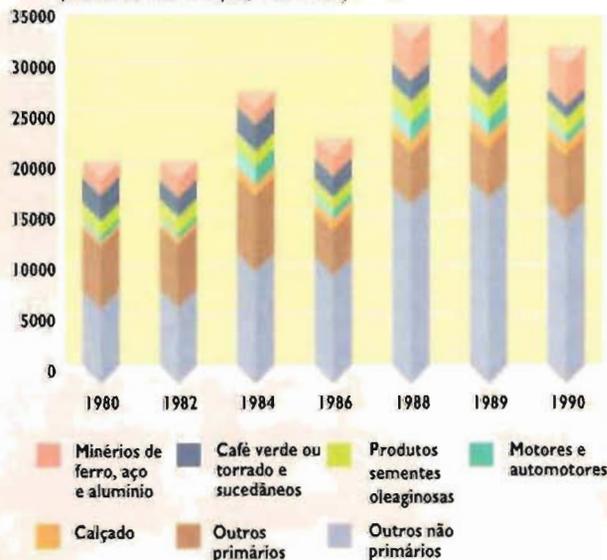
(Milhões de dólares a preços correntes)

(Porcentagens)



CINCO PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO

(Milhões de dólares a preços correntes)



exportações agrícolas e industriais. Portanto, o déficit da conta corrente continuou aumentando, até atingir, em 1981, níveis inconcebíveis.

Em 1982, a crise da dívida, que explodiu em diversos países latino-americanos, interrompeu bruscamente as entradas financeiras já decrescentes, obrigando o governo a adotar um plano geral de ajuste, visando principalmente o saneamento do setor externo. Porém, a drástica diminuição das importações, quase imediatamente permitiu a recuperação do balanço comercial, com superávits que aliviaram a situação geral do balanço de pagamentos. Um dos fatores que contribuíram para isto foi a baixa nos preços do petróleo, bem como o desenvolvimento da produção nacional do mesmo.

A recuperação acontecida entre 1984 e 1987 refletiu-se no bom comportamento das exportações, bem como no controle do fluxo das importações. No entanto, a reabertura dos mercados de capitais externos, embora tenha reduzido a pressão dos serviços da dívida, acabou aumentando o montante dessa, até situá-la novamente entre as maiores do mundo. No início dos anos noventa, embora o manejo da dívida fosse mais eficiente, as exportações haviam diminuído, especialmente as metalmeccânicas, de calçado e vestuário.

POUPANÇA, INVESTIMENTO E GASTO FISCAL

Uma vez experimentado o impacto da crise da dívida, no início dos anos oitenta, os problemas financeiros da economia brasileira incrementaram-se durante o decênio, a despeito dos programas e medidas conjunturais adotados para evitá-los.

Os primeiros programas de ajuste basearam-se fundamentalmente em políticas restritivas, quer monetárias quer fiscais. Isto permitiu melhorar

o quadro macro-econômico, mas, nem a poupança nem o investimento foram realmente incentivados, nem o balanço fiscal foi equilibrado, provocando-se um aumento das tensões sociais.

Aparentemente, a mudança política em direção à democracia, proporcionou uma saída para esta situação em 1985 e, mais especificamente, em 1986, mediante o lançamento por parte do governo,

do Plano Cruzado. Este plano, que incluía a criação da moeda do mesmo nome, a eliminação de toda forma de indexação, e o congelamento de preços e salários, no início foi acolhido favoravelmente. Contudo, as tensões acumuladas continuaram exercendo uma pressão inflacionária, enquanto o déficit fiscal fazia perder o controle da mecânica estatal. O plano corrigido, Plano Cruzado II, conseguiu comprimir os salários,

FORMAÇÃO DE CAPITAL, PREÇOS E GASTO FISCAL 1980-1989

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
POUPANÇA, INVESTIMENTO E TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS (% DO PIB)										
Investimento bruto	29,3	26,2	23,7	18,8	18,3	20,3	23,4	22,7	21,8	21,6
Poupança interna bruta	27,0	26,5	23,6	21,1	22,5	24,9	25,3	26,3	26,7	26,5
Transferências	2,3	-0,2	0,0	-2,4	-4,2	-4,5	-1,9	-3,6	-5,0	-4,9
FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO										
Formação de capital fixo ⁽¹⁾	55,8	48,8	45,6	38,2	38,4	42,1	51,8	51,2	48,7	49,3
Taxa de incremento	-	-12,4	-6,7	-16,1	0,5	9,5	-23,0	-1,1	-4,8	1,2
PREÇOS E SALÁRIOS ⁽²⁾										
Preços ao consumidor	82,8	105,6	98,1	142,0	196,7	226,9	145,3	229,7	682,3	1.287,0
Salário real	-2,1	-14,3	1,1	-9,8	-8,3	3,5	-0,3	-23,4	-1,6	30,6
GASTO FISCAL (% DO PIB)										
Gasto total	24,6	26,6	27,9	29,8	28,7	37,3	nd	nd	nd	nd
Total renda	22,3	24,4	24,8	25,3	22,9	25,6	nd	nd	nd	nd
Déficit ou superávit	-2,3	-2,2	-3,1	-4,5	-5,8	-11,7	nd	nd	nd	nd
GASTO DO GOVERNO CENTRAL ⁽³⁾										
Gasto total	nd	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Serviço público geral	nd	16,0	12,4	11,2	10,8	12,1	11,4	14,0	11,1	8,3
Defesa	nd	4,0	4,8	4,0	3,9	3,0	3,2	4,0	4,4	4,2
Ordem pública	nd	-	-	-	-	-	0,7	0,9	0,7	1,2
Educação	nd	2,0	4,8	3,5	3,1	3,0	3,3	4,8	4,1	5,3
Saúde	nd	8,0	7,6	7,2	7,4	6,4	6,1	9,5	6,3	7,2
Seguros e subsídios	nd	34,0	35,2	33,9	31,2	23,4	22,7	23,7	20,3	19,9
Habitação	nd	-	-	0,4	0,3	0,3	0,6	0,5	0,7	0,2
Assuntos econômicos	nd	26,0	21,0	23,1	14,0	11,2	13,0	12,1	7,8	7,0
Outros gastos	nd	10,0	15,2	20,7	32,9	43,8	43,7	39,2	52,0	64,4
Ajuste de caixa	nd	0,0	-1,0	-4,0	-3,6	-3,2	-4,7	-8,7	-7,4	-17,7

Notas: (1) Milhares de milhões de dólares a preços constantes de 1980. (2) Taxas de incremento médio anual. (3) Percentagens calculadas em base a cruzeiros a preços correntes.

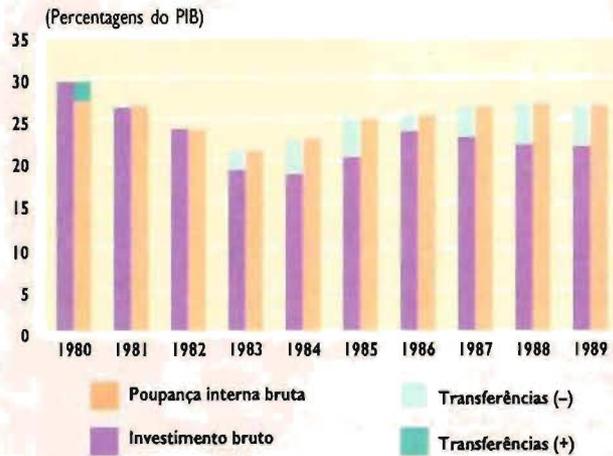
mas aumentou os impostos e acabou elevando os preços.

A partir desse ano (1986), e apesar de que a poupança privada tendia a crescer, o investimento e a formação de capital fixo diminuíram progressivamente. Ao mesmo tempo, fracassaram as tentativas de diminuir o déficit fiscal, que transferiu-se rapidamente para o campo inflacionário. Em consequência, em 1989, o Brasil entrava nos caminhos da hiperinflação, arriscando-se a um desequilíbrio generalizado.

Para enfrentar este urgente problema, emergiu um novo plano de estabilização, o Plano Collor, que decretou uma drástica diminuição da liquidez, a criação de uma nova moeda, que voltou ao antigo nome de cruzeiro, e uma redução ainda mais drástica no gasto fiscal. Especialmente em 1991, o plano melhorou o clima financeiro, mas ao custo de uma forte recessão econômica. Além do mais, a crise política subsequente, contribuiu para aumentar a incerteza.

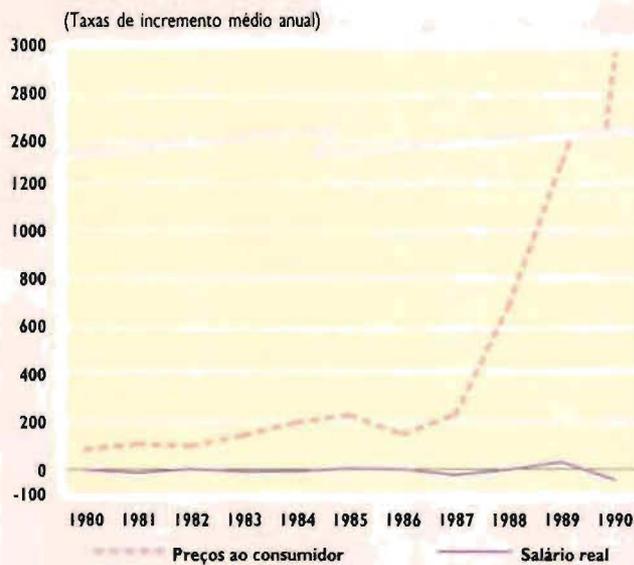
No decurso destes planos de ajuste sucessivos, há um elemento constante: a redução do gasto público e, em particular, o concernente aos serviços sociais. Durante o decênio, todas as partidas experimentaram diminuições em termos reais e, no que tange à sua composição interna, e desde o início dos anos oitenta, sómente a defesa e a ordem pública incrementaram sua participação no gasto.

POUPANÇA, INVESTIMENTO E TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS



Fonte : BID, Progreso Económico y Social en América Latina, 1990.

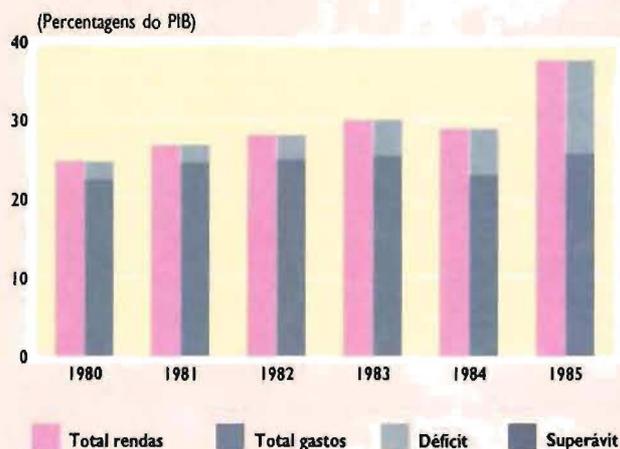
PREÇOS E SALÁRIOS



Nota : Em 1990, as taxas de incremento médio anual dos preços e salários alcançaram a 2.938,0 e -42,7, respectivamente.

Fontes : BID, Progreso Económico y Social en América Latina, 1990, 1991.

RENDAS, GASTO E DÉFICIT FISCAL



Fonte : BID, Progreso Económico y Social en América Latina, 1990.

A POBREZA E A DISTRIBUIÇÃO DA RENDA

De acordo com diversos indicadores, percebe-se que a crise dos anos oitenta derivou em aumento da pobreza, especialmente nas cidades, bem como na evolução negativa da distribuição da renda.

Durante o período expansivo precedente, ou seja nos anos setenta, a distribuição da renda não melhorou substancialmente, mas o desenvolvimento econômico diminuiu a pobreza de maneira significativa. Em 1971, 54% da população estavam por baixo da linha de pobreza estabelecida conforme a um nível de salário mínimo, enquanto que em 1980 dita proporção alcançava 34%. Por regiões, o Nordeste continuava sendo de longe a mais pobre, ao passo que o Sudeste era a menos afetada por essa situação.

De acordo com a CEPAL, no decênio recessivo a pobreza incrementou-se levemente: em 1979, um 39% da população era pobre, e em 1987 o nível elevou-se a 40% (nas cidades, a proporção aumentou de 30% para 34%). Também a distribuição negativa da renda incrementou-se, primeiro devido à crise de 1981-1983, e logo em virtude dos planos de ajuste: entre 1983 e 1988, os 30% mais pobres quase não variaram suas rendas, enquanto que os 30% com rendas mais elevadas o fizeram em 17%. Embora não exista informação disponível no tocante aos últimos anos, considera-se que a deterioração social tem aumentado.

EVOLUÇÃO DAS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA E INDIGÊNCIA, POR ZONA

(Porcentagens)

Ano	Indigentes	Pobres Não cobrem o básico	Total pobres	Não pobres	Total
Total País					
1979	17	22	39	61	100
1987	18	22	40	60	100
Urbana					
1979	13	17	30	70	100
1987	15	19	34	76	100
Rural					
1979	35	27	62	38	100
1987	34	26	60	40	100

CÁLCULO SOBRE A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE POBREZA, POR REGIÃO 1970-1988

(Milhares de pessoas)

Região	1970	1980	1990
Norte	1.865,3	1.738,4	1.327,4
	%	59,3	30,9
Nordeste	19.422,1	16.657,2	23.776,3
	%	76,8	49,6
Sudeste	13.178,5	5.968,2	11.426,1
	%	37,7	12,0
Sul	7.568,2	3.336,5	5.418,0
	%	51,4	18,2
Centro-Oeste	2.640,5	1.746,7	2.874,6
	%	58,4	24,1
Total País	44.676,6	29.447,0	44.822,4
	%	54,1	34,8

Nota: A linha de pobreza adotada corresponde a 25% do maior salário mínimo vigente no País em 1980. Dito valor foi corrigido a respeito dos outros anos, de acordo com o Índice Geral de Preços (IGP-DI).

DISTRIBUIÇÃO DA RENDA REAL MENSAL DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA, 1983-1988

(Em salários mínimos)

Segmentos da população conforme a renda	Rendas médias			Variações (%)		
	1983	1985	1988	1985/83	1988/85	1988/83
30% inferior	0,552	0,605	0,561	9,73	-7,32	1,69
40% seguinte	1,579	1,778	1,733	12,59	-2,51	9,75
30% superior	7,643	8,783	8,944	14,92	1,83	17,03
Total	3,090	3,528	3,545	14,17	0,49	14,72
5% superior	20,919	24,244	25,197	15,89	3,93	20,45
1% superior	41,878	48,285	49,226	15,30	2,03	17,64

Nota: As rendas reais médias dos diferentes anos indicam-se em salários mínimos de 1984.



DEMOGRAFIA

Lenta ou rapidamente, segundo as grandes regiões que formam o País, nos últimos quarenta anos, as mulheres brasileiras, que constituem a metade da população (50,1% em 1990), mudaram substancialmente o seu perfil demográfico, apesar de que essa modificação apresenta ritmos diferentes.

Em cifras médias, as brasileiras são já predominantemente urbanas, adultas-jovens (em lugar de jovens, como há três décadas), e reduziram à metade a média de filhos nascidos durante sua vida fértil.

Entre 1950 e 1990, a população brasileira quase triplicou, passando de 53 milhões para os atuais 149 milhões. Durante este período, a composição por sexo variou ligeiramente em favor das mulheres: em 1960 atingiam 49,9%, e a partir de 1985 aumentaram para 50,1%.

Os 149 milhões de habitantes estão distribuídos desigualmente nas cinco grandes regiões nas quais se divide o extenso território do Brasil: a maior parte mora nas regiões Sudeste (43,6%) e Nordeste (28,6%), enquanto que os que moram nas regiões Sul, Centro-Oeste e Norte, alcançam proporções menores, de 15,2%, 6,8% e 5,8%, respectivamente.

Entre 1950 e 1965, a população brasileira em conjunto experimentou um forte crescimento, da ordem de 3% anual, que a partir desse ano foi declinando, até ficar sob 2% nos

anos oitenta. Isto devido à substancial queda na fecundidade: no início dos anos cinquenta, cada mulher tinha uma média de seis filhos durante sua vida fértil, enquanto que no início dos noventa essa média era de 2,7 filhos.

O Brasil é um dos países latino-americanos que avançou em sua transição demográfica, passando do primeiro estágio, em que a sua população era jovem e com forte crescimento, em direção a outro de população mais idosa, com baixo crescimento, situação atual, por exemplo de Cuba ou Uruguai. A característica que distingue ao Brasil, conjuntamente com o Peru e o Equador, do resto dos países que estão progredindo em sua transição (como México, Colômbia, Venezuela, Chile, etc.), é que ainda apresenta uma mortalidade intermédia, enquanto que os citados países têm uma mortalidade mais controlada.

Além do mais, devido à dimensão e às diferenças regionais do Brasil, pode afirmar-se que existem conjuntos populacionais com dinâmicas diferentes. As regiões Norte e Nordeste apresentam uma transição demográfica incipiente, com populações jovens e crescimento ainda elevado. No entanto, as regiões Sul e Sudeste encontram-se numa transição bastante avançada, com uma população jovem-adulta e um crescimento apreciavelmente menor (embora não seja tão baixo ainda, devido à elevada proporção de

peças em idade de procriar, como resultante da quantidade de população jovem acumulada no estágio anterior).

Em todo caso, nos últimos vinte anos, diminuiu a proporção de jovens no conjunto da população brasileira: em 1970, um 42% da população tinha menos de quinze anos, e em 1990, essa proporção atingiu 35%. Assim, o setor populacional que cresce substancialmente - e que continuará a fazê-lo - é aquele em idade laboral, com as pressões que isso implica no mercado de trabalho.

Também, a partir de 1950, aconteceu uma forte migração para as cidades: nesse ano, somente um 36% dos brasileiros morava nas zonas urbanas, enquanto que em 1990, essa proporção atingiu 74%. Como ocorre em toda a América Latina, as mulheres têm participado em maior medida do que os homens nesse movimento migratório, em consequência, a proporção de mulheres que moram nas cidades é superior à dos homens (75,6% em relação a 73,0%), o que se verifica em todas as regiões do País. Um outro tipo de migrações é aquele que está acontecendo desde as regiões com mais habitantes, para as novas fronteiras agrícolas, como no caso do Norte e, especialmente, no Estado da Amazônia.

O Brasil possui uma das populações com maior diversidade étnica na América Latina. Embora existam problemas de declaração e registro, em 1990 identificam-se três grupos principais: os de cor branca (55,8%),

os chamados "pardos", que compõem um conjunto de misturas e etnias acobreadas (40%), e os negros (5,1%). Essa composição varia segundo as regiões: no Norte e no Nordeste, prevalecem os pardos (76% e 66%, respectivamente), enquanto que no Sul e no Sudeste a maioria é de brancos (84% e 66%, respectivamente). A minoria negra é mais significativa nas regiões Nordeste e Sudeste, onde 7% dos residentes pertencem a essa categoria.

Nas últimas décadas, o tamanho das famílias brasileiras vem diminuindo e, a partir dos anos setenta, prevalecem as famílias nucleares, apesar de que o maior incremento acontece nas famílias reduzidas (monoparentais, especialmente).

Uma quinta parte destas famílias declara-se dirigida por uma mulher, o que representa mais ou menos sete e meio milhões de famílias. Provavelmente o seu número real seja maior, pois a declaração e o registro às vezes estão distorcidos pelo fato de que, na cultura latina, a chefia está ligada à masculinidade. Assim, a quase totalidade das chefes de família declaradas não possuem um parceiro convivente. Em geral, estas mulheres que dirigem suas famílias sozinhas, têm aproximadamente quarenta anos de idade, embora nos anos oitenta a proporção das chefes de família mais jovens tenha aumentado. Em 1970, só uma quarta parte das chefes de família tinha menos de 40 anos, enquanto que em 1987 essa proporção aumentou a 44% do total.

POPULAÇÃO

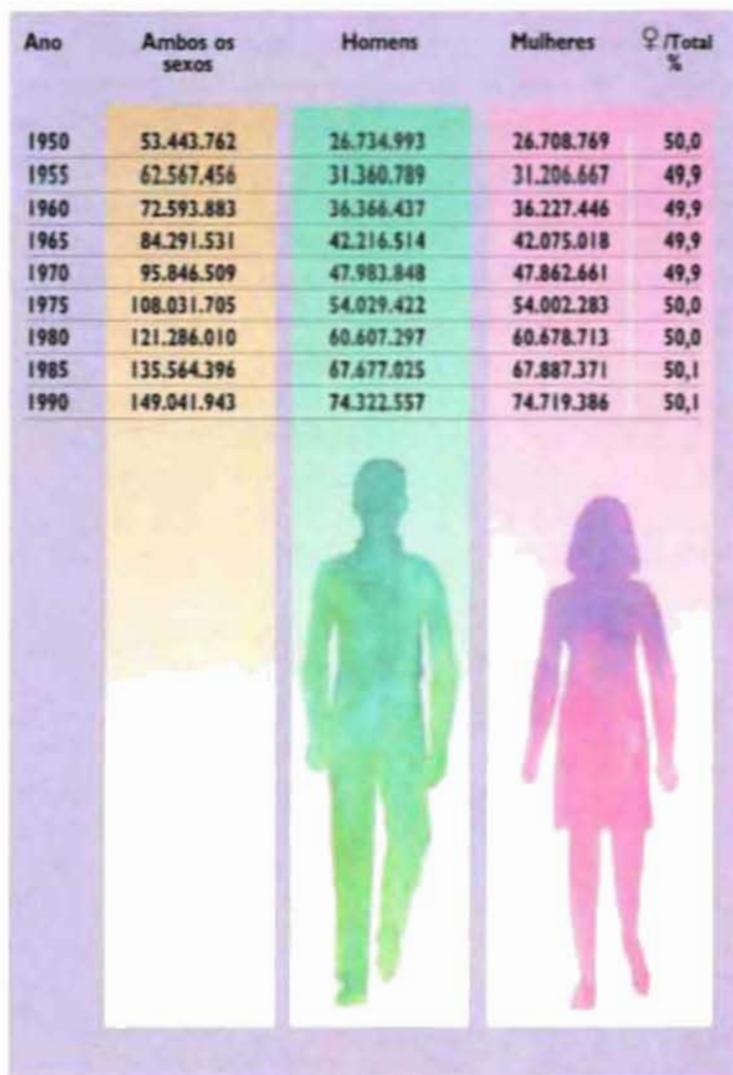
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO POR SEXO

Segundo as estimativas efetuadas pelo Centro Latinoamericano de Demografia (CELADE), em 1990, a população brasileira era de 149 milhões de habitantes, dos quais mais da metade (50,1%) eram mulheres. Em consequência, calcula-se que nesse ano existiam no Brasil 74.719.386 mulheres e 74.322.557 homens.

O confronto entre estas estimativas e os dados do Censo de 1991 deverá ser feito logo que os mesmos sejam divulgados, depois de corrigidos e ajustados. (Veja-se o capítulo Observações Metodológicas.)

Num País com uma superfície de oito e meio milhões de quilômetros quadrados, isto quer dizer uma densidade populacional de 17 habitantes por quilômetro quadrado, o que situa o Brasil -a nação com maior população da América Latina- entre os países com baixa densidade da região.

Conforme às projeções do CELADE, no ano 2000, o Brasil terá quase 173 milhões de habitantes, e as mulheres continuarão sendo ligeiramente mais numerosas, ou seja, 50,2% da população total.



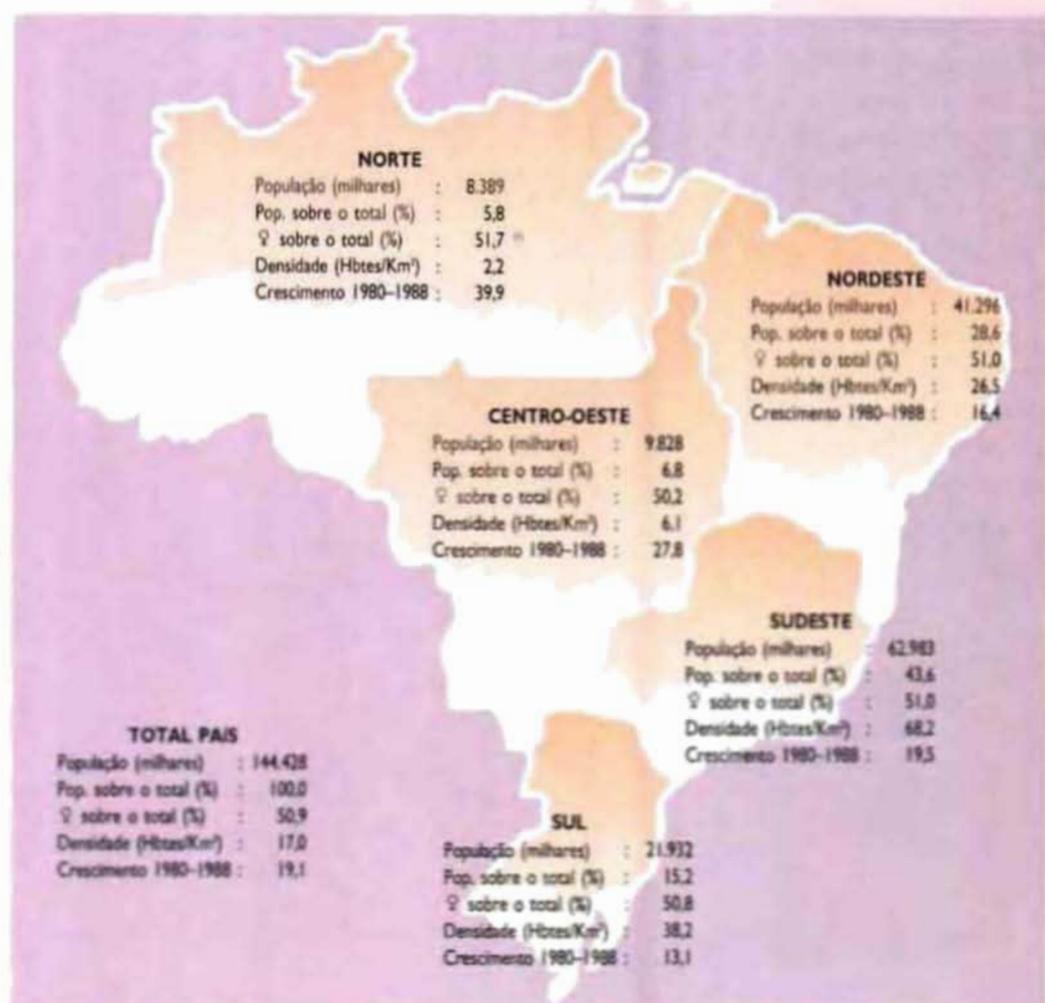
Esta população encontra-se desigualmente distribuída no extenso território do Brasil, dividido em cinco grandes regiões. A maior parte dos habitantes mora nas regiões Sudeste (43,6%) e Nordeste (28,6%); enquanto que, na região Sul mora um 15,2%, na Centro-Oeste um 6,8%, e no Norte um 5,8%. Em todas as regiões, as mulheres são ligeiramente mais numerosas.

A região Sudeste é, não somente

aquela com maior volume populacional, mas também, a de maior densidade populacional: 68 por quilómetro quadrado. É seguida pelas regiões Sul e Nordeste, com 38 e 26 habitantes por quilómetro quadrado, respectivamente. Duas extensas regiões, o Norte (que abrange a Amazônia) e o Centro-Oeste (que abrange o Mato Grosso), apresentam uma densidade muito baixa: 6 e 7 habitantes por quilómetro quadrado, respectivamente.

Ora, estas regiões menos habitadas são as que mostram um alto incremento populacional: entre 1980 e 1988, a região Norte aumentou 40%, devido principalmente às migrações dos que buscam participar na abertura de novas fronteiras agrícolas, como aconteceu com a Amazônia.

POPULAÇÃO POR SEXO, SEGUNDO REGIÃO, 1988



Nota: (1) Excluída a zona rural.

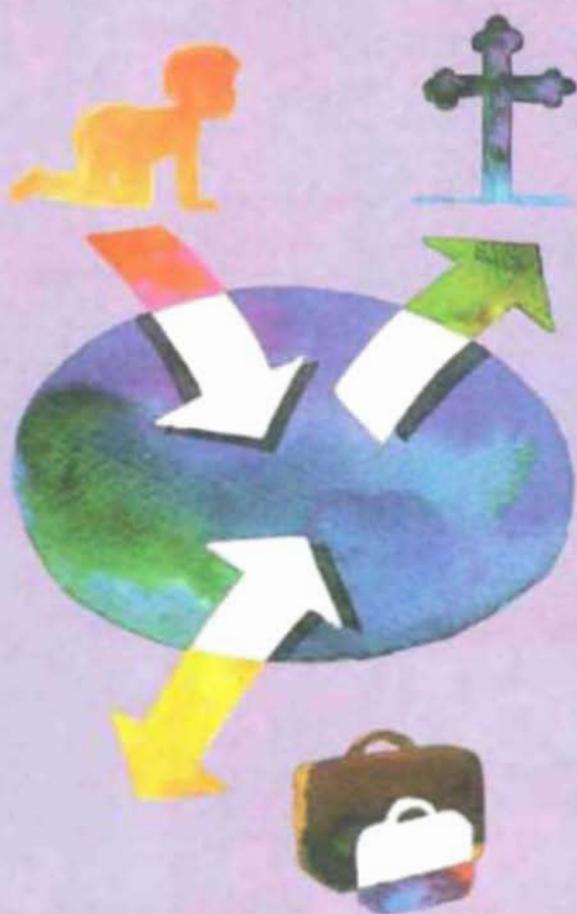
MUDANÇA NOS FATORES DA POPULAÇÃO SEGUNDO SEXO, 1950-1995

O crescimento global da população brasileira está ligado a dois fatores específicos: nascimentos e defunções, pois o terceiro fator, a migração, apresenta valores reais praticamente insignificantes a partir de meados dos anos cinquenta.

No Brasil, mantém-se a norma demográfica de que nascem mais homens do que mulheres, mas também eles falecem mais do que elas. As flutuações a respeito foram mudando a composição por sexo da população, que em 1960 era ligeiramente superior em varões (50,1%) y em 1990, ligeiramente inferior (49,9%).

Entre 1950 e 1990, a população quase triplicou, aumentando aceleradamente até meados dos anos sessenta, como resultado de uma elevada taxa de fecundidade e uma moderada taxa de mortalidade e, desde então, com um ritmo menor, devido à queda na fecundidade e à permanência de uma mortalidade moderada.

	1950-55	1970-75	1990-95
Ambos os sexos			
Nascimentos	12.945.752	17.150.749	18.054.497
Migrantes reais	549.391	0	0
Falecimentos	4.371.448	4.965.553	5.714.198
Crescimento total %	17,1	12,7	9,8
Mulheres			
Nascimentos	6.315.001	8.366.219	8.807.072
Migrantes reais	215.502	0	0
Falecimentos	2.032.603	2.226.597	2.510.127
Crescimento total %	16,8	12,8	9,9
Homens			
Nascimentos	6.630.751	8.784.530	9.247.425
Migrantes reais	333.889	0	0
Falecimentos	2.338.845	2.738.956	3.204.071
Crescimento total %	17,3	12,6	9,6



A queda desse incremento demográfico evidencia-se em todas as faixas etárias, apesar de que as flutuações são bem superiores nas mais jovens, as quais acusam de imediato as diminuições na fecundidade. Dessa maneira, durante os anos sessenta, a faixa de menos de cinco anos de idade mudou violentamente o ritmo de incremento: na primeira metade da década cresceu um 27,1 por mil, e na segunda caiu até praticamente interromper o seu crescimento (1,3 por mil). Um outra drástica diminuição no crescimento desta faixa etária

aconteceu na mudança de decênio entre os anos oitenta e os noventa.

As diferenças por sexo nas distintas faixas etárias não são muito apreciáveis, exceto na de sessenta anos e mais. No decurso destas quatro décadas, o incremento geral desta faixa etária foi diminuindo sem flutuações significativas, sempre mantendo níveis mais elevados nos homens, até 1975. No entanto, desde então, com o incremento na longevidade das mulheres a partir dos anos setenta, o crescimento do segmento de mulheres de mais de 60 anos

tem sido maior do que o dos homens da mesma faixa etária.

EVOLUÇÃO DO CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO SEGUNDO IDADE E SEXO

(Taxa por mil)

Idade	1950-55	1955-60	1960-65	1965-70	1970-75	1975-80	1980-85	1985-90	1990-95
Mulheres									
Todas	31,1	29,8	29,9	25,7	24,1	23,3	22,4	20,9	18,9
0-4	38,4	28,0	27,1	1,3	12,1	16,6	15,4	9,4	3,2
5-19	30,3	34,0	35,3	31,4	19,0	14,3	11,3	15,5	14,1
20-59	27,8	25,4	24,9	28,6	30,6	31,3	30,9	25,6	24,0
60 e mais	40,3	43,6	40,8	36,8	39,3	33,1	35,5	35,2	31,0
Homens									
Todos	31,8	29,6	29,8	25,6	23,7	23,0	22,0	20,5	18,4
0-4	37,1	27,9	27,5	1,4	10,7	16,9	15,8	9,8	3,6
5-19	30,3	32,9	34,6	31,2	18,9	13,8	10,9	15,4	14,6
20-59	30,0	25,8	25,1	28,6	30,2	30,9	30,5	25,2	23,3
60 e mais	43,2	44,8	41,9	37,5	41,6	34,5	35,4	33,9	28,8

IDADES DA POPULAÇÃO

Levando em conta que a população brasileira é ainda jovem, quase um 35% dela tem menos de 15 anos de idade, essa composição jovem diminuiu apreciavelmente nos últimos vinte anos (em 1970 atingiu 42%).

As diferenças por sexo são ligeiras, mas acontecem em ambos os extremos da faixa etária; o peso dos mais jovens é maior entre os homens do que entre as mulheres, e o contrário ocorre entre as pessoas mais idosas (as mulheres de 60 anos e mais representam 7,4% do total da população feminina, e os homens 6,8% da masculina).

A composição etária da população varia segundo a região: o Norte e o Nordeste ainda têm uma população muito jovem (em ambos os casos, os menores de 15 anos atingem quase 40%), enquanto que os jovens são menos numerosos nas regiões Centro-Oeste (37% de sua população), Sul e Sudeste (onde os menores de 15 anos alcançam 33% e 32%, respectivamente).

Em todas as regiões evidencia-se a norma nacional, de que o peso dos jovens é maior na população masculina do que na feminina. Contudo, no Nordeste essa diferença é maior (nessa região, as pessoas menores de 15 anos atingem 42,1% do total de homens e 39,4% do total de mulheres), enquanto que na região Sul existe a diferença menor (os menores de 15 anos representam 33,5% dos homens e 32,6% das mulheres).

EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA ETÁRIA SEGUNDO SEXO

(Porcentagens)

Idade	1950	1970	1990
Ambos os sexos			
0-4	16,9	15,1	11,8
5-14	25,1	27,1	22,8
15-24	19,7	19,5	19,2
25-29	34,1	32,9	39,1
60 e mais	4,2	5,4	7,1
Todos	100,0	100,0	100,0
Nº	53.443.762	95.846.509	149.041.943
Mulheres			
0-4	16,7	15,0	11,6
5-14	24,8	27,0	22,6
15-24	19,5	19,4	19,1
25-29	34,4	32,9	39,3
60 e mais	4,5	5,7	7,4
Todas	100,0	100,0	100,0
Nº	26.708.769	47.862.661	74.719.386
Homens			
0-4	17,1	15,3	12,0
5-14	25,4	27,2	23,0
15-24	19,8	19,6	19,2
25-29	33,7	32,8	39,0
60 e mais	3,9	5,1	6,8
Todos	100,0	100,0	100,0
Nº	26.734.993	47.983.848	74.322.557

POPULAÇÃO MENOR DE 15 ANOS, POR SEXO, SEGUNDO REGIÃO, 1988

	Norte ⁽¹⁾	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total País
Ambos os sexos	40,1	40,7	32,1	33,1	37,3	35,4
Mulheres	39,0	39,4	30,9	32,6	36,7	34,4
Homens	41,2	42,1	33,5	33,5	38,0	36,5

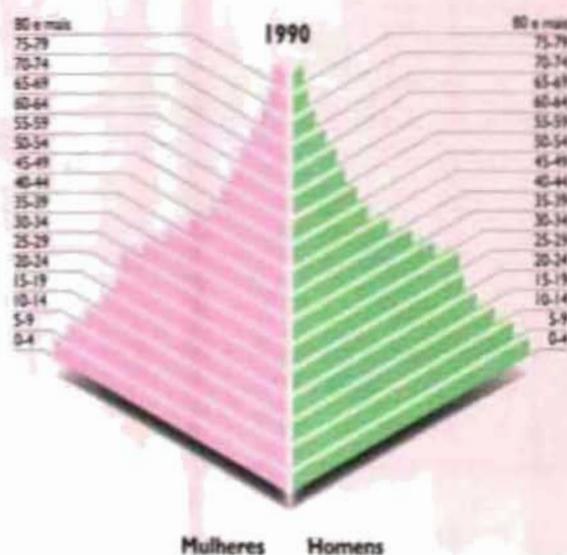
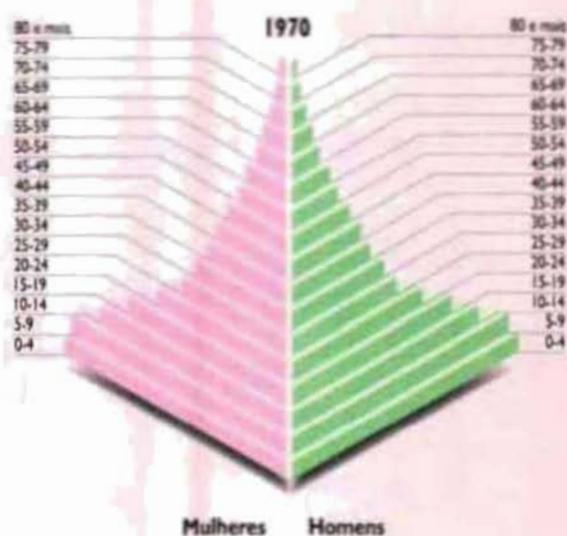
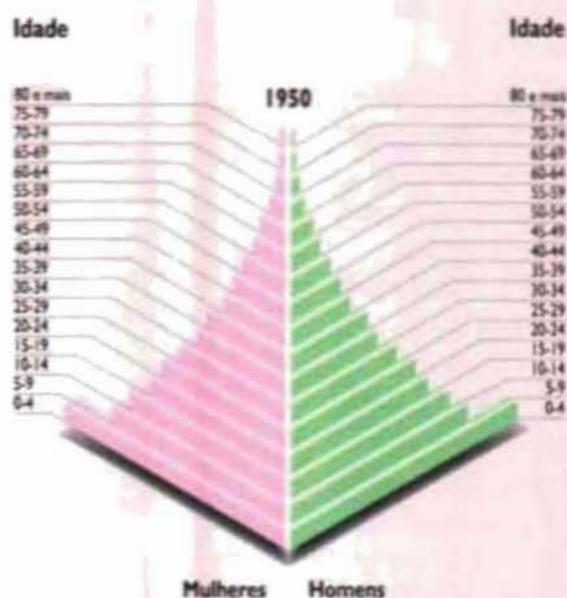
Nota: (1) Excluída a zona rural.

PIRÂMIDES DE POPULAÇÃO

A mudança na estrutura etária que está acontecendo no Brasil, revela que o País encontra-se entre os que progredem em sua transição demográfica, no sentido de caminhar em direção a uma população madura e com menor crescimento.

A diferença do Brasil em relação a outros países latino-americanos em transição, reside no fato de combinar uma natalidade moderada com uma mortalidade também moderada, enquanto que a maioria dos outros países apresenta uma mortalidade mais controlada (exceto o Equador e o Peru, que compartilham esta característica com o Brasil).

Na realidade, tudo indica que o Brasil apresenta diversos ritmos de avanço em sua transição demográfica, segundo as grandes regiões: no Norte e no Nordeste essa transição está no início, enquanto que no Sul e no Sudeste está bastante mais adiantada.



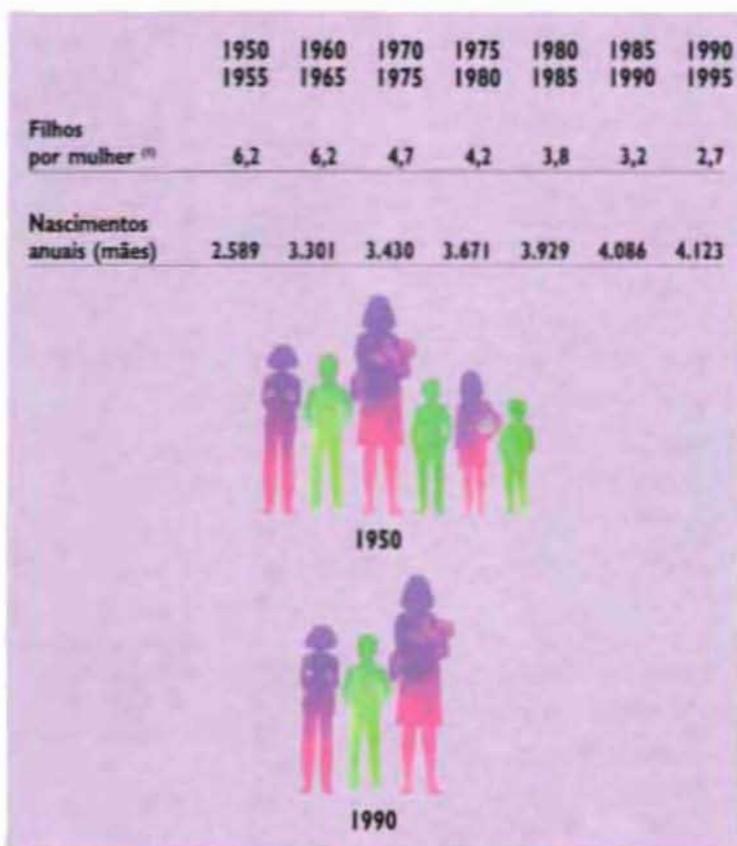
FECUNDIDADE

Logo nota-se que as mulheres brasileiras têm reduzido substancialmente sua fecundidade, pois a sua taxa global (a média de filhos que teria uma mulher durante sua vida fértil) era de seis filhos no início dos anos cinquenta, e desceu para menos de três no início dos noventa.

Lógicamente, essa média é bastante útil para a comparação com outros países, mas varia amplamente segundo uma série de fatores diferenciais, tais como a zona de residência, o nível sócio-econômico, os anos de estudo, etc.

As mulheres brasileiras têm diminuído sua fecundidade em todas as faixas etárias, apesar de que isso é mais notório entre as maiores de trinta anos. Aumentou então o peso relativo das mães jovens (entre 15 e 25 anos), às quais correspondia, no início dos anos setenta, um 29,7% dos filhos nascidos cada ano, enquanto que no início dos anos noventa deram à luz a um 39,2% desse total. De todas formas, a faixa das mulheres entre 25 e 30 anos, continua sendo a mais fecunda.

EVOLUÇÃO DA FECUNDIDADE



Nota: (1) Taxa global de fecundidade.

FECUNDIDADE SEGUNDO FAIXAS ETÁRIAS 1970-1995

(Taxas específicas de nascimentos por mil mulheres em idade fértil)

Idade	1970-1975		1980-1985		1990-1995	
	Taxa	%	Taxa	%	Taxa	%
15-19	6,8	7,2	5,8	7,6	4,1	8,7
20-24	21,1	22,5	18,7	24,5	15,4	30,5
25-29	23,9	25,4	20,5	26,9	16,0	30,1
30-34	19,5	20,8	15,9	20,8	11,0	18,8
35-39	14,0	14,9	10,4	13,6	6,2	8,9
40-44	6,8	7,2	4,5	5,9	2,2	2,6
45-49	1,2	2,0	0,5	0,7	0,2	0,2
Todas		100,0		100,0		100,0

FECUNDIDADE POR ZONA SEGUNDO FATORES DIFERENCIAIS, 1984

(Taxa global de fecundidade)

A taxa global de fecundidade das mulheres aumenta quando elas moram em zonas rurais, têm menos anos de estudo e pertencem a níveis sócio-econômicos baixos. Assim, as mulheres urbanas com nível econômico elevado e estudos universitários, têm uma taxa de apenas dois filhos por mulher, enquanto que essa cifra sobe a sete filhos, quando referida às mulheres rurais pobres e com nível educativo baixo.

Ao examinar a fecundidade segundo regiões, aparecem diferenças substanciais que, evidentemente, estão ligadas à estrutura demográfica e às condições de vida de cada região. Em consequência, o Nordeste, com uma proporção significativa de mulheres jovens, raras e pobres, apresenta a taxa global mais elevada (cinco filhos por mulher), enquanto que no Sudeste e no Sul essa taxa desce a três filhos.

No entanto, os fatores atuam com força diferente, segundo as diversas regiões: as diferenças dentro de uma mesma região são superiores nas rurais e mais pobres (entre 6,9 e 2,4 no Nordeste, enquanto que no Sul descem para 3,9 e 2,4). Em geral, as mulheres urbanas e com um bom nível educativo, têm em torno de dois filhos em todas as regiões enquanto que as mulheres pobres dão à luz uma média de sete filhos no Nordeste e de quatro no Sudeste.

Filhos por mulher

	Total País	Zona urbana	Zona rural
Total	3,5	3,0	5,3

Anos de estudo

Nenhum e menos de 1 ano	5,5	4,5	6,9
1 a 3 anos	4,3	3,8	5,4
4 anos	3,4	3,3	4,0
5 a 8 anos	2,9	2,8	4,0
9 e mais anos	2,2	2,2	3,2

Renda mensal familiar

Menos de um salário mínimo	5,9	4,7	7,3
1 a 2 salários mínimos	5,0	4,6	6,0
2 a 3 salários mínimos	3,6	3,3	4,2
3 a 5 salários mínimos	2,9	2,8	3,8
5 salários mínimos e mais	2,0	1,9	2,4

FECUNDIDADE POR REGIÃO SEGUNDO FATORES DIFERENCIAIS, 1984

(Taxa global de fecundidade)

Filhos por mulher

	Regiões				
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	-	5,0	3,0	3,0	3,4

Anos de estudo

Nenhum e menos de 1 ano	6,5	6,6	4,5	3,9	4,5
1 a 3 anos	5,1	5,8	3,7	3,5	4,1
4 anos	5,2	4,5	3,2	3,2	3,3
5 a 8 anos	3,6	3,5	2,7	2,9	3,1
9 e mais anos	2,5	2,7	2,1	2,4	2,5

Renda mensal familiar

Menos de um salário mínimo	5,9	6,9	4,5	4,9	5,5
1 a 2 salários mínimos	5,7	5,9	4,6	4,2	4,8
2 a 3 salários mínimos	5,3	4,3	3,4	3,2	3,3
3 a 5 salários mínimos	3,8	2,4	2,8	2,8	2,8
5 salários mínimos e mais	2,6	2,4	1,9	2,0	2,3

Nota: (1) Excluída a zona rural

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL

Longe de diminuir, a migração em direção as zonas urbanas tem sido intensa nos últimos quarenta anos. Em 1950, 36% dos brasileiros morava nas cidades e em 1990 o faziam mais de 74%. Há tempo que as mulheres vêm participando neste movimento migratório em maior medida do que os homens, o que explica que, no fim da década dos oitenta, a proporção urbana da população feminina (75,6%) fosse mais significativa do que a da masculina (73,0%).

A região mais urbana é o Sudeste, 85% de cuja população mora nas cidades. A menos urbana é o Nordeste, onde a proporção é de 56% (ainda que provavelmente seja o Norte, mas não existe informação recente disponível).

Em todas as regiões evidencia-se a norma nacional, de que as mulheres são mais urbanas do que os homens, apesar de que a maior diferença por sexo — no sentido já indicado — apresenta-se no Nordeste, e a menor no Sudeste.

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA POR SEXO

(Porcentagem)

Ano	Ambos os sexos	Mulheres	Homens
1950	36,2	37,7	34,7
1960	44,7	46,2	43,1
1970	55,9	57,4	54,5
1980	67,6	68,8	66,3
1989	74,3	75,6	73,0



POPULAÇÃO URBANA POR SEXO SEGUNDO REGIÃO, 1988

(Porcentagem)



Fonte: (1) Cotejado pelo IBGE no Anuário Estatístico do Brasil. (2) Excluído o setor rural, em consequência, resulta impossível estabelecer a proporção urbana de cada

COMPOSIÇÃO ÉTNICA

Lamentavelmente, no Brasil, a informação sobre a composição étnica da população apresenta problemas de diferente natureza: de continuidade (este tema não foi incluído no Censo de 1970), culturais (é recolhida mediante autodesignação) e de registro (elasticidade das categorias, especialmente a chamada "parda", que abrange diferentes tipos de miscigenação, e também, até 1991, os propriamente indígenas).

No fim dos anos oitenta, a declaração sobre a cor da pele era a seguinte: 55,8% da população considerava-se branca, 38,9% parda e 5,1% negra (a minoria amarela sómente registrava 0,5%).

A partir de meados do século, foi possível perceber a diminuição da proporção de brancos e negros em favor dos classificados sob a categoria de pardos. Estas três agrupações apresentam comportamentos demográficos com algumas diferenças, que poderiam ajudar a explicar esta evolução da composição étnica brasileira, mas, aparentemente, o fator que mais tem influído nessa mudança, é a miscigenação direta.

COMPOSIÇÃO ÉTNICA DA POPULAÇÃO SEGUNDO SEXO, 1960-1989

(Porcentagens)

	Branca	Negra	Parda	Amarela	Não declarados	Total
1960						
Ambos						
os sexos	61,0	8,7	29,5	0,7	0,1	100,0
Mulheres	61,0	8,8	29,5	0,7	0,1	100,0
Homens	61,0	8,6	29,5	0,7	0,1	100,0

	Branca	Negra	Parda	Amarela	Não declarados	Total
1980						
Ambos						
os sexos	54,2	5,9	38,9	0,6	0,4	100,0
Mulheres	54,9	5,8	38,3	0,6	0,4	100,0
Homens	53,5	6,0	39,5	0,6	0,4	100,0

	Branca	Negra	Parda	Amarela	Não declarados	Total
1989						
Ambos						
os sexos	55,8	5,1	38,6	0,5	"	100,0
Mulheres	56,5	5,0	38,0	0,5	"	100,0
Homens	55,0	5,1	39,3	0,5	"	100,0



Nota: (1) Em 1989, na coluna que representa a população amarela, foram incluídos os não declarados.

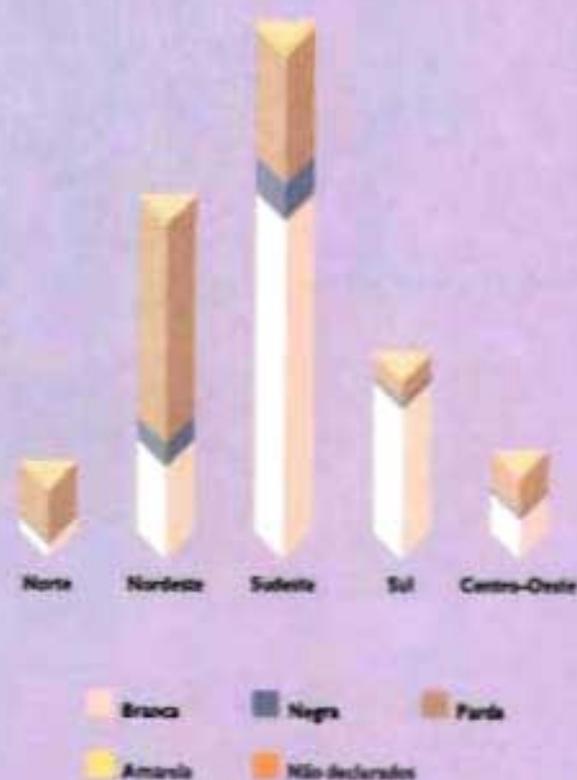
COMPOSIÇÃO ÉTNICA DA POPULAÇÃO SEGUNDO REGIÃO E SEXO, 1980

(Porcentagem)

Cada uma das cinco grandes regiões tem uma composição étnica diferente. No Norte e no Nordeste, a grande maioria da população declara-se parda (76% e 66%, respectivamente), em relação a uma minoria branca (20% e 27%, respectivamente). A distinção entre ambas as regiões refere-se à maior proporção de negros no Nordeste (7% e 3%). As regiões Sul e Sudeste apresentam uma estrutura básica oposta, onde os brancos constituem a maioria (84% e 66%, respectivamente), em relação à minoria parda (12% e 25%). Também entre estas duas regiões existem diferenças a respeito da população negra (7% no Sudeste e 3% no Sul). Na região Centro-Oeste, a proporção de brancos e pardos é similar, enquanto que a população negra atinge 4%.

Tanto no conjunto do País como em cada uma das regiões, a população feminina está composta em menor medida do que a masculina, de pessoas negras, pardas e amarelas. O fato de que isto aconteça em todos os setores não brancos, leva a pensar em problemas culturais de declaração.

Região	Branca	Negra	Parda	Amarela	Não declarados	Total
Norte						
Ambos os sexos	20,1	2,7	76,1	0,3	0,8	100,0
Mulheres	21,3	2,5	75,2	0,2	0,8	100,0
Homens	18,9	2,9	77,1	0,3	0,8	100,0
Nordeste						
Ambos os sexos	26,8	6,8	65,8	0,1	0,5	100,0
Mulheres	27,9	6,5	64,9	0,1	0,5	100,0
Homens	25,7	6,9	66,8	0,1	0,5	100,0
Sudeste						
Ambos os sexos	66,3	7,0	25,3	1,0	0,4	100,0
Mulheres	67,0	7,0	24,7	0,9	0,4	100,0
Homens	65,7	7,0	25,9	1,0	0,4	100,0
Sul						
Ambos os sexos	83,8	3,2	12,1	0,5	0,4	100,0
Mulheres	84,4	3,1	11,7	0,4	0,4	100,0
Homens	83,5	3,2	12,5	0,5	0,3	100,0
Centro-Oeste						
Ambos os sexos	49,5	4,2	45,6	0,3	0,4	100,0
Mulheres	50,7	4,0	44,6	0,3	0,4	100,0
Homens	48,3	4,4	46,6	0,3	0,4	100,0



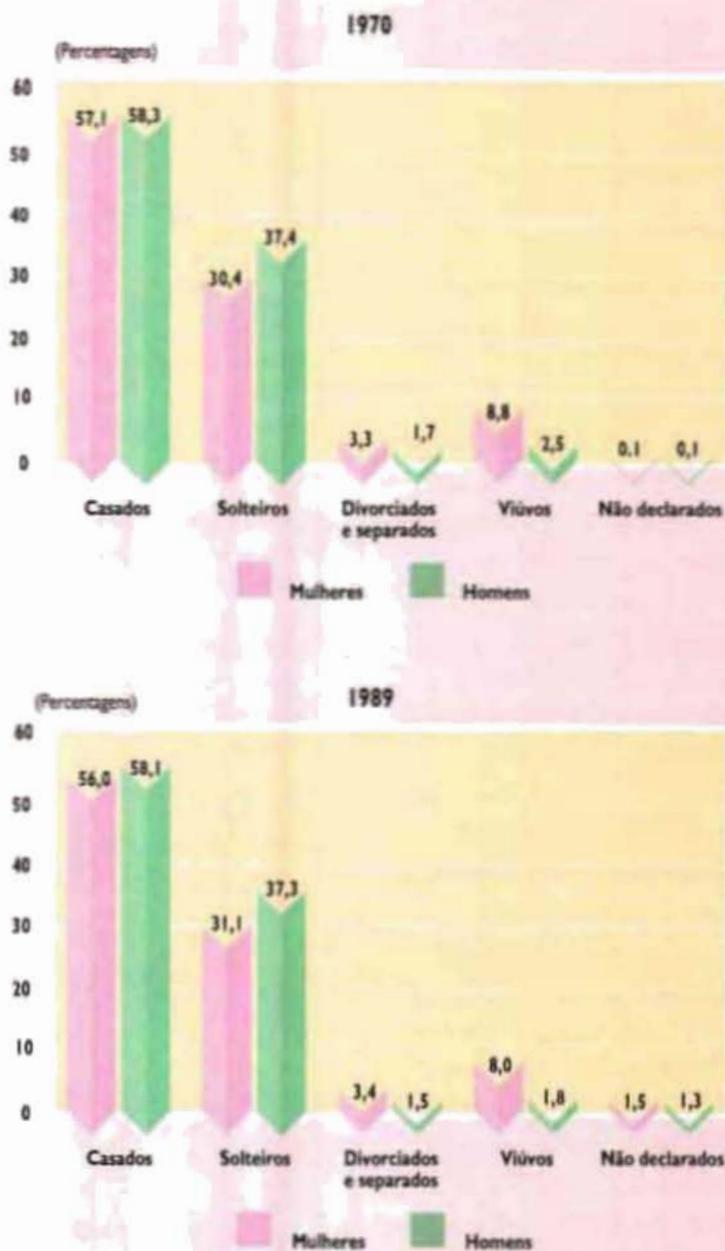
SITUAÇÃO CONJUGAL

Uma alta proporção das mulheres brasileiras maiores de 15 anos têm parceiro (56%), e 31% são solteiras, sendo apreciáveis as proporções de divorciadas (3,4%) e de viúvas (8,0%).

Esta situação conjugal da população feminina apresenta diferenças em relação à masculina. O maior número de solteiros encontra-se entre os homens (37%), mas acontece que também a proporção de varões com parceira é maior (58%), pois o número de homens divorciados ou viúvos é bem inferior.

A razão dessas diferenças é atribuível a vários fatores: além dos problemas de declaração, as mulheres tomam parceiro mais cedo do que os homens, permanecem mais tempo separadas do que eles, e enviuvam porque são mais longevas.

POPULAÇÃO SEGUNDO ESTADO CONJUGAL POR SEXO, 1970-1989



ESTADO CONJUGAL DA POPULAÇÃO SEGUNDO REGIÃO E SEXO, 1980

(Porcentagens)

Região	Total	Solteiros	Casados	Unidos	Divorciados e separados	Viúvos	Não declarados
Norte							
Mulheres	100,0	28,2	49,5	11,0	3,0	6,8	1,5
Homens	100,0	36,1	47,4	10,5	1,8	2,4	1,8
Nordeste							
Mulheres	100,0	31,5	46,4	8,1	4,2	8,2	1,6
Homens	100,0	35,7	50,9	8,8	1,5	2,0	1,1
Sudeste							
Mulheres	100,0	30,4	50,5	6,3	3,5	8,6	0,7
Homens	100,0	37,0	52,2	6,4	1,8	1,8	0,8
Sul							
Mulheres	100,0	28,8	55,5	4,3	2,4	7,7	1,3
Homens	100,0	34,7	57,4	4,5	1,0	1,8	0,6
Centro-Oeste							
Mulheres	100,0	28,9	52,3	7,8	3,7	6,5	0,8
Homens	100,0	37,3	50,3	7,7	1,8	1,8	1,1
Total País							
Mulheres	100,0	30,2	50,3	6,7	3,6	8,2	1,0
Homens	100,0	36,2	52,3	7,0	1,6	1,9	1,0

Quando se examina a situação conjugal da população segundo regiões, evidenciam-se diferenças significativas. A informação disponível refere-se ao Censo de 1980 e, de acordo com esses dados, existem três regiões: Norte, Centro-Oeste e Sul, onde a parceria feminina atingia 60%, apesar de que sua legalização era bem mais alta no Sul, onde a união consensual alcançava só 4%, enquanto que no Norte era de 11%.

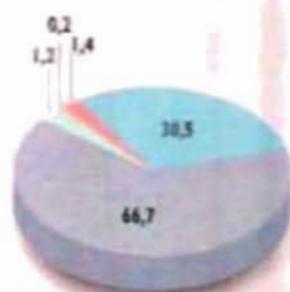
É notável que o Nordeste e o Sudeste tenham estruturas conjugais tão similares, sendo regiões sócio-economicamente distintas. Uma explicação poderia residir no fato de que ambas as regiões abrangem a população negra mais numerosa pois existem estudos que indicam a singularidade da população negra nestes aspectos - maior número de mulheres sozinhas por serem solteiras, separadas ou viúvas - cujas características são justamente as que diferenciam estas duas regiões das outras.

ESTADO CONJUGAL DA POPULAÇÃO POR SEXO, SEGUNDO IDADE, 1980

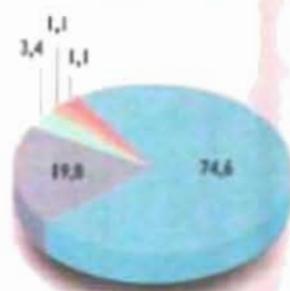
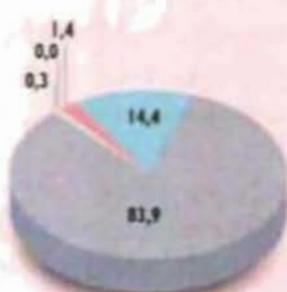
Ao analisar o estado conjugal da população por idade, comprovam-se algumas das diferenças existentes entre homens e mulheres. Fica assim evidenciada a parceria feminina precoce: entre as mulheres de 15 a 24 anos, quase uma terceira parte já tem um parceiro, enquanto que entre os homens essa proporção é de apenas 14%.

Por outro lado, a partir dos 35 anos, a parceria feminina declina claramente em favor da situação de divórcio, separação ou viuvez, enquanto que nos homens a variação é mínima. Em 1980, quase 80% das mulheres de 35 a 44 anos tinham parceiro, proporção que desce a 52% entre as maiores de 50 anos. No caso dos homens, aqueles com parceira da primeira faixa etária representam 88%, e os correspondentes à última faixa ainda são 83%. Além do mais, entre as pessoas maiores de 50 anos, 32% das mulheres são viúvas, em relação a somente 8% dos homens.

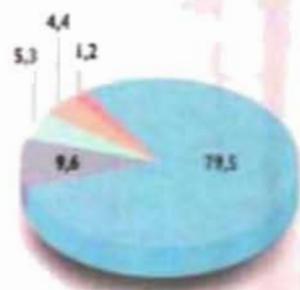
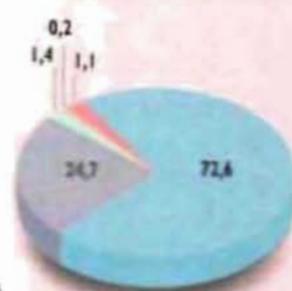
(Porcentagens)



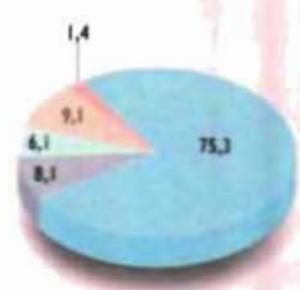
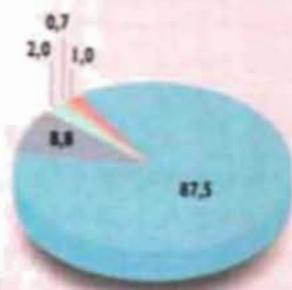
15-24 anos



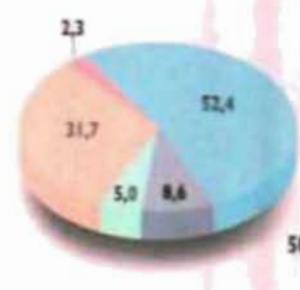
25-34 anos



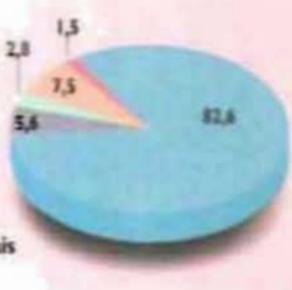
35-44 anos



45-49 anos



50 anos e mais



CASAMENTOS SOLENIZADOS POR ANO E TAXAS DE NUPCIALIDADE, 1980-1988

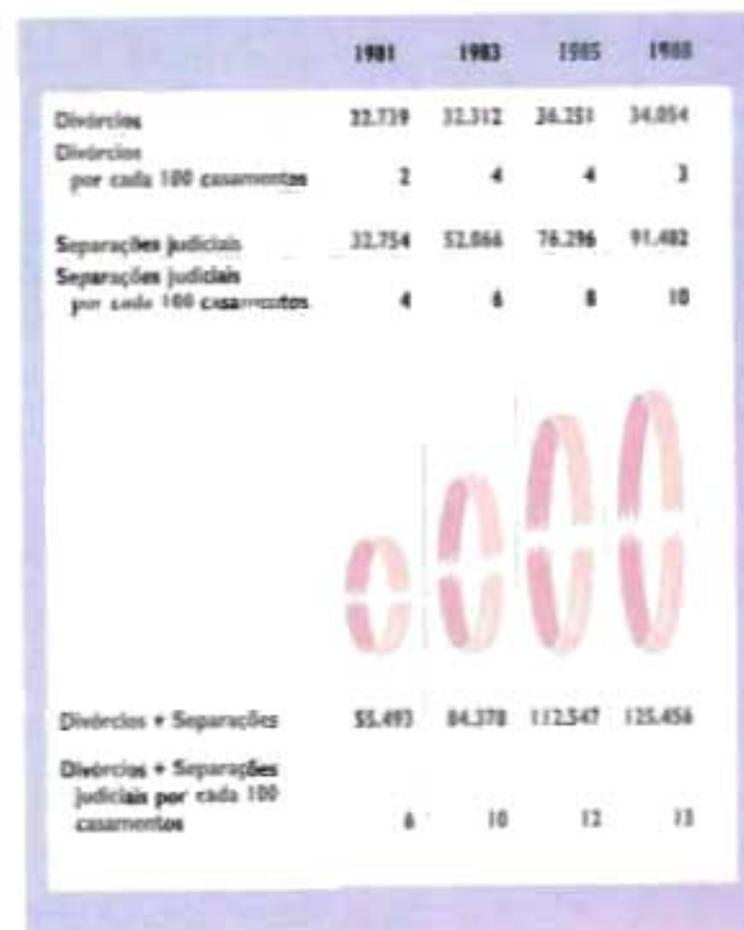
No Brasil, a taxa de nupcialidade é decrescente: em 1980 representava 7,8 casamentos por cada mil habitantes, e desceu até 6,7 em 1988. A única flutuação contrária a essa tendência ocorreu entre 1985 e 1986, quando o número de casamentos subiu de 952 mil para pouco mais de um milhão.

No sentido contrário, a taxa de divórcios e separações aumenta. Como resultado disso, a relação entre casamentos e divórcios-separações é progressivamente favorável a estes últimos. em 1981 aconteciam seis divórcios e separações por cada cem casamentos, enquanto que em 1988 aconteciam treze divórcios e separações por cada cem casamentos.



Fonte: IBGE, Estatísticas do Registro Civil, 1980 a 1988. IBGE, Anuário Estatístico de 1989.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE DIVÓRCIOS E SEPARAÇÕES JUDICIAIS



Fonte: Estatísticas do Registro Civil, 1981-1988.

FAMÍLIA E CHEFIA DA FAMÍLIA

Ao examinar a evolução da constituição das famílias no Brasil, evidencia-se que o seu tamanho tende a diminuir. Em 1970, existiam 5,1 pessoas morando em cada domicílio, e em 1989 essa cifra era de 4,2 pessoas. O tamanho continua sendo maior na zona rural (4,6) do que na urbana (4,1).

A evolução da composição familiar indica uma declinação na proporção de famílias numerosas, mas também, uma progressiva, embora lenta diminuição, daquela das famílias nucleares, tudo isso em favor do crescimento das famílias reduzidas: que incluem o casal sem filhos, as famílias monoparentais (de um cônjuge só) e as pessoas que moram sozinhas. O conjunto destas famílias reduzidas atingia 23% em 1970, e em 1987 subiu para 30%. O crescimento mais marcante correspondeu à família monoparental, que em 1970 representava 7,8% do total de famílias, e em 1987 aumentou para 12,3%.

MÉDIA DOS MORADORES EM DOMÍCIOS PARTICULARES PERMANENTES, SEGUNDO ZONA, 1970-1989

(Em milhares)

	1970		1980		1989	
	N°	%	N°	%	N°	%
Total de domicílios particulares permanentes	17.628	100,0	25.211	100,0	34.363	100,0
Urbanos	10.276	58,3	17.771	70,5	26.344	76,7
Rurais	7.352	41,7	7.440	29,5	8.019	23,3
Total de moradores	89.963	100,0	117.349	100,0	144.119	100,0
Urbanos	50.363	56,0	79.318	67,6	107.097	74,3
Rurais	39.600	44,0	38.031	32,4	37.022	25,7
Média simples de moradores por domicílio	5,1	-	4,7	-	4,2	-
Urbano	4,9	-	4,5	-	4,1	-
Rural	5,4	-	5,1	-	4,6	-

EVOLUÇÃO DA COMPOSIÇÃO FAMILIAR

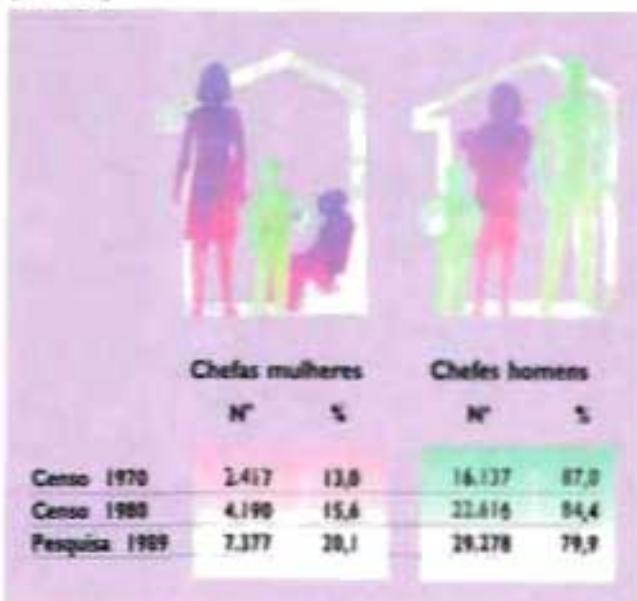
(Porcentagens)

Tipo de família	1970	1980	1987 ⁽¹⁾
Casal com filhos ⁽¹⁾	57,6	54,8	54,6
Casal com filhos e parentes	9,8	8,1	6,9
Casal sem filhos	9,2	10,6	10,6
Casal sem filhos e sem parentes	2,2	1,8	1,6
Casal com ou sem filhos e agregados	1,9	1,4	0,8
Monoparental ⁽²⁾	7,8	10,7	12,3
Monoparental com parentes e agregados	2,5	2,7	2,7
Parentes	2,6	2,8	3,2
Parentes e agregados	0,1	0,1	0,1
Sem família	0,3	0,4	0,3
Pessoa só	5,8	6,5	6,7
Total	100,0	100,0	100,0
N°	17.631.707	26.348.664	34.532.365

Notas: (1) Incluídos os pais e sogras que moram e são dependentes de(s) filho(s) em número de 2.577 em 1970, e 3.943 em 1980. (2) Nesse total estão incluídos estas famílias chefes de família, com pai ou sogra, mãe ou sogra como dependentes, em número de 70.405 em 1970, e 108.331 em 1980. (3) A Pesquisa PNAD 1987, não permite uma desagregação da situação incluída na categoria Parentes.

EVOLUÇÃO DA CHEFIA DE FAMÍLIA POR SEXO

(Em milhares)



Um setor crescente das famílias brasileiras está chefiado por uma mulher: 13% segundo o Censo de 1970, 15,6% de acordo com o Censo de 1980, e 20,1% segundo a Pesquisa da Família de 1989, o que representava, neste último ano, aproximadamente sete e meio milhões de famílias. Como acontece no resto da América Latina, é provável que essa proporção de famílias chefiadas por uma mulher seja maior, considerando que a declaração e o registro costumam estar distorcidos pelo fato de que, na cultura latina, a chefia está ligada ao varão.

A declaração da chefia feminina segundo regiões, indica que ela é menor nas regiões Sul e Centro-Oeste (16,4% e 18,7%, respectivamente), do que no resto das regiões, onde este tipo de chefia é ligeiramente superior a 20% do total de famílias (para a região Norte, somente se conhece a cifra referente à zona urbana).

CHEFIA DE FAMÍLIA POR SEXO SEGUNDO REGIÃO, 1988

(Em milhares)

Região	Chefas mulheres		Chefes homens	
	N°	%	N°	%
Norte ⁽¹⁾	255	24,3	793	75,7
Nordeste	1.945	20,9	7.356	79,1
Sudeste	3.442	20,5	13.344	79,5
Sul	959	16,4	4.889	83,6
Centro-Oeste	455	18,7	1.980	81,3
Total País	7.056	19,9	28.362	80,1

Nota: (1) Excluída a população rural.

CHEFES DE FAMÍLIA E RELAÇÕES DE PARENTESCO, 1989

(Em milhares)

	Ambos os sexos	Mulheres	Homens
Chefes de família	36.655	7.377	29.278
Parentes			
Total	107.465	66.051	41.414
Cônjuge	26.965	26.757	208
Filhos	71.682	34.004	37.678
Outro parente	7.338	4.234	3.104
Não parente	1.480	1.056	424

Quase a totalidade das mulheres que declaram chefia da família moram sem cônjuge: em 1989, somente 2,8% delas tinham parceiro convivente, enquanto no caso dos chefes varões a cifra atingia 91,4%.

A maioria destas chefes de família são de idade madura, perto, ou maiores de 40 anos; poucas têm menos de 35 ou mais de 55 anos. Quando chega à terceira idade, o número absoluto das chefes de família diminui claramente, pois elas falecem ou passam a depender de outros.

No entanto, nas últimas duas décadas, a proporção de chefes de família jovens tem aumentado. Em 1970, entre as mulheres que constituíam famílias sozinhas com filhos, 25% não cumpriam os 40 anos, 53% estavam entre os 40 e os 59 anos, e 22% tinham 60 anos ou mais. Mas em 1987, as menores de 40 anos aumentaram para 44%, aquelas na faixa de 40 a 59 anos desceram para 39%, e as de 60 anos ou mais o fizeram para 17%.

MULHERES POR SITUAÇÃO FAMILIAR SEGUNDO IDADE, 1970-1987

(Porcentagens)

Idade	Mulheres com marido e filhos	Mulheres sozinhas com filhos ⁽¹⁾	Mulheres chefes ⁽²⁾ de outros tipos de arranjos familiares sem filhos
Menos de 40 anos	64,0	24,9	18,5
de 40 a 59 anos	32,6	53,1	36,1
60 anos e mais	3,4	22,0	45,4
Total	100,0	100,0	100,0
N ^o	12.150.196	1.415.431	713.894
			1980
Menos de 40 anos	64,7	37,0	24,3
de 40 a 59 anos	31,6	42,8	29,7
60 anos e mais	3,7	20,0	46,0
Total	100,0	100,0	100,0
N ^o	16.833.990	2.182.456	1.426.206
			1987
Menos de 40 anos	62,9	44,1	nd
de 40 a 59 anos	30,4	38,6	nd
60 anos e mais	4,7	17,3	nd
Total	100,0	100,0	nd
N ^o	20.524.920	3.589.261	nd

Notas: (1) Os dados para 1970 e 1980, incluem famílias ampliadas pela presença de outros parentes e/ou agregados. Para 1987, a informação refere-se a chefes de família monoparentais simples. (2) Este dado não está disponível para 1987.



TRABALHO

Lógicamente, as mulheres têm participado no desenvolvimento sócio-econômico do Brasil mediante diversas vias, mas, fundamentalmente, através das duas mais regulares: o trabalho doméstico e as atividades dedicadas ao mercado econômico. Paralelamente, a contribuição das mulheres tem sido condicionada pelas grandes mudanças na estrutura produtiva brasileira, bem como por sua condição específica de gênero.

Tal como acontece no resto da América Latina, o problema é que esta participação nem sempre é visível. Uma das principais causas disso reside em que só as atividades tradicionalmente consideradas econômicas, formam parte das contas nacionais. As tentativas de quantificar a contribuição do trabalho doméstico à economia nacional não têm sido satisfatórias nem têm modificado as tradições existentes. Por outro lado, persiste o debate sobre se esse trabalho poderia ser remunerado e, ainda mais, sobre se esta alternativa, melhoraria a condição das mulheres.

Desse modo, a presença das mulheres no desenvolvimento do Brasil basicamente torna-se visível quando se realiza como atividade econômica, seja como assalariada ou através de uma atividade comercial por conta própria. Ora, distinguir este tipo de atividades das concernentes ao âmbito doméstico, nem sempre resulta fácil,

especialmente em setores como o agrícola, por exemplo. Muitas vezes, as próprias mulheres -rurais e outras- declaram que sua atividade inscreve-se no conjunto dos afazeres domésticos, ficando registradas então como donas de casa, ou seja, como inativas. Este subregistro é amplamente reproduzido, quando o questionário referente à ocupação é limitado, como acontece com os Censos Demográficos.

Evidentemente, a orientação institucional e a das próprias mulheres no que tange a considerar-se como economicamente inativas, baseiam-se em velhos padrões culturais, que estabeleceram uma determinada divisão sexual do trabalho, em virtude da qual cabe às mulheres a responsabilidade dos afazeres domésticos, e aos homens a atividade pública e propriamente econômica. É verdade que, ultimamente, essa divisão de tarefas tornou-se mais flexível, mas também é certo que, socialmente, considera-se ainda que as mulheres têm a responsabilidade do trabalho doméstico, participem ou não, no mercado do trabalho.

Na verdade, desde que o Brasil foi fundado como colônia, uma proporção substancial da população feminina tem trabalhado no mercado econômico. Nos últimos quarenta anos, este fato vem tornando-se progressivamente visível, na medida em que as mulheres têm se empregado como assalariadas e têm aumentado sua atividade mercantil,

apesar de que também aconteceram variações culturais que contribuíram a levantar o véu na declaração e no registro sobre a atividade econômica feminina.

De acordo com as Pesquisas de Domicílios (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD), no fim dos anos oitenta, as mulheres constituíam 35% da mão-de-obra brasileira, e sua taxa de participação econômica era uma das mais altas da região: perto de 40% das mulheres maiores de 10 anos trabalhavam em 1988 (o que significa que essa cifra é maior ainda entre as de 15 anos e mais, que é a idade mínima para trabalhar noutros países latino-americanos).

O crescimento da mão-de-obra feminina brasileira também foi um dos mais altos do subcontinente: durante os anos do salto econômico, praticamente duplicou, passando de uns sete milhões em 1970, para aproximadamente quatorze milhões de mulheres ativas no mercado de trabalho em 1980. Apesar de que esse ritmo diminuiu durante a crise dos anos oitenta, estima-se que, no início da década dos noventa, essa cifra atingiu quase 25 milhões.

Ora, esta forte dinâmica de trabalho não coloca as brasileiras entre as que contam com melhores condições de trabalho na região. A sua segmentação ocupacional é marcante: elas empregam-se principalmente no setor serviços e, dentro deste, no item de serviços pessoais, e ainda como empregadas de escritório e no comércio,

enquanto que os homens desempenham-se fundamentalmente como trabalhadores, agrícolas e não agrícolas.

Do mesmo modo que em outros países da América Latina, destaca-se a apreciável proporção de técnicas e profissionais na mão-de-obra feminina em relação à masculina -e em relação à feminina dos países industrializados-, mas, também neste âmbito, existe a segmentação: as mulheres são principalmente enfermeiras universitárias ou professoras, enquanto que muito poucas são engenheiras ou arquitetas.

Padecendo um forte subemprego, ocupando os níveis mais baixos da escala ocupacional e sofrendo discriminação direta em razão do sexo, elas obtêm um salário médio que alcança só a 54% daquele que percebem os homens. Em outras palavras, apresentam uma das brechas salariais mais fortes da América Latina.

As cifras médias anteriores desagregam-se segundo outros fatores diferenciais: as zonas de residência, as economias regionais, a cor, etc. Nas regiões pobres e no conjunto do País, as mulheres negras ou pardas sofrem piores condições de emprego, marcado sempre por uma grande instabilidade.

Tudo isso sempre relacionado, logicamente, com os padrões culturais, que tendem a identificar o trabalho das mulheres como

secundário e complementar -também em termos salariais- do correspondente aos homens.

PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA

Em termos gerais, nos últimos decênios, o registro da participação feminina na População Economicamente Ativa (PEA), aumentou sensivelmente. No fim dos anos oitenta, de acordo com as Pesquisas de Domicílios, mais de 35% da PEA eram mulheres, o que significa 21,5 milhões em 1988 e perto de 25 milhões no início dos anos noventa.

Este crescimento verificou-se tanto em relação à participação masculina, como referido à própria população feminina em idade de trabalhar. Em 1973, trabalhava um 33% das mulheres maiores de 10 anos, e em 1988 essa proporção aumentou para 39%. De todas formas, estas taxas de participação econômica continuavam sendo ainda bem mais altas nos homens, apesar de que desceram ligeiramente: 77% em 1973, e 76% em 1988.

Ora, é um fato reconhecido que a participação feminina no trabalho sofre um subregistro considerável, especialmente nos trabalhos informais e nas zonas rurais, como também acontece noutros países da América Latina.

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR SEXO, 1981-1988 (SEGUNDO PESQUISAS)

(Em milhares)

Ano	Ambos os sexos	Mulheres	♀/total %
1981	47.542,5	14.849,2	31,2
1983	50.940,7	16.812,2	33,0
1985	55.098,5	18.473,1	33,5
1988	61.047,9	21.415,9	35,1

Nota: Corresponde à população de 10 e mais anos de idade, incluído as pessoas cujas idades se desconhecem, e excluído a população rural do Norte.

TAXAS DE PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA POR SEXO, 1973-1988

(Taxas por cem)



Nota: Corresponde à população de 10 e mais anos de idade.

EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA POR SEXO

Ano	(Milhares)			(Taxas por cem)		
	Ambos os sexos	Mulheres	♀/Total %	Ambos os sexos	Mulheres	Homens
1950	17.792,1	2.717,4	15,3	47,7	14,5	81,2
1960	23.258,8	4.064,9	17,5	47,0	16,4	77,6
1970	30.225,7	6.196,8	20,5	44,9	18,4	71,5
1975	36.805,1	8.809,3	23,9	46,9	22,4	71,4
1980	44.627,5	12.074,8	27,1	49,8	26,9	72,9
1985	51.311,1	14.571,7	28,4	50,7	28,7	73,0
1990	58.348,5	17.333,4	29,7	51,3	30,3	72,6

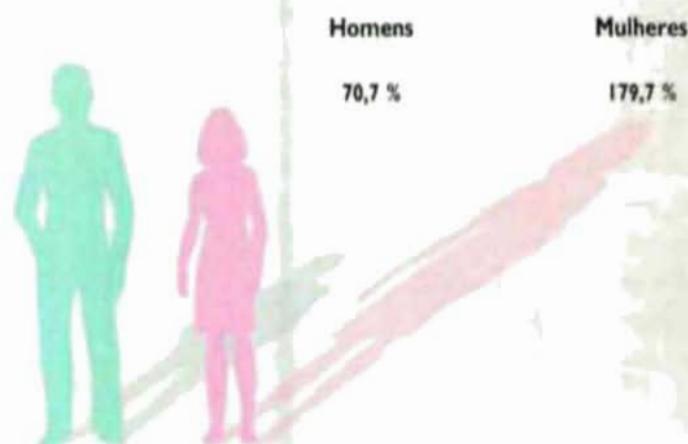
Nota: Estimativas realizadas por CELADE, fundamentalmente baseadas nos Censos.

O subregistro da participação feminina no mercado do trabalho é maior nos Censos da População do que nas Pesquisas de Domicílios, entre outras causas, porque o objetivo principal destas não é recolher cifras sobre emprego. Assim, as cifras da PEA masculina não apresentam grandes diferenças entre Censos e Pesquisas, o que sim acontece em relação às mulheres. Em resumo, os Censos captam mal a mão-de-obra considerada secundária.

Isso deve ser levado em conta, especialmente quando se pretende apresentar séries prolongadas de participação no trabalho, nas quais é preciso acudir aos Censos, devido a que as Pesquisas sómente se aplicam na América Latina desde os anos setenta.

Entretanto, o que interessa dessas séries, como as elaboradas por CELADE, é que, apesar de mostrarem cifras muito reduzidas sobre a participação feminina (em 1990, as mulheres seriam só 29,7% da PEA total), elas evidenciam o forte crescimento da PEA feminina, especialmente nos últimos vinte anos. Entre 1970 e 1990, a mão-de-obra feminina cresceu em 180%, enquanto que a masculina o fez em 71%, durante o mesmo período.

CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO ATIVA POR SEXO, 1970-1990

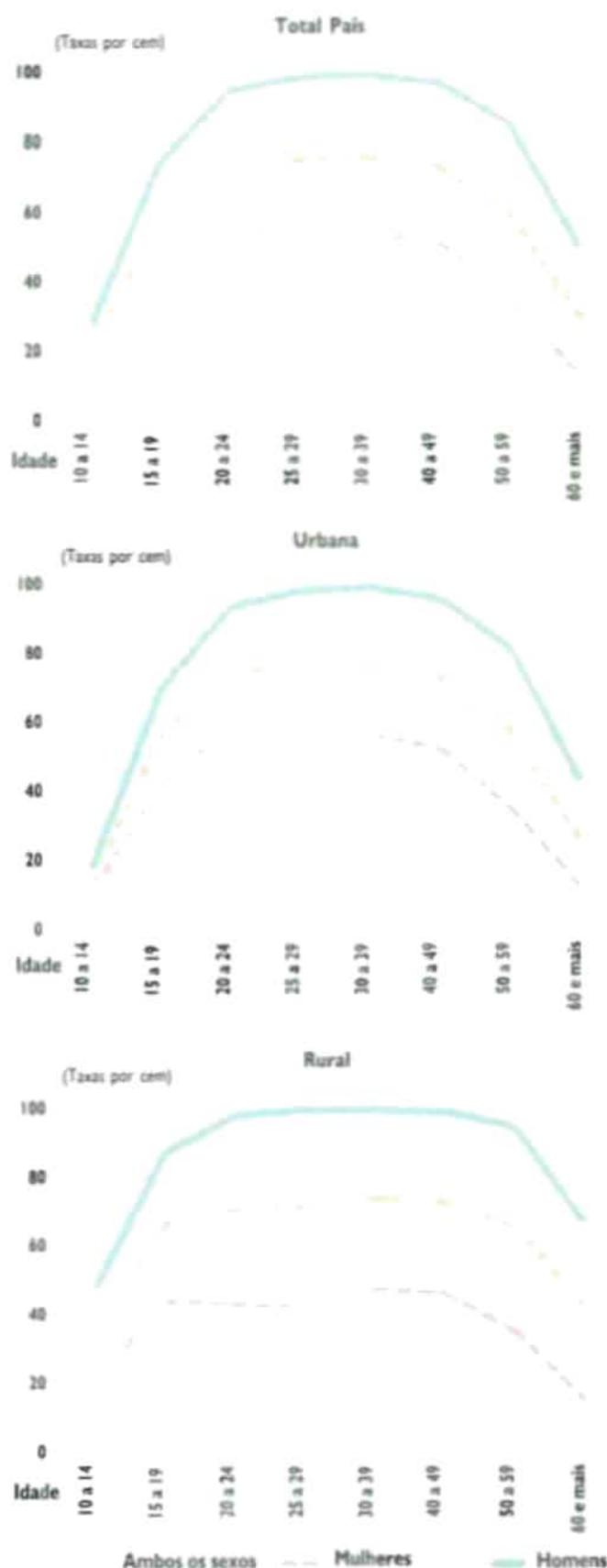


TAXAS ESPECÍFICAS DE PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA POR SEXO, IDADE E ZONA DE RESIDÊNCIA, 1988

A participação no trabalho das mulheres segundo a sua idade mostra diferenças substanciais em relação à dos homens. Eles começam a participar mais cedo, especialmente nas zonas rurais. Por outro lado, as mulheres alcançam sua maior presença no mercado do trabalho perto dos 25 anos, enquanto que os homens o fazem passados os 30 anos, principalmente nas cidades.

Esta queda na participação feminina a partir dos 25 anos, está ligada ao fato de que muitas mulheres, desde essa idade, dedicam-se aos afazeres domésticos e à procriação. Contudo, convém salientar que o nível de atividade não cai fortemente senão até depois dos 50 anos, o que significa que uma proporção apreciável de mulheres não abandona o trabalho por motivos familiares.

Destaca-se o fato de que nas zonas rurais a participação feminina, após diminuir passados os 25 anos, volta a crescer na idade madura, alcançando as taxas mais altas perto dos 40 anos.



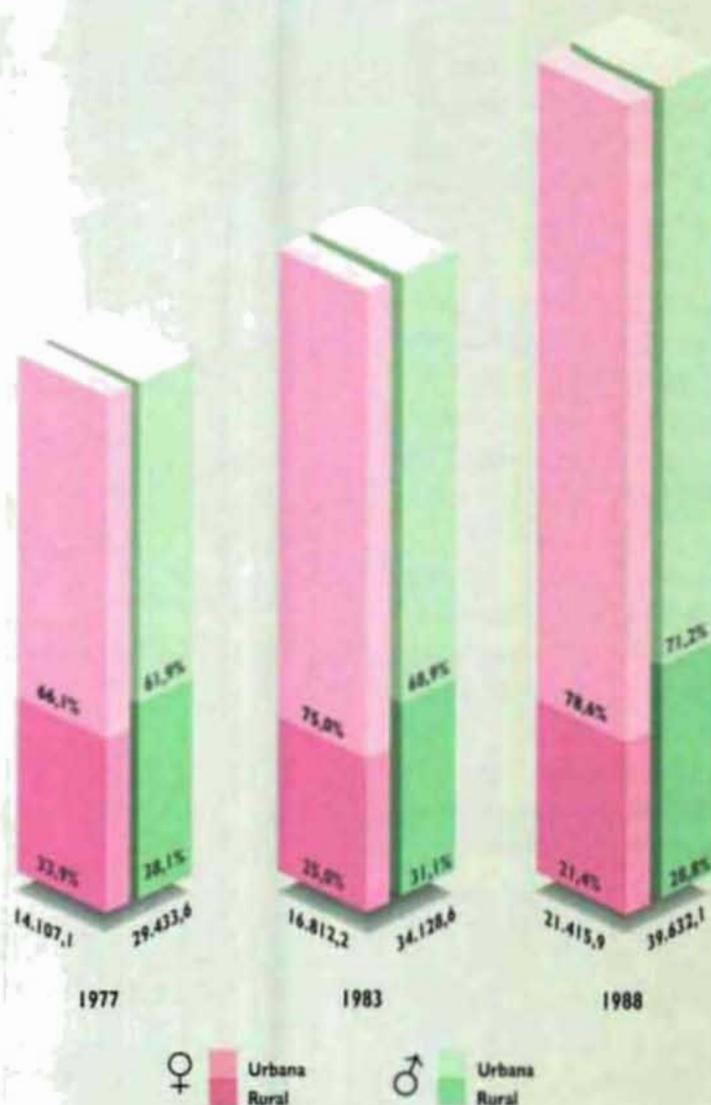
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ATIVA POR SEXO E ZONA DE RESIDÊNCIA (SEGUNDO PESQUISAS)

Com o crescimento da PEA brasileira, a sua distribuição espacial foi mudando, principalmente no sentido de concentrar-se nas cidades: em 1977, um 63% da PEA nacional era urbana e em 1988 a proporção atingiu 74%.

Visto que a migração em direção às zonas urbanas foi mais importante nas mulheres do que nos homens, e também devido ao subregistro de sua participação na agricultura, em 1988, a proporção rural da PEA feminina resultou substancialmente menor do que a masculina (21,4% e 28,8%, respectivamente).

A taxa de participação das mulheres é mais alta na região Sul (43,4), seguida pelo Sudeste (39,0), sendo algo mais baixa no Nordeste (36,2).

O Norte apresenta o maior crescimento da PEA por região, como resultado da migração em direção à economia de fronteiras, sobretudo em Estados como os de Rondônia e Amazônia.



Nota: Corresponde à população de 10 e mais anos de idade. Os valores absolutos da PEA por ano e sexo estão indicados em milhares.

PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA POR SEXO SEGUNDO REGIÃO, 1988

(Taxas por cem)⁽¹⁾

Região	Ambos os sexos		Homens		Mulheres	
	%	Taxa	Taxa	Taxa	%	
Norte ⁽²⁾	5,7	70,4	70,4	37,3	36,7	
Nordeste	26,1	74,7	74,7	36,2	34,1	
Sudeste	44,8	75,5	75,5	39,0	35,4	
Sul	16,6	79,2	79,2	43,3	36,3	
Centro-Oeste	6,8	79,2	79,2	37,3	32,4	
Total País	100,0	75,9	75,9	38,7	35,1	

Notas: (1) Corresponde à população de 10 e mais anos de idade. (2) Excluída a zona rural.

ESTRUTURA OCUPACIONAL

Largamente, a composição da ocupação feminina difere da apresentada pela masculina, sob diversos aspectos: setores de atividade, categorias ocupacionais, grupos profissionais.

Durante os anos oitenta, continuou diminuindo no Brasil o peso da ocupação agrícola, mas não em favor da industrial, como tinha acontecido durante as décadas de crescimento econômico - na realidade, a ocupação industrial desceu - traduzindo-se em um incremento extraordinário da ocupação no setor serviços.

O processo anterior resulta mais marcante entre as mulheres, por sua tendência à ocupação nesse setor: em 1977, um 59,4% das ocupadas trabalhavam em serviços, enquanto que essa proporção representava 72,6% em 1988. De todas formas, a participação feminina vem aumentando em relação à masculina nos setores mais urbanos: as mulheres constituíam 16% da PEA industrial em 1977, e 19% em 1988; 65,4% do setor serviços em 1977, e 68,4% em 1988.

POPULAÇÃO ECONÔMICAMENTE ATIVA SEGUNDO SEXO E SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA, 1977-1988

(Porcentagem)

1977 1981 1985 1988

Ambos os sexos

Agricultura	36,0	29,3	28,5	24,3
Indústria	23,2	24,7	22,1	23,3
Serviços	40,8	46,0	49,4	52,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Homens

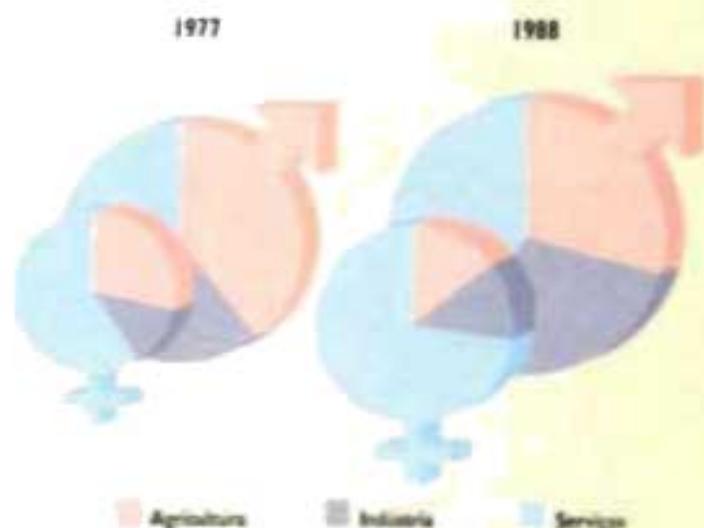
Agricultura	39,3	32,6	33,6	29,4
Indústria	28,3	30,0	27,0	29,0
Serviços	32,4	36,4	39,4	41,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Mulheres

Agricultura	28,7	19,8	18,4	14,7
Indústria	11,9	13,0	12,4	12,7
Serviços	59,4	67,2	69,2	72,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Mulheres/Total

Agricultura	24,9	21,1	21,5	21,2
Indústria	16,0	16,4	18,7	19,0
Serviços	45,4	45,6	43,3	48,4
Total	31,2	31,2	33,4	34,9



Nota: Correspondem a população de 15 e mais anos de idade.

**POPULAÇÃO OCUPADA POR REGIÃO
SEGUNDO SEXO E SETOR DE ATIVIDADE
ECONÔMICA, 1988**

(Porcentagens)

Setor de atividade

Região

Norte Nordeste Sudeste Sul Centro-Oeste

Ambos os sexos

Agricultura	7,8	41,7	13,5	32,2	23,6
Indústria	23,2	16,1	30,2	23,0	17,4
Serviços	69,0	42,2	56,3	44,8	59,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Homens

Agricultura	11,0	48,7	17,6	36,1	32,8
Indústria	30,8	19,8	37,6	28,5	22,7
Serviços	58,2	31,5	44,8	35,4	44,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Mulheres

Agricultura	2,3	28,2	5,9	25,4	4,4
Indústria	10,2	8,8	16,6	13,3	6,0
Serviços	87,4	63,0	77,5	61,3	89,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Mulheres/Total

Agricultura	10,8	23,0	15,4	28,7	6,0
Indústria	16,2	18,8	19,4	21,0	11,3
Serviços	46,7	50,9	48,5	49,7	48,7
Total	31,2	34,1	35,4	36,3	32,3

Nota: (1) Excluiu a zona rural.

A distribuição ocupacional por setores varia segundo a região. O setor serviços é o mais importante em todas as regiões, apesar de que há variações desde o Centro-Oeste e o Sudeste, onde em 1988 representava 59% e 56%, respectivamente, até 42% no Nordeste. O peso da agricultura é significativo -da ordem de 40% da ocupação total- nas regiões rurais do Nordeste e do Norte (embora nesta última não exista informação atualizada sobre sua zona rural), mas, em geral, a atividade agrícola é mais importante do que a industrial em todas as regiões do País, exceto no Sudeste, onde a PEA industrial representa um 30% da total, e a PEA agrícola alcança somente um 13,5%.

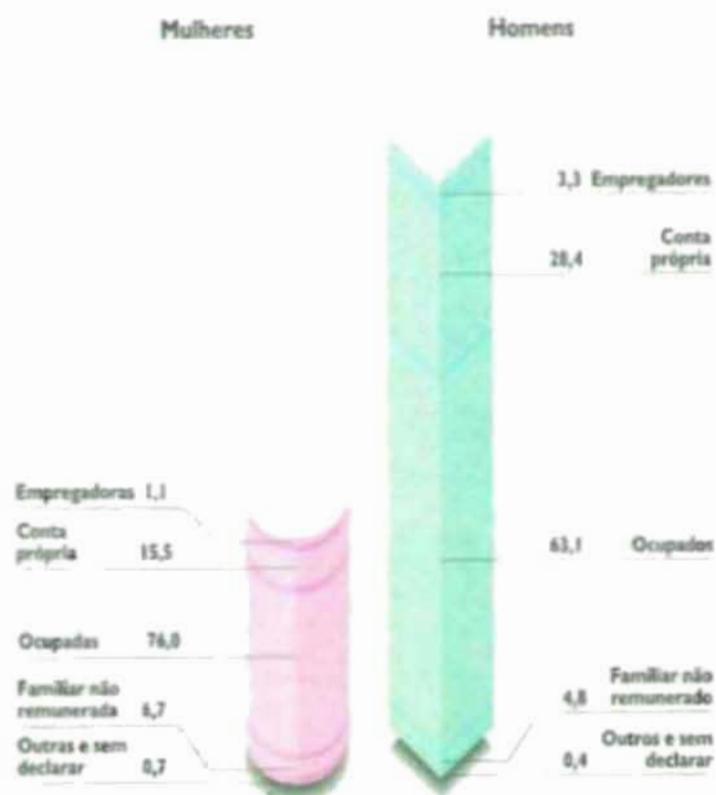
Neste contexto, a participação feminina não corresponde exatamente a uma determinada composição por setores. A maior participação geral das mulheres no Sul, evidencia-se em todos os setores: é maior na indústria do que no industrial Sudeste (as mulheres no Sul constituem 21% da PEA industrial, e no Sudeste atingem 19%), e maior na agricultura do que no rural Nordeste (as mulheres são quase 29% da PEA agrícola no Sul, e 23% no Nordeste). Neste panorama, destaca-se a alta participação das mulheres no setor serviços do Nordeste (onde era a mais alta em 1988: 51% da PEA de serviços), apesar de que aí o peso desse setor é menor do que no resto das regiões do País.

POPULAÇÃO OCUPADA POR SEXO SEGUNDO CATEGORIA OCUPACIONAL, 1980

No Brasil, a informação mais específica sobre categorias e grupos ocupacionais tem o inconveniente de que não aparece desagregada por sexo nas Pesquisas de Domicílios. Por isso é preciso acudir aos Censos e, até que seja processado o de 1991, o mais atualizado é o correspondente a 1980. Assim, é possível obter uma idéia sobre a composição por sexo das categorias e grupos, mas sem dar conta das variações causadas pela crise dos anos oitenta, que noutros países da América Latina foram apreciáveis, embora não tenham mudado completamente o panorama de 1980.

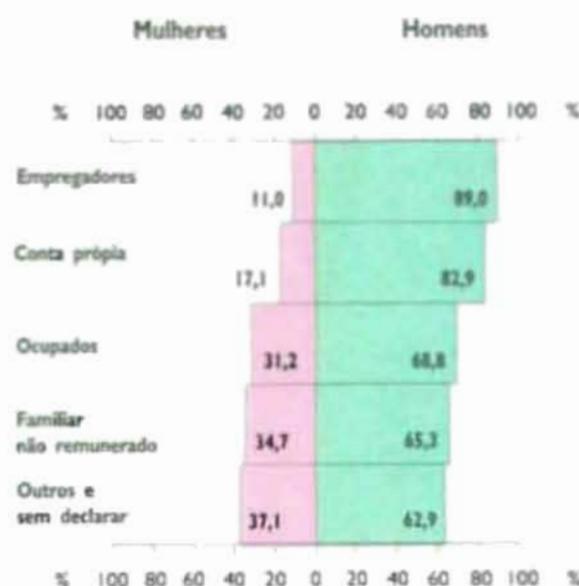
Os dados disponíveis indicam que as mulheres ocupavam-se mais como assalariadas do que os homens: em 1980, estas constituíam 76% da PEA feminina, enquanto que os assalariados representavam 63% da PEA masculina. Ora, nesse ano, as mulheres eram um 31% do conjunto de assalariados, perto de 35% dos familiares não remunerados, e somente 11% dos empregadores.

(Porcentagens)



Nota: Corresponde à população de 10 e mais anos de idade.

COMPOSIÇÃO POR SEXO DAS CATEGORIAS OCUPACIONAIS, 1980



A composição das categorias apresenta fortes variações segundo sua localização espacial. Em Estados rurais, como o Pará e a Bahia, aumenta o peso dos ocupados por conta própria, enquanto que nos industriais, como São Paulo, ou administrativos -o Distrito Federal-

a proporção de assalariados aumenta. Todavia, essa diferenciação ligada à estrutura produtiva, evidencia-se mais fielmente nos homens do que nas mulheres, as quais basicamente trabalham como assalariadas em todos os Estados. Uma das causas desta situação

reside em que as mulheres têm muita dificuldade para estabelecer-se por conta própria nas zonas rurais, pelos obstáculos que devem enfrentar para ter acesso à terra.

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA EM ESTADOS SELECIONADOS SEGUNDO SEXO E CATEGORIA OCUPACIONAL, 1980

(Porcentagens)

Categoria ocupacional

	Pará	Bahia	São Paulo	Rio Grande do Sul	Mato Grosso	Distrito Federal
--	------	-------	-----------	-------------------	-------------	------------------

Homens

Empregadores	1,5	2,4	4,0	3,9	2,8	2,6
Conta própria	47,2	40,7	15,1	30,5	38,8	13,5
Ocupados	45,3	51,8	78,6	57,9	52,4	82,8
Familiar não remunerado	5,4	4,4	1,6	7,5	5,5	0,6
Outros e sem declarar	0,7	0,6	0,6	0,2	0,6	0,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nº (em milhares)	812,8	2.283,2	7.245,3	2.207,0	317,6	303,2

Mulheres

Empregadoras	0,6	1,7	1,4	0,8	1,3	0,9
Conta própria	18,4	22,5	8,2	10,8	15,4	10,5
Ocupadas	65,2	63,9	87,6	74,4	77,5	87,0
Familiar não remunerada	14,3	10,8	2,4	13,5	4,3	0,7
Outras e sem declarar	1,5	1,1	0,4	0,5	1,5	0,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nº (em milhares)	214,0	751,1	3.166,4	997,1	67,2	170,0

Mulheres/Total

Empregadoras	0,2	19,6	13,4	9,2	9,6	15,7
Conta própria	8,7	16,2	19,0	14,2	7,5	29,6
Ocupadas	26,1	30,2	32,7	37,6	23,3	36,2
Familiar não remunerada	39,2	46,0	39,0	45,7	13,9	39,8
Outras e sem declarar	34,0	41,4	25,0	45,1	33,9	50,8
Todas	19,7	26,0	30,3	31,9	17,0	35,1

Nota: Corresponde à população de 10 e mais anos de idade.

POPULAÇÃO OCUPADA POR SEXO SEGUNDO GRUPO OCUPACIONAL, 1980

As diferenças ocupacionais entre homens e mulheres evidenciam-se ao analisar os grupos profissionais. As mulheres ocupam-se principalmente em serviços pessoais e no bloco das ocupações do setor serviços nas zonas urbanas: empregadas de escritório e vendedoras. Por sua parte, os homens ocupam-se fundamentalmente como agricultores e trabalhadores não agrícolas. Como acontece no resto da América Latina, destaca-se a alta proporção de técnicas e profissionais na PEA feminina.

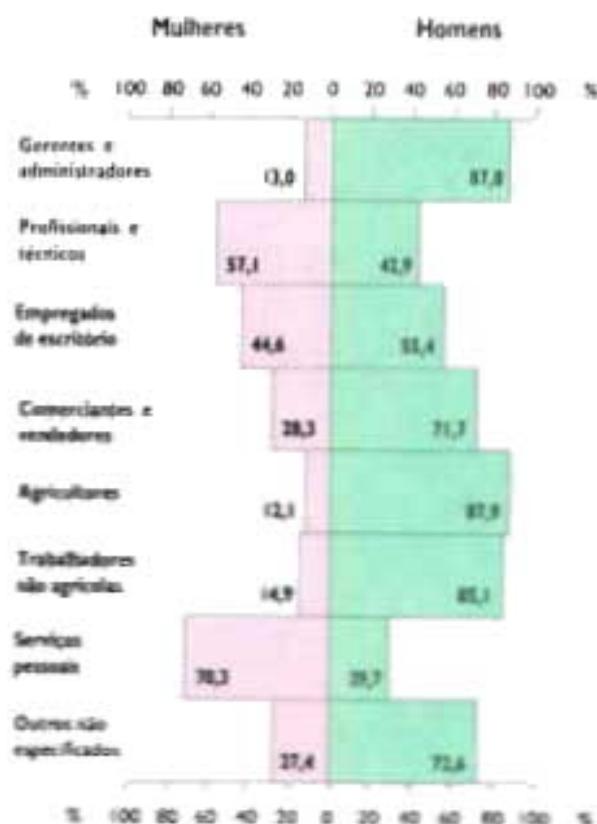
Em consequência, em 1980, as mulheres constituíam 57% do conjunto de profissionais e técnicos, perto de 45% dos empregados de escritório, 15% dos trabalhadores não agrícolas, e 13% dos gerentes. Mas representavam a imensa maioria, um 70%, dos serviços pessoais.

Porcentagem

Grupo ocupacional	Ambos os sexos	Mulheres	Homens
Gerentes e administradores	4,1	1,9	4,7
Profissionais e técnicos	6,4	13,4	2,7
Empregados de escritório	7,8	12,9	5,9
Comerciantes e vendedores	7,5	7,7	7,4
Agricultores	18,0	13,3	33,6
Trabalhadores não agrícolas	24,9	13,6	29,4
Serviços pessoais	11,8	30,4	4,8
Outros não especificados	9,5	6,8	12,5
Total	100,0	100,0	100,0
Nº (em milhares)	43.235,7	11.842,7	31.393,0

Nota: Corresponde à população de 15 e mais anos de idade.

COMPOSIÇÃO POR SEXO DOS GRUPOS OCUPACIONAIS, 1980



Nota: Corresponde à população de 15 e mais anos de idade.

As ocupações das mulheres variam segundo a região. Nos Estados rurais, a proporção de mulheres ocupadas em trabalhos agrícolas aumenta: no Pará e na Bahia, 21% e 30% da PEA feminina eram agricultoras em 1980 (em serviços pessoais ocupavam-se 28% e 25%, respectivamente), enquanto que

em São Paulo sómente 5,7% eram agricultoras.

No entanto, a participação feminina na agricultura não é alta em relação à masculina: no Pará e na Bahia, as mulheres constituíam 10% e 16% do total de agricultores, respectivamente. As ocupações que sobressaem são, precisamente, as

técnicas e profissionais, e as empregadas de escritório, pois nessas zonas os homens ocupam-se pouco nas citadas atividades (entre 2% e 3% da PEA masculina no Pará e na Bahia). Nos serviços pessoais é que as mulheres prevalecem em todas as regiões: em 1980, eram desde um 66% no Distrito Federal, até um 77% no Rio Grande do Sul.

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA EM ESTADOS SELECIONADOS SEGUNDO SEXO E GRUPO OCUPACIONAL, 1980

(Porcentagens)

Grupo ocupacional	Pará	Bahia	São Paulo	Rio Grande do Sul	Mato Grosso	Distrito Federal
Homens						
Gerentes e administradores	2,6	3,3	6,2	5,0	4,9	6,5
Profissionais e técnicos	2,5	2,0	5,3	4,1	2,6	8,6
Empregados de escritório	3,7	3,2	9,2	6,3	3,4	13,0
Comerciantes e vendedores	8,0	6,6	8,8	6,4	7,0	8,5
Agricultores	47,3	52,1	12,3	32,5	46,4	2,9
Trabalhadores não agrícolas	23,1	21,2	39,3	31,5	23,6	32,3
Serviços pessoais	3,6	3,3	6,2	3,7	2,9	11,9
Outros não especificados	9,2	8,3	12,6	10,5	9,2	16,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nº (em milhares)	812,8	2.283,2	7.245,3	2.207,0	317,6	303,2
Mulheres						
Gerentes e administradoras	1,5	1,4	2,3	1,9	2,3	3,2
Profissionais e técnicas	15,5	12,0	11,1	14,6	17,7	15,04
Empregadas de escritório	10,0	7,7	17,6	11,4	14,5	20,8
Comerciantes e vendedoras	8,8	7,4	8,0	8,2	8,2	7,5
Agricultoras	20,6	30,4	5,7	15,4	5,2	0,5
Trabalhadoras não agrícolas	8,2	7,3	17,9	15,1	4,5	5,3
Serviços pessoais	28,2	25,0	30,1	27,3	40,3	41,2
Outras não especificadas	7,2	8,8	7,3	6,0	7,5	5,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nº (em milhares)	214,0	751,1	3.166,4	997,1	67,2	170,0
Mulheres/Total						
Gerentes e administradoras	12,9	12,6	13,9	14,9	8,7	21,5
Profissionais e técnicas	62,0	66,1	47,9	61,8	56,5	49,6
Empregadas de escritório	41,6	43,9	13,8	44,9	47,0	47,3
Comerciantes e vendedoras	22,6	27,0	45,6	36,5	20,2	33,1
Agricultoras	10,3	16,1	16,8	17,6	2,3	9,0
Trabalhadoras não agrícolas	8,6	11,2	16,6	17,9	3,7	8,4
Serviços pessoais	67,4	71,5	67,9	76,7	74,7	66,0
Outras não especificadas	17,0	25,9	20,2	20,5	16,3	16,4
Todas	20,8	24,8	30,4	31,1	17,5	35,9

Nota: Corresponde à população de 10 e mais anos de idade.

SEGMENTAÇÃO OCUPACIONAL FEMININA EM PROFISSÕES QUALIFICADAS, 1980

(Porcentagem)

Participação ocupacional feminina



A elevada proporção de técnicas e profissionais mulheres não significa que no âmbito das profissões qualificadas exista menos segmentação ocupacional por sexo. Ao individualizar as profissões dentro dos grupos ocupacionais, evidencia-se que as mulheres são principalmente professoras e enfermeiras e muito poucas são engenheiras ou arquitetas. Onde quase igualam os homens é na Administração Pública, na qual representam 41% dos diretores e chefes administrativos, apesar de que também não ocupam cargos com alta responsabilidade política.

Ao examinar a evolução das ocupações femininas, evidencia-se que em 1950, a proporção do serviço doméstico era bem maior (35,3%) que em 1980 (23,9%); mas também, que neste ano continuava sendo a ocupação principal. A mudança essencial entre ambas as datas consiste no claro ascenso dos trabalhos de escritório e na queda de certas atividades tradicionalmente femininas como, por exemplo, o de tecelã.

PRINCIPAIS OCUPAÇÕES NÃO AGRÍCOLAS DA MULHER, 1950-1980

Ocupação (não agrícola)	Participação ocupacional feminina			
	1950		1980	
	%	Rango	%	Rango
Servidoras	35,5	1	23,9	1
Costureiras e bordadeiras	9,9	2	7,1	4
Tecelãs	9,4	3	0,7	11
Mestras de escola	7,8	4	7,7	3
Lavadeiras e passadeiras	6,1	5	2,7	7
Funções de escritório	5,5	6	14,4	2
Leijistas	2,0	7	4,6	6
Repartideiras	1,7	8	1,0	11
Serventes	1,6	9	4,9	5
Enfermeiras e fisioterapeutas	1,5	10	2,5	8
Cocineiras, hotéis e alimentação	-	-	1,8	9
Comerciantes conta própria	-	-	1,6	10
Outras	17,9		27,1	
Total	100,0		100,0	

Nota: (1) 20 não está incluído entre as principais ocupações femininas não agrícolas.

DESEMPREGO

A pesar de que a medida do desemprego aberto não constitui um indicador muito exato dos problemas de emprego numa economia dual (veja-se o capítulo Identificação Sócio-Económica do País), com áreas pouco formalizadas, como a brasileira, as cifras disponíveis mostram a evolução da crise dos anos oitenta, bem como as diferenças por sexo.

Nas principais regiões metropolitanas, destaca-se que, após as altas taxas de desemprego de 1983, geradas pela crise de 1981-1982, essas cifras foram descendo, como resultado da recuperação económica que aconteceu desde meados da década, para voltar a crescer no fim do decénio.

Durante todo esse processo, as taxas de desemprego das mulheres foram tendencialmente maiores. Nos pontos mais altos da crise, os homens apresentam cifras de desemprego semelhantes, mas depois recuperam emprego mais rapidamente do que as mulheres. Tudo isso levando em conta que uma proporção de mulheres costumam declarar-se inativas (as donas de casa) quando perdem o emprego, em lugar de desocupadas.

EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE DESEMPREGO ABERTO NAS PRINCIPAIS REGIÕES METROPOLITANAS

(Taxas por cem)

Ano	Belo Horizonte	Porto Alegre	Recife	Rio de Janeiro	Salvador	São Paulo
Ambos os sexos						
1983	7,8	6,7	8,0	6,2	5,6	6,8
1984	8,3	7,0	9,0	6,8	7,8	6,8
1985	5,7	5,4	7,2	4,9	6,0	5,0
1986	3,7	3,9	4,6	3,5	4,6	3,3
1987	3,9	3,9	5,2	3,2	4,1	3,8
1988	4,0	3,6	5,6	3,1	4,6	4,0
1989	3,4	2,6	5,3	2,8	4,4	3,4
1990 ⁽¹⁾	4,2	3,7	5,9	3,5	5,4	4,6

Mulheres						
1983	7,3	7,0	8,6	6,8	5,6	6,9
1984	8,5	7,5	10,3	7,9	8,1	7,5
1985	6,2	6,1	8,6	5,5	6,7	5,8
1986	4,2	4,7	5,4	4,2	5,0	3,7
1987	4,1	4,3	6,2	3,6	4,2	3,9
1988	4,3	4,2	6,5	3,6	4,7	4,5
1989	3,9	2,8	6,1	3,4	4,5	3,5
1990 ⁽¹⁾	4,5	3,8	6,4	3,6	5,4	4,6

Homens						
1983	8,1	6,7	7,7	5,8	5,6	6,8
1984	8,2	6,6	8,2	6,1	7,5	6,4
1985	5,4	4,9	6,4	4,5	5,6	4,6
1986	3,4	3,4	4,1	3,1	4,3	3,1
1987	3,8	3,7	4,6	3,0	4,0	3,7
1988	3,8	3,3	5,0	2,8	4,6	3,7
1989	3,0	2,5	4,9	2,4	4,3	3,4
1990 ⁽¹⁾	4,1	3,6	5,5	3,5	5,4	4,6

Nota: (1) Corresponde às médias dos meses de janeiro a setembro desse ano.



Ao analisar a desocupação por grandes regiões, evidencia-se o problema do registro estatístico do desemprego aberto. O fato de que as taxas sejam maiores nas regiões industrializadas como o Sudeste (4,2) e não nas mais pobres, como o Nordeste (3,3), não só diz respeito a movimentos de natureza econômica, mas também, ao diferente grau de formalização de cada economia regional.

Os problemas de emprego também são diferentes segundo o grupo étnico. Pesquisas realizadas nas regiões metropolitanas, com forte diversidade racial, mostram as relações entre a participação do trabalho e o desemprego. As taxas de participação dos negros e pardos são mais altas do que as dos brancos, pois aqueles apresentam taxas mais baixas de escolarização nas primeiras idades e de aposentadoria nas idades avançadas. Além do mais, a participação dos negros e pardos está marcada por fortes flutuações, enquanto que a dos brancos tem bastante estabilidade. Por outro lado, os negros e pardos sofrem maior desemprego que os brancos e situam-se nos níveis mais baixos da escala ocupacional.

TAXAS DE DESEMPREGO POR SEXO SEGUNDO REGIÃO, 1990

(Taxa por cem)

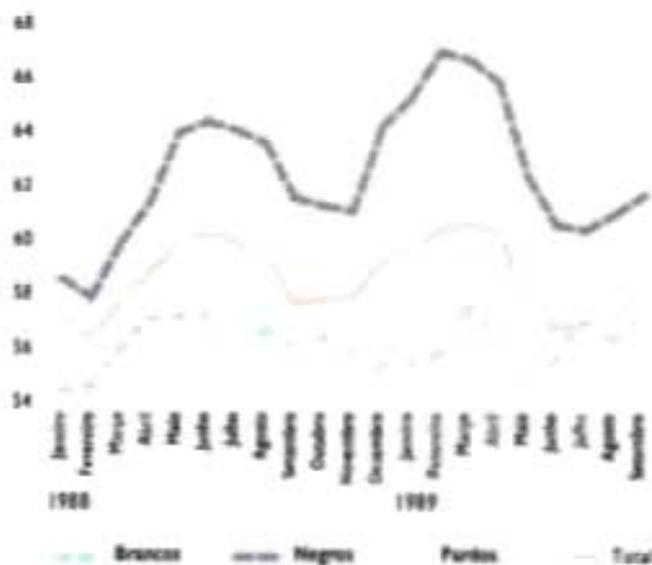
Região	Ambos os sexos	Mulheres	Homens
Norte	3,7	4,2	2,8
Nordeste	3,3	3,6	2,9
Sudeste	4,2	4,3	4,1
Sul	3,8	3,1	2,7
Centro-Oeste	2,9	2,8	3,2
Total País	3,6	3,8	3,4

TAXAS DE DESEMPREGO E PARTICIPAÇÃO SEGUNDO GRUPO ÉTNICO EM REGIÕES SELECIONADAS, 1989

Região metropolitana	Taxas de desemprego total (1)		Taxas de participação	
	Branco	Negro e Pardo	Branco	Negro e Pardo
Belem	10,5	11,0	53,1	54,8
Salvador	11,1	17,3	56,8	60,7
São Paulo	7,9	10,5	59,5	64,6

Nota: (1) Somam o desemprego aberto com o oculto.

TAXAS DE PARTICIPAÇÃO SEGUNDO GRUPO ÉTNICO NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR, 1988-1989



SUBEMPREGO

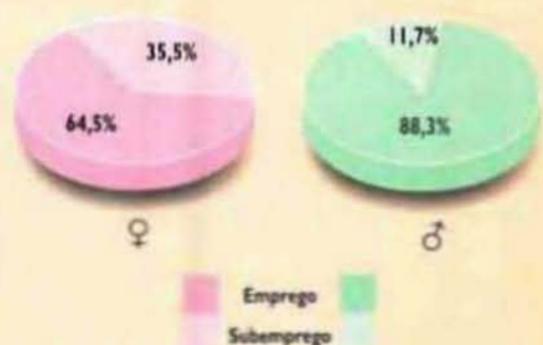
Ao medir a existência de pleno emprego através de um número mínimo de horas trabalhadas, considerando subempregadas àquelas pessoas que não conseguem cobrir esse mínimo, mesmo desejando fazê-lo (estimado no Brasil em 39 horas semanais), adverte-se que este problema aumentou durante os anos oitenta e que, neste processo, as mulheres são mais atingidas que os homens: em 1988, 35,5% das mulheres ocupadas trabalhavam menos de 39 horas semanais, enquanto que nos homens essa cifra era de 11,7%.

O subemprego é bem maior nas regiões Norte e Nordeste do que no Sudeste e no Sul: em 1988, um 26,6% dos ocupados no Nordeste não superava as 39 horas semanais, proporção que no Sudeste era de 17,6%. Nas regiões que sofrem maior subemprego, as principais afetadas são as mulheres: no Nordeste, quase a metade das mulheres encontram-se subempregadas.

PESSOAS OCUPADAS QUE TRABALHAM MENOS DE 39 HORAS SEMANAIS 1977-1988

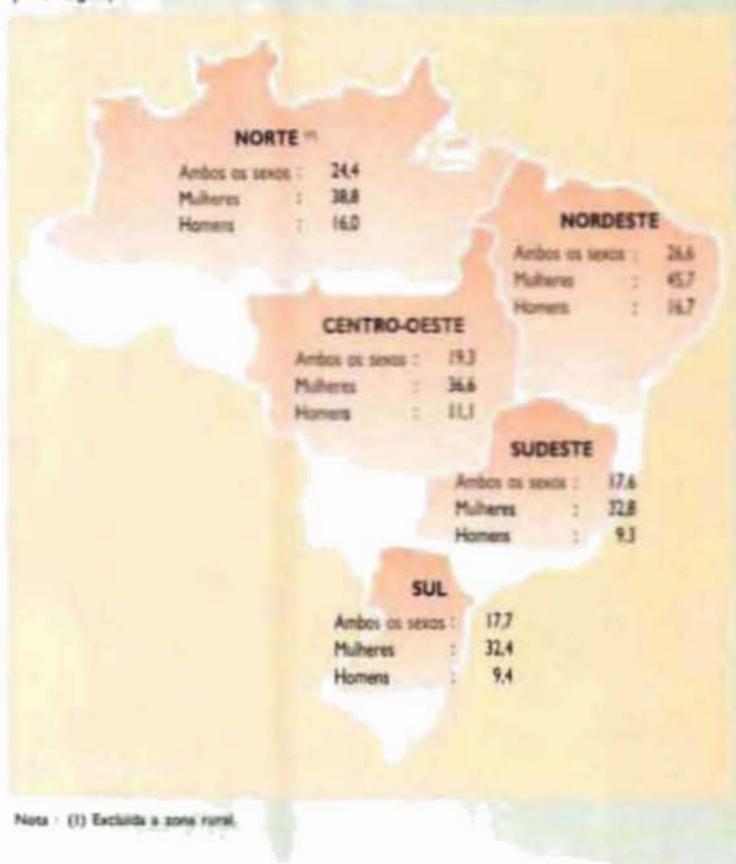
(Porcentagens)

Ano	Mulheres	Homens
1977	29,4	8,2
1983	36,3	13,2
1985	35,6	11,9
1988	35,5	11,7



POPULAÇÃO OCUPADA QUE TRABALHA 39 OU MENOS HORAS SEMANAIS POR SEXO SEGUNDO REGIÃO, 1988

(Porcentagens)



Nota: (1) Excluída a zona rural.

OCUPAÇÃO E NÍVEL EDUCATIVO

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR SEXO, SEGUNDO ANOS DE ESTUDO 1980-1988

(Porcentagens)

Anos de estudo	1980		1988	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Menos de 1	19,0	26,4	14,1	18,8
1 - 2	9,5	12,2	9,5	12,4
3 - 4	30,5	32,8	24,4	27,9
5 - 8	18,1	15,0	22,6	21,0
9 e mais	22,5	13,5	29,1	19,7
Não declarados	0,3	0,1	0,3	0,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Nota: Corresponde à população de 10 e mais anos de idade.

POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA POR REGIÃO, SEGUNDO ANOS DE ESTUDO E SEXO, 1988

(Porcentagens) **

Anos de estudo	Região				
	Norte (1)	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Homens					
Menos de 1	12,6	38,6	9,9	10,4	16,7
1 - 2	12,2	17,3	9,5	10,4	12,9
3 - 4	21,3	18,6	30,8	32,1	27,1
5 - 8	30,2	14,2	25,6	29,1	22,8
9 e mais	23,3	11,2	24,0	17,8	20,0
Não declarados	0,4	0,1	0,2	0,2	0,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mulheres					
Menos de 1	9,3	28,9	8,8	8,6	10,1
1 - 2	8,1	14,3	7,3	8,9	8,8
3 - 4	18,1	19,2	25,9	30,1	21,2
5 - 8	28,7	15,3	24,3	27,5	23,5
9 e mais	35,0	21,9	33,6	24,6	35,2
Não declarados	0,8	0,3	0,2	0,3	1,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mulheres/Total					
Menos de 1	30,0	27,9	33,0	32,1	22,5
1 - 2	27,8	30,1	27,6	32,9	24,8
3 - 4	33,1	34,8	31,6	35,0	27,4
5 - 8	35,6	35,8	34,2	35,1	33,1
9 e mais	46,6	30,5	43,4	44,2	45,8
Não declarados	53,0	56,1	37,0	46,1	49,5

Nota: (1) Corresponde à população de 10 e mais anos de idade. (2) Excluído a zona rural.

Como acontece noutros países da América Latina, a mão-de-obra feminina do Brasil já alcançou um nível educativo médio maior do que o da masculina. Apesar de que em 1980 essa situação ainda não se concretizava, em 1988 era uma evidência: só um 14% das mulheres economicamente ativas tinha menos de um ano de estudo, enquanto que essa proporção era de 19% para seus homólogos homens. No outro extremo da escala, um 29% da PEA feminina tinha mais de nove anos de estudo, cifra que era ainda de 20% na PEA masculina.

No fim dos anos oitenta, essa era a situação em todas as regiões do País em relação à comparação entre os sexos. As grandes diferenças manifestam-se no que tange à situação educativa geral de cada região: as mulheres ocupadas do Nordeste apresentavam uma situação muito deficiente em relação às do Sudeste ou do Sul. Um 29% da PEA feminina do Nordeste tinha menos de um ano de estudo, enquanto que essa proporção era somente de 9% na PEA feminina do Sudeste.

DIFERENÇAS SALARIAIS

Les estudos realizados em diferentes países da América Latina, indica que há muito tempo, o salário médio que recebem as mulheres é apreciavelmente inferior àquele dos homens, embora isto venha diminuindo no decurso dos anos, conforme à tendência mundial.

Neste contexto, o Brasil é um dos países que apresenta uma maior diferença salarial; apesar de que desde 1976 a 1986, a brecha foi diminuindo em todas as regiões, em 1988, a média salarial das mulheres no conjunto do País representava ainda um 54% daquela dos homens. Convém assinalar que essa situação não guarda relação com o salto educativo conseguido pela PEA feminina.

Esta diferença salarial procede de distintas causas: o maior subemprego das mulheres, sua ocupação nos postos mais baixos da escala salarial e a permanência da discriminação sexual direta em ocupações de igual nível.

RELAÇÃO ENTRE SALÁRIOS MÉDIOS FEMININO E MASCULINO SEGUNDO REGIÃO, 1988

(Cruzeiros)

Região	Homens	Mulheres	Mulheres/Homens %
Norte ⁽¹⁾	97.318	47.122	48,4
Nordeste	39.242	21.894	55,8
Sudeste	93.421	50.851	54,4
Sul	68.603	33.043	48,2
Centro-Oeste	79.127	47.555	60,1
Total País	73.565	39.797	54,1



Nota: (1) Excluída a zona rural.

RELAÇÃO ENTRE RENDAS MÉDIAS FEMININA E MASCULINA EM REGIÕES METROPOLITANAS SELECIONADAS, 1976-1986

(Porcentagens)⁽¹⁾

Ano	Fortaleza	Recife	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Curitiba
1976	43,3	56,8	33,4	47,6	45,3	37,1
1977	38,9	41,9	38,1	48,6	47,1	44,9
1978	44,2	43,1	44,6	47,1	47,9	42,6
1979	45,9	51,5	44,4	50,9	47,8	44,1
1981	46,8	50,6	46,0	51,7	50,7	52,0
1982	49,2	49,5	46,8	50,3	51,2	50,3
1983	48,0	53,0	45,3	50,6	49,4	50,9
1984	49,3	56,4	49,3	53,8	51,1	48,7
1985	50,4	54,8	44,6	52,5	54,2	49,9
1986	49,4	61,1	47,6	54,7	51,4	49,3

Nota: (1) Cada porcentagem representa a renda média feminina dividida pela masculina.

Um outro método para comprovar a discriminação salarial que sofre a mulher e sua forma de evolução, consiste em analisar a participação dos ocupados segundo uma escala salarial. Em 1977, 18% das mulheres ocupadas não obtinham rendas e dois terços delas não chegavam a perceber um salário mínimo, enquanto que essas cifras eram de 9% e 38,7 entre os homens ocupados.

Em 1988, ainda um 10,5 das mulheres ocupadas não percebiam rendas e a metade delas não superavam um salário mínimo, enquanto que essas cifras eram de 6,4% e 30% entre os homens ocupados. Em outras palavras, a situação das mulheres melhora, mas continua sendo muito precária.

POPULAÇÃO OCUPADA POR SEXO SEGUNDO NÍVEL SALARIAL MENSAL, 1977-1988

(Porcentagem)

Nível salarial	1977		1981		1985		1988	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Sem renda ¹⁾	18,6	8,9	13,9	8,3	13,0	8,0	10,5	6,4
Até 1/2 S.M. ²⁾	25,7	9,1	22,7	8,8	23,4	7,1	19,6	7,6
De 1/2 a 1 S.M.	22,3	20,7	19,3	15,5	22,0	18,6	19,9	15,9
De 1 a 2 S.M.	19,6	27,8	23,8	26,8	19,0	24,2	23,1	24,8
De 2 a 5 S.M.	10,0	22,4	15,3	26,8	15,1	25,3	17,4	26,6
De 5 a 10 S.M.	2,7	6,9	4,1	8,2	5,8	10,0	5,6	10,3
De 10 e mais S.M.	0,8	4,6	1,3	5,2	2,3	6,3	3,1	8,4
Sem declaração	0,3	0,2	0,4	0,4	0,3	0,4	0,6	0,8

Notas: 1) Não cobrem este índice a classe "Serviços Domésticos". 2) Homens e mulheres que trabalham em áreas de alimentação e recreio.

O SETOR INFORMAL

Lamentavelmente, a dificuldade para estimar com precisão o setor informal do emprego reside, seja nos problemas para obter informação, seja no estabelecimento de uma convenção sobre os métodos para processá-la.

Num país como o Brasil, com grandes áreas de economia não formalizada, sobretudo nas zonas agrícolas, a medição torna-se especialmente delicada. Uma via para obter uma idéia no que tange à informalidade nos setores mais formalizados, consiste em medir a proporção de ocupados que não estão cobertos pela Previdência Social. A proporção de mulheres que têm uma ocupação informal é ligeiramente superior à dos homens. Ambos os sexos compartilham uma quase total informalidade na agricultura e destaca-se nas mulheres, a informalidade de sua ocupação em serviços (72% em 1988).

PROPORÇÃO DE OCUPADOS SEM COBERTURA DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, POR SEXO, SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE, 1981-1988

(Porcentagens)

Setor de atividade	1981		1988	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Agricultura	98,1	90,5	96,7	89,6
Indústria	25,2	15,4	25,2	19,2
Construção	25,4	45,3	21,3	49,4
Comércio	40,4	33,1	42,6	37,4
Serviços	69,5	29,1	71,9	35,6
Social	14,4	12,8	16,2	16,5
Administração Pública	9,2	20,4	8,8	20,1
Outras atividades	12,7	17,0	13,8	23,5
Total	54,0	48,3	51,7	48,0



EDUCAÇÃO

Limitada por um contexto educativo geral que apresenta sérios problemas, a condição educacional das brasileiras, nas últimas décadas, melhorou substancialmente.

Sobretudo, a condição sócio-educativa da população brasileira, é muito desigual. Marcada por grandes diferenças étnicas, regionais e, principalmente, de nível sócio-econômico, a população do Brasil, além de bastante estratificada, apresenta amplos setores com fortes deficiências educativas. No fim dos anos oitenta, a sua estrutura educacional piramidal tinha uma imensa base, formada pelos 83% que não haviam superado o nível de ensino primário (em que a maioria tinha três ou menos anos de estudo, e uma proporção importante -um quinto da população maior de 10 anos- era analfabeta), sobre a qual agregava-se um estreito tronco formado por aqueles 11% que tinham alcançado o nível médio, e a reduzida cúspide de 5%, com nível de ensino superior.

A condição educacional de negros e pardos é bem pior que a dos brancos, e as regiões pobres apresentam sérios problemas educativos: na população do Nordeste, por exemplo, um 36% é analfabeto, o que significa perto de onze milhões de pessoas sómente nessa região, dos quase vinte milhões de analfabetos existentes no País inteiro.

Neste contexto, as mulheres alcançaram, a partir dos anos setenta, a situação dos homens em todos os níveis do sistema educativo, o que permitiu ao Brasil abandonar o grupo de países que enfrentam sérias deficiências educacionais gerais, com forte discriminação de gênero, como acontece na Guatemala ou na Bolívia. (Na América Latina também existem países com boa situação educativa geral, mas diferenciados pelo grau de discriminação sexual).

No conjunto da população feminina, além das grandes diferenças existentes entre as mulheres brancas e as de outras raças, as de umas e de outras regiões, as de níveis sócio-econômicos baixos e altos, também verificam-se diferenças generacionais, precisamente devido ao aumento do nível educacional atingido pelas mais jovens.

No fim dos anos oitenta, a matrícula das mulheres nos distintos níveis do ensino formal, era semelhante à dos homens, e inclusive ligeiramente maior nos ensinos médio e superior. E apesar de que não existe informação atualizada e desagregada por sexo sobre o rendimento escolar, pode-se assumir, com certo fundamento que, do mesmo modo que no resto da América Latina, o avanço educacional das mulheres nas últimas décadas, tem sido acompanhado por um rendimento escolar melhor que o dos homens.

No entanto, esse aumento no nível educacional feminino não significa que desapareceu a segmentação por sexo que caracteriza o processo educacional do País. Assim, já desde o ensino médio, as mulheres orientam-se em direção a especialidades diferentes das escolhidas pelos homens. Isto é especialmente evidente no setor do ensino profissional: as mulheres preferem as especialidades pedagógicas, o secretariado e outros serviços, enquanto que os homens optam pelas técnicas industriais e agrícolas.

Essa segmentação é ainda maior no nível superior do sistema: as mulheres constituem a imensa maioria da matrícula em ciências da educação e em humanidades, enquanto que sua presença é mínima nas carreiras tradicionalmente masculinas, como engenharia e tecnologia agrícola. No entanto, no último decênio elas atingiram níveis semelhantes aos dos homens em direito, ciências físicas e computação.

De todas formas, convém salientar que esta segregação sexual é motivada, fundamentalmente, pelo processo de socialização que experimentam as mulheres dentro e fora do sistema educacional. Estudos sobre a reprodução dos papéis de gênero na família e nos textos escolares, por exemplo, revelaram em outros países da América Latina, que está em constituição uma matriz cultural que induz à escolha pelas mulheres, de carreiras

profissionais coerentes com essa identidade sexual.

Além do mais, o próprio sistema educativo denota a segregação hierárquica em que ocorre a participação feminina: as mulheres representam a quase totalidade dos docentes nos níveis pré-escolar e primário, a metade no ensino médio, e a minoria no ensino superior. Esta circunstância demonstra fielmente, não só a segmentação educacional, mas também, a presença geral das mulheres nas instituições do País.

ANALFABETISMO

Apesar de que o analfabetismo diminuiu notavelmente nos últimos vinte anos, constitui ainda um problema no Brasil, principalmente nas zonas rurais. Em 1970, um terço da população total era analfabeta, e em 1988, essa proporção desceu para 18,5%. No campo, a situação era bem mais séria: a metade da população rural padecia o problema em 1970, e um 36% em 1988.

A diminuição do analfabetismo tem sido maior nas mulheres do que nos homens. Em 1970, as mulheres apresentavam uma taxa de 35,1%, enquanto que a dos homens era de 30,6%. Em 1988, as taxas de ambos os sexos eram semelhantes (18,6% nas mulheres e 18,4% nos homens), com a particularidade de que a taxa feminina já era menor do que a masculina nas zonas rurais (34,7% e 37,5%, respectivamente).

No entanto, esta diminuição das taxas de analfabetismo não se traduz ainda numa redução importante no número absoluto de analfabetos, que em 1970 representavam vinte milhões e meio e, em 1988, eram quase vinte milhões.

Em 1988, a região Nordeste apresentava uma taxa de analfabetismo bem maior que a do resto do País (apesar de que para esse ano não houve informação sobre a zona rural do Norte). Enquanto que no Sul e no Sudeste a taxa era da ordem de 11%, no Nordeste atingia 36,2%.

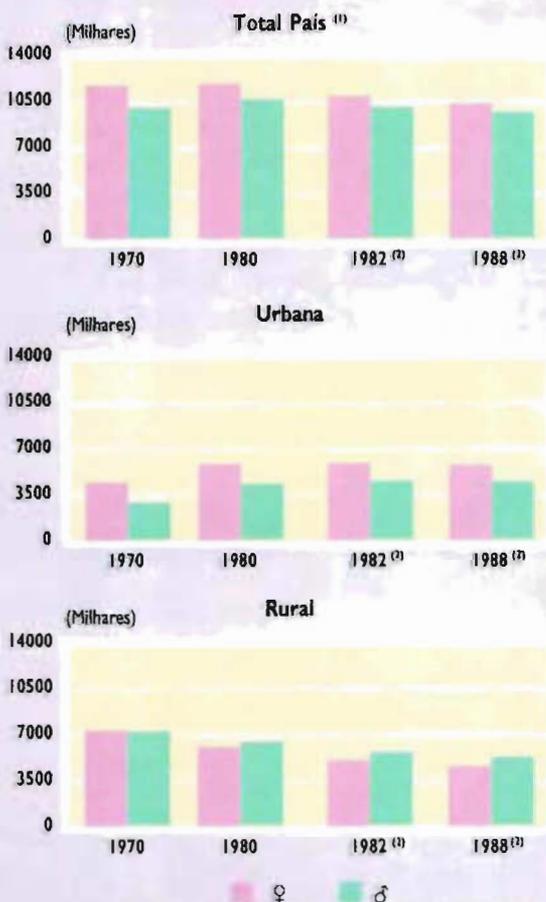
EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE ANALFABETISMO, POR SEXO, SEGUNDO ZONA

(Taxas por cem)

Ano	Ambos os sexos	Mulheres	Homens
Total País			
1970	32,9	35,1	30,6
1980	25,5	26,5	24,4
1982	22,9	23,6	22,3
1988	18,5	18,6	18,4
Urbana			
1970	18,9	22,0	15,4
1980	16,5	18,3	14,5
1982	15,6	17,2	14,0
1988	12,6	13,6	11,5
Rural			
1970	52,4	54,8	50,0
1980	46,2	46,9	45,6
1982	42,5	41,9	43,0
1988	36,1	34,7	37,5

Nota : Corresponde à população de 10 e mais anos de idade.

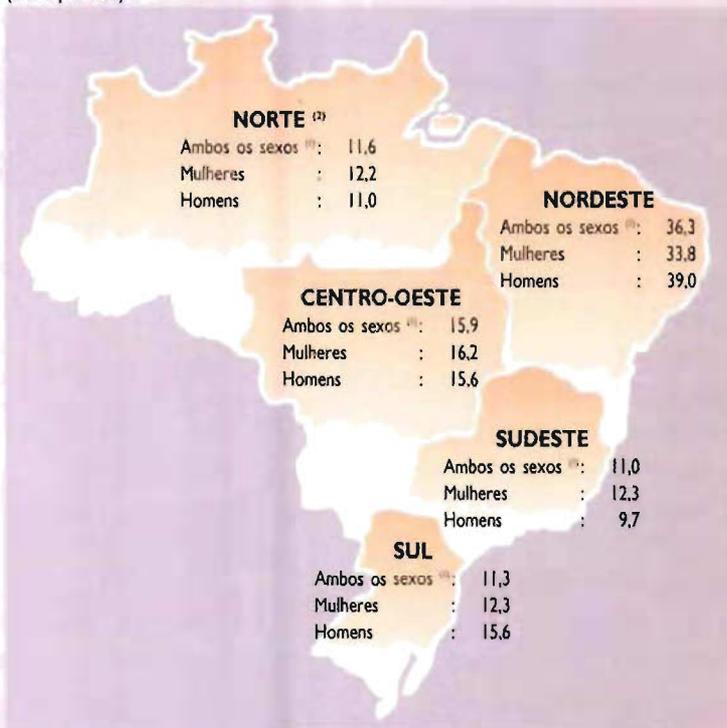
EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ANALFABETOS POR SEXO, SEGUNDO ZONA



Notas : (1) Corresponde à população de 10 e mais anos de idade
(2) Excluída a zona rural da região Norte.

TAXAS DE ANALFABETISMO POR SEXO SEGUNDO REGIÃO, 1988

(Taxas por cem)



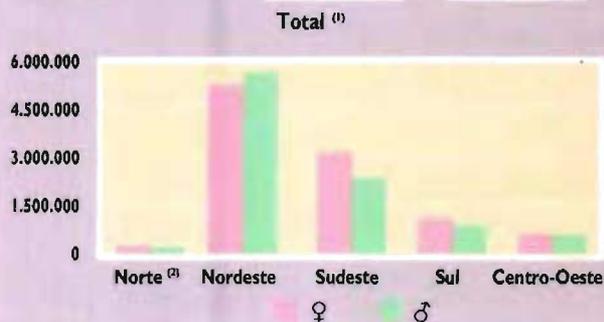
Notas : (1) Corresponde à população de 10 e mais anos de idade. (2) Excluída a zona rural.

Contudo, é no Nordeste que a diferença por sexo é maior em prejuízo dos homens: em 1988, 34% das mulheres da região eram analfabetas, enquanto que os homens atingiam 39%.

Ora, apesar de que a região Sudeste tenha taxas menores, como é a que possui a maior população do País, nela existe um número considerável de analfabetos: quase cinco milhões de analfabetos em 1988. Enquanto que no Nordeste a cifra era de onze milhões. De fato, ambas as regiões concentram um número semelhante de analfabetos nas zonas urbanas.

NÚMERO DE ANALFABETOS POR SEXO SEGUNDO REGIÃO E ZONA, 1988

Região	Mulheres	Homens
Urbana (1)		
Norte	217.470	178.581
Nordeste	2.219.796	2.051.522
Sudeste	2.309.465	1.468.827
Sul	627.066	430.467
Centro-Oeste	358.712	275.044
Rural (1)		
Norte	-	-
Nordeste	3.007.776	3.590.832
Sudeste	833.659	860.858
Sul	452.918	424.222
Centro-Oeste	245.604	296.889



Notas : (1) Corresponde à população de 10 e mais anos de idade. (2) Excluída a zona rural.

ESTUDOS ADQUIRIDOS

Lamentavelmente, a estrutura educativa das brasileiras é uma das mais desiguais da América Latina. Sua condição educacional inscreve-se num panorama nacional caracterizado por uma forte estratificação sócio-educativa, que apresenta forma piramidal: uma base muito ampla constituída por aquelas que não superaram o ensino primário, uma faixa estreita das que atingiram o ensino médio (da ordem de 12%), e uma minoria reduzida (5%) daquelas que chegaram ao ensino superior.

Neste contexto, o aperfeiçoamento do nível educacional feminino faz com que sua situação seja atualmente semelhante à do homem, em todos os estratos. As mulheres alcançaram o ensino médio numa proporção ligeiramente superior aos homens, o contrário acontecendo no ensino superior.

A situação sócio-educativa da população branca é sensivelmente melhor do que a dos negros e pardos. Em 1982, perto de 40% dos negros e pardos tinham menos de um ano de estudo, enquanto que essa proporção era de 20% nos brancos. No extremo oposto da escala, enquanto que um 16% dos brancos tinha 9 anos e mais de estudos, a cifra para os negros e pardos era de somente 6%.

NÍVEIS EDUCATIVOS DA POPULAÇÃO POR SEXO, 1980-1988

(Porcentagens)

Anos de estudo	1980 (Segundo Censo)			1988 (Segundo Pesquisa)		
	Homens	Mulheres	♀/Total	Homens	Mulheres	♀/Total
Sem ensino e menos de 1 ano	26,7	27,7	52,8	19,0	19,0	51,5
1 a 3	25,3	24,2	49,4	24,4	23,1	50,2
4 a 8	36,7	36,5	50,0	40,0	40,1	51,5
9 a 11	7,2	8,2	53,8	10,8	12,3	54,8
12 e mais	4,0	3,2	45,4	5,7	5,3	49,5
Não definidos e ignorados	0,1	0,2	51,9	0,1	0,2	52,2
Total	100,0	100,0	-	100,0	100,0	-
N°	43.354.466	44.456.730	-	52.182.973	55.304.653	-

Nota: Corresponde à população de 10 e mais anos de idade.

NÍVEIS EDUCATIVOS DA POPULAÇÃO POR SEXO, SEGUNDO GRUPO ÉTNICO, 1982

(Porcentagens)

Anos de estudo	Ambos os sexos ⁽¹⁾	Homens	Mulheres	♀/Total
Sem ensino e menos de 1 ano	27,8	28,0	27,6	50,4
1 a 3	26,0	26,3	25,8	50,3
4 a 8	34,3	34,1	34,6	51,1
9 e mais	11,8	11,7	12,0	51,4
Total	100,0	100,0	100,0	50,7
Branco				
Sem ensino e menos de 1 ano	19,8	19,6	20,1	51,7
1 a 3	24,5	24,8	24,2	50,5
4 a 8	39,7	39,5	39,9	51,3
9 e mais	15,9	16,0	15,9	50,9
Total	100,0	100,0	100,0	51,1
Negros e Pardos				
Sem ensino e menos de 1 ano	38,9	39,4	38,3	49,5
1 a 3	28,4	28,4	28,3	50,0
4 a 8	27,0	26,8	27,2	50,6
9 e mais	5,8	5,4	6,2	53,7
Total	100,0	100,0	100,0	50,2

Notas: (1) Corresponde à população de 10 e mais anos de idade. (2) Incluídos os amarelos sem declaração de etnia e os com nível de estudos não definido.

NÍVEIS EDUCATIVOS DA POPULAÇÃO SEGUNDO SEXO, POR REGIÃO, 1988

(Porcentagens)

O nível de estudos adquiridos pela população também é substancialmente diferente conforme a região. No Nordeste, 35% tinham menos de um ano de estudos em 1988, e só 3% tinham alcançado o ensino superior, enquanto que no Sudeste aproximadamente 12% não superavam um ano de estudos, e 7,5% atingiam o ensino superior.

Esta diferenciação regional aconteceu tanto nos homens como nas mulheres, apesar de que, no deficiente contexto do Nordeste, a situação das mulheres é ligeiramente melhor do que a dos homens: em 1988, perto de 10% das mulheres chegaram ao ensino médio, enquanto que a proporção dos homens atingiu somente 7%, e a percentagem em relação ao ensino superior era igual para os homens e as mulheres (2,5%).

Anos de estudo	Região				
	Norte ⁽¹⁾	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Ambos os sexos⁽²⁾					
Sem ensino e menos de 1 ano	13,8	35,1	12,3	12,5	17,0
1 a 3	25,1	27,1	21,6	23,4	24,5
4 a 8	41,4	26,6	45,3	48,0	39,6
9 a 11	15,2	8,5	13,3	10,5	13,0
12 e mais	4,1	2,5	7,4	5,4	5,5
Não declarados	0,4	0,2	0,1	0,2	0,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens					
Sem ensino e menos de 1 ano	19,0	37,7	11,1	11,6	17,2
1 a 3	24,4	27,9	22,3	23,5	25,4
4 a 8	40,0	24,7	46,0	49,0	39,6
9 a 11	10,7	7,1	12,6	10,4	12,0
12 e mais	5,7	2,5	7,9	5,3	5,4
Não declarados	0,2	0,1	0,1	0,2	0,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mulheres					
Sem ensino e menos de 1 ano	19,0	32,6	13,4	13,4	16,9
1 a 3	23,1	26,7	20,8	23,2	23,7
4 a 8	40,1	28,3	44,9	47,0	39,4
9 a 11	12,3	9,7	13,9	10,7	13,9
12 e mais	5,3	2,5	6,9	5,5	5,6
Não declarados	0,2	0,2	0,1	0,2	0,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mulheres/Total					
Sem ensino e menos de 1 ano	54,4	48,0	56,2	54,7	50,2
1 a 3	48,8	37,2	49,8	50,9	48,9
4 a 8	52,6	55,0	50,9	50,1	50,4
9 a 11	55,6	59,4	54,0	51,1	54,2
12 e mais	49,3	51,9	48,1	51,6	51,7
Não declarados	58,2	63,1	43,9	52,0	51,8

Notas : (1) Excluída a zona rural. (2) Corresponde à população de 10 e mais anos de idade.

MATRÍCULA PÚBLICA

ESTABELECIMENTOS POR NÍVEL DE ENSINO SEGUNDO DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA, 1987

(Porcentagens)

Dependência	Nível de ensino			
	Pré-escolar	Primeiro Grau	Segundo Grau	Superior
Federal	1,1	0,4	1,4	6,3
Estadual	28,8	28,1	53,6	9,7
Municipal	47,4	65,8	6,6	12,1
Privada	22,7	5,7	38,4	71,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Durante o regime autoritário, o sistema educacional brasileiro tendeu à privatização. Além do mais, o impulso relativo que o setor público proporcionou ao desenvolvimento da educação nos anos de desenvolvimento econômico -principalmente através dos municípios- estagnou-se desde o início da crise dos anos oitenta. Os ajustes fiscais afetaram os gastos sociais e, entre eles, o destinado à educação. As tentativas de recuperação do primeiro governo eleito em 1985 não permaneceram até fins dos anos oitenta, e a crise econômica do início dos anos noventa está atingindo a administração pública em seus diferentes setores.

Dessa forma, na última década, o peso do setor privado no sistema educacional brasileiro continuou a crescer. Em 1987, este setor era importante no ensino pré-escolar (um 23% dos estabelecimentos), no médio (38%) e no superior. A multiplicação das pequenas universidades privadas fez com que nesse ano elas representassem um 72% do total de estabelecimentos deste nível educativo.

EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

Logo, a crescente participação das mulheres no mundo social e do trabalho, resultou num aumento na demanda de serviços de educação pré-escolar. No entanto, o volume desses serviços é ainda bastante reduzido no Brasil, pois embora tenha crescido rapidamente desde meados dos anos setenta, o seu tamanho inicial era mínimo.

Em 1975, a matrícula pré-escolar mal superava o meio milhão de crianças. Em 1980, a cifra já aumentou para um milhão e trezentos mil, e em 1989 ultrapassou os três milhões e meio. Contudo, isso significa que nesse último ano sómente 15,7% das crianças com seis anos de idade freqüentavam programas desse tipo de educação.

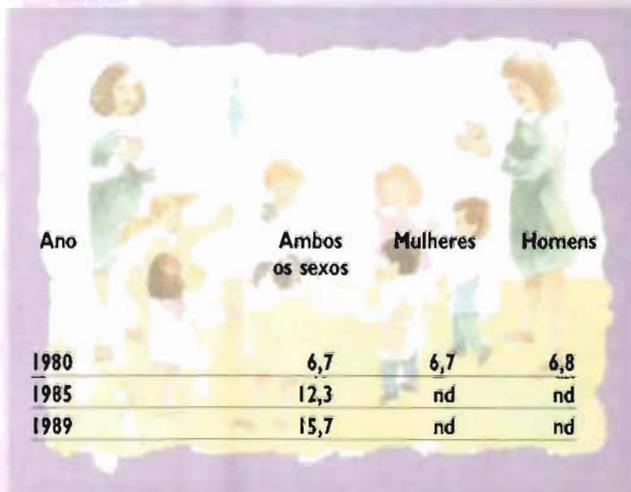
Apesar de que o setor público municipal cobre uma proporção fundamental desta matrícula (em 1987, um 47,4% dos estabelecimentos), uma parte crescente da mesma pertence ao setor privado (23% em 1987).

EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA PRÉ-ESCOLAR, POR SEXO



MENORES DE SEIS ANOS QUE FREQUENTAM PROGRAMAS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR POR SEXO, 1980-1989

(Porcentagens)



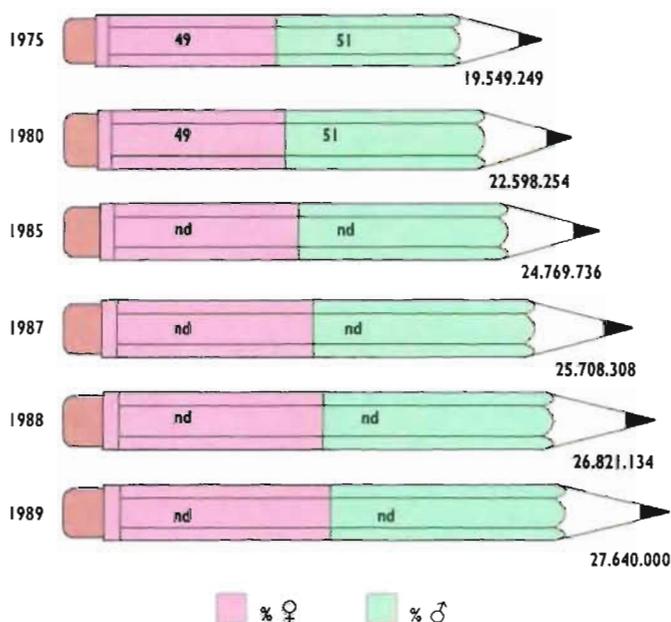
ENSINO PRIMÁRIO

Em relação ao sistema escolar no Brasil, este avançou apreciavelmente nas últimas décadas, tanto em seu nível de cobertura, como na ampliação de seu programa, que passou de seis para oito anos de duração, abrangendo até os 14 anos de idade.

No entanto, dada a insatisfatória situação do sistema existente há duas décadas, ainda hoje persistem problemas de distinta natureza, entre os quais cabe mencionar a falta de cobertura nas zonas rurais. Em 1988, a taxa real de escolarização era de 84% para o conjunto do País.

Neste contexto, as mulheres representam quase a metade da matrícula, embora, infelizmente, a informação desagregada por sexo seja pouco atualizada. De fato, durante os anos oitenta, o Ministério competente não publicou dados por sexo, nem esses dados foram incluídos nos relatórios apresentados às Nações Unidas.

EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA DE PRIMEIRO GRAU, POR SEXO



Fonte : UNESCO, Anuário Estatístico 1991.

EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO DO PRIMEIRO GRAU

(Taxas por cem)

Ano	Taxas brutas	Taxas líquidas
1975	88	71
1980	99	81
1985	101	82
1987	101	83
1988	104	84
1989	105	-

Nota : Corresponde à população de 7 a 14 anos de idade.

Fonte : UNESCO, Anuário Estatístico 1991.

RENDIMENTO ESCOLAR

Lamentavelmente, no Brasil, a informação disponível sobre o rendimento do sistema escolar apresenta o problema de que não está desagregada por sexo, o qual impossibilita fazer comparações, apesar de que é sabido que no resto da América Latina, as mulheres têm melhor rendimento escolar do que os homens, abandonando e sendo reprovadas menos do que eles.

De qualquer maneira, os dados gerais existentes indicam que o rendimento do sistema escolar brasileiro ainda é baixo. Ao examinar esse rendimento por coortes, adverte-se que a eficiência do sistema aumentou desde os anos sessenta, mas na camada correspondente a 1975-1982, somente um 20% dos alunos conseguia concluir o oitavo ano letivo, no ano que lhes correspondia.

Além do mais, a proporção total de reprovados no primeiro grau em 1987 era de 20,6%, e 8,2% dos alunos abandonava, enquanto que no segundo grau as proporções eram de 12,1% e 22,5%, respectivamente. Essas cifras são altas no contexto latino-americano: no Equador, por exemplo, em 1986, eram reprovados em primeiro grau perto de 6% e abandonavam quase 4%.

RENDIMENTO EDUCATIVO EM COORTES DE ALUNOS DE PRIMEIRO GRAU, POR ANO ESCOLAR, 1960-1982

(Porcentagens)

Coorte	Primeiro ano	Segundo ano	Terceiro ano	Quarto ano	Quinto ano	Sexto ano	Sétimo ano	Oitavo ano
1960-67	100,0	42,8	32,6	23,2	14,4	11,2	9,7	8,8
1964-71	100,0	40,1	32,4	24,1	18,0	14,4	12,3	10,7
1968-75	100,0	45,6	36,8	30,4	29,0	22,0	20,1	17,2
1972-79	100,0	51,9	41,3	34,7	31,7	26,6	22,3	18,2
1975-82	100,0	54,4	45,1	38,2	38,3	30,1	23,9	19,7

Nota : Até 1971, estes anos correspondiam aos quatro primeiros do ensino primário e aos quatro do primeiro ciclo do ensino médio.

REPETENCIA E ABANDONO ESCOLAR NO ESTADO DE SÃO PAULO, POR NIVEL DE ENSINO, SEGUNDO ESTABELECIMENTO, 1987

(Porcentagens)

Tipo de estabelecimento	Primeiro Grau		Segundo Grau	
	Reprovados	Abandonam	Reprovados	Abandonam
Estatal	20,0	10,2	14,5	23,3
Municipal	21,9	6,3	10,9	21,9
Privado	8,9	1,6	10,1	14,5
Total	20,6	8,2	12,1	22,5

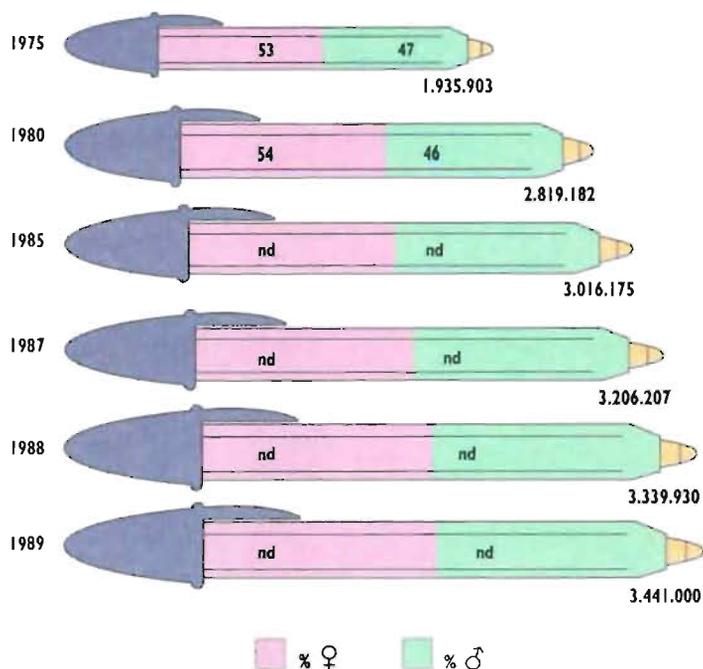
EDUCAÇÃO MÉDIA

Todos os dados existentes sobre a situação do Brasil em relação a este nível de ensino, indicam que ainda constitui uma educação socialmente restrita, apesar da expansão experimentada nos últimos quinze anos.

Em 1975, havia menos de dois milhões de alunos no ensino médio, o que representava uma taxa líquida de escolarização que não atingia 10% dos jovens entre 15 a 17 anos. Em 1988, os matriculados eram perto de três milhões e meio, com uma taxa líquida de 15%. Estas cifras relativas estão entre as mais baixas da América Latina, semelhantes às apresentadas pelos países mais pobres como, por exemplo, a Guatemala.

Neste contexto, a participação das mulheres cresceu mais rapidamente que a dos homens; em conseqüência, as poucas mulheres do total das brasileiras que em 1980 chegavam ao ensino médio, eram ligeiramente superiores em número aos homens (54%).

EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA DE SEGUNDO GRAU, POR SEXO



EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE ESCOLARIZAÇÃO DO SEGUNDO GRAU

(Taxas por cem)

Ano	Taxas brutas	Taxas líquidas
1975	26	9
1980	34	14
1985	36	15
1987	37	16
1988	38	15
1989	39	-

Nota : Corresponde à população de 15 a 17 anos de idade.

DIPLOMADOS DO SEGUNDO GRAU, POR SEXO, SEGUNDO ÁREA E CURSO

A participação crescente das mulheres no ensino médio orienta-se a determinados setores do ensino profissional. Em 1980, do total dos que terminavam o segundo grau, 45% das mulheres havia cursado o ensino profissional, enquanto que a cifra dos homens era de 30%. Isto está ligado ao fato de que uma proporção das mulheres que cursam o ensino médio o fazem como nível terminal (ou orientando-se em direção a carreiras bem específicas, como pedagogia, por exemplo), enquanto que a maioria dos homens que cursam o ensino médio o fazem no intuito de ingressar à universidade.

Na educação média profissional, existe uma clara segmentação sexual: as mulheres constituem clara maioria em secretariado, enfermagem e pedagogia, enquanto que apenas participam nos setores industriais e agrícolas.

(Porcentagens)

Área e curso	Mulheres	Homens
Ensino geral	54,91	69,63
Educação especial	0,02	0,02
Ensino profissional		
Pedagogia	28,40	1,43
Comercial	13,00	20,68
Saúde	1,50	0,68
Industrial	1,21	5,84
Agrícola	0,10	1,20
Militar	0,01	0,06
Outros	0,85	0,46
Sub-Total	45,07	30,35
Total	100,00	100,00
Nº	2.903.682	2.521.983

Nota : Corresponde à população de 10 e mais anos de idade.

DIPLOMADOS DO SEGUNDO GRAU COM ENSINO PROFISSIONAL, POR SEXO, SEGUNDO CURSO



Nota : Corresponde à população de 10 e mais anos de idade.

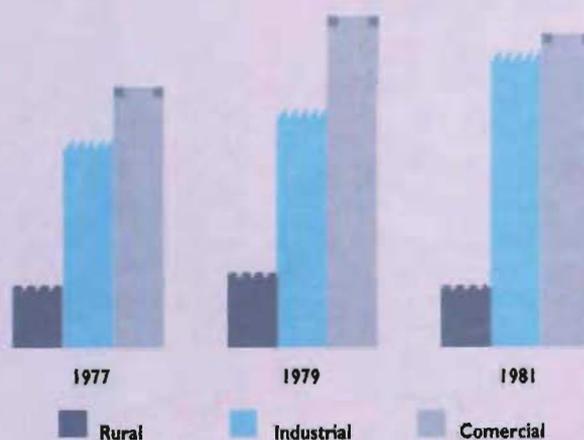
CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

Em capacitação profissional, não foi possível dispor de informação desagregada por sexo. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, a informação fornecida pelos Serviços Nacionais de Aprendizagem não apresenta esta diferenciação. Por isso, resulta impossível analisar a forma que adota no Brasil a segmentação sexual da capacitação profissional. Noutros países da América Latina, evidencia-se que essa segmentação segue -ou enfatiza- a que aparece nos setores profissionais do ensino médio.

De todas formas, a dimensão da capacitação profissional no Brasil é bastante reduzida. Em 1981, quase dois milhões de pessoas em idade de trabalhar haviam seguido algum curso de capacitação. Dessas, 8,9% orientaram-se em direção ao setor agrícola, 43,4% ao industrial e 47,7% ao comercial. Caso acompanhe as características do ensino médio profissional, esta estrutura indicaria uma baixa participação das mulheres.

EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA NA CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL SEGUNDO TIPO DE CURSO

Tipo de curso	1977	1979	1981
Rural	168.232	203.954	167.306
Industrial	561.750	649.872	818.047
Comercial	745.010	948.596	900.651

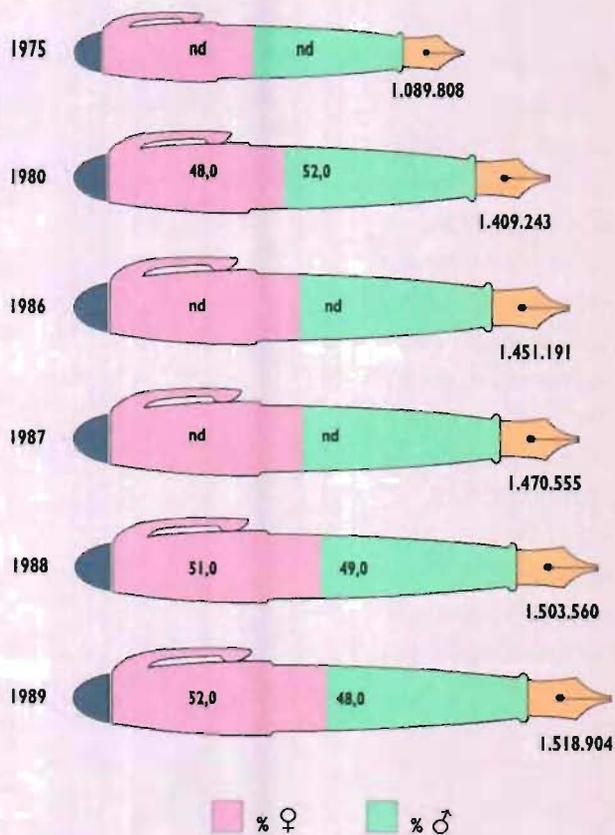


ENSINO SUPERIOR E UNIVERSITÁRIO

Levando em conta que a matrícula universitária aumentou consideravelmente nos anos setenta, nos anos oitenta estagnou-se em aproximadamente um milhão e meio de estudantes. No decurso desta década, a proporção de mulheres superou ligeiramente a dos homens: em 1980, as mulheres eram 48% da matrícula total, e em 1989 representavam 52%.

Semelhante volume de matrícula significa que perto de 11% da população de 20 a 24 anos, cursava estudos superiores no fim dos anos oitenta. Em outras palavras, é uma minoria reduzida da população jovem a que tem acesso a esses estudos; devido a isso, no fim da década anterior, sómente perto de 5% da população adulta, tanto de mulheres como de homens, tinha atingido uma formação superior.

EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA UNIVERSITÁRIA, POR SEXO



EVOLUÇÃO DA COBERTURA NO ENSINO SUPERIOR

(Taxas por cem)

Ano	Ambos os sexos	Mulheres	Homens
1980	11,9	11,6	12,3
1988	11,1	11,3	10,9

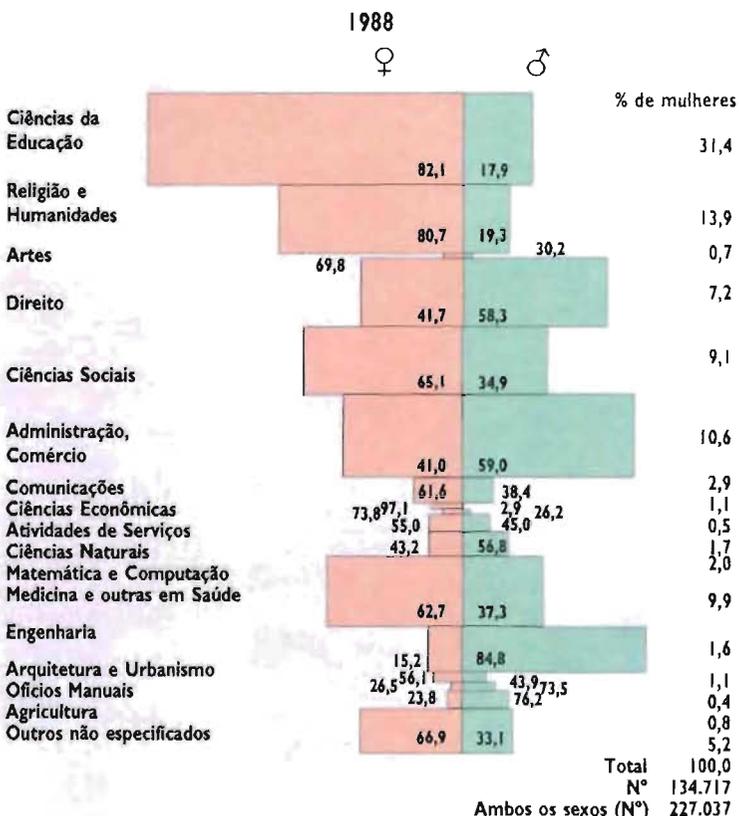
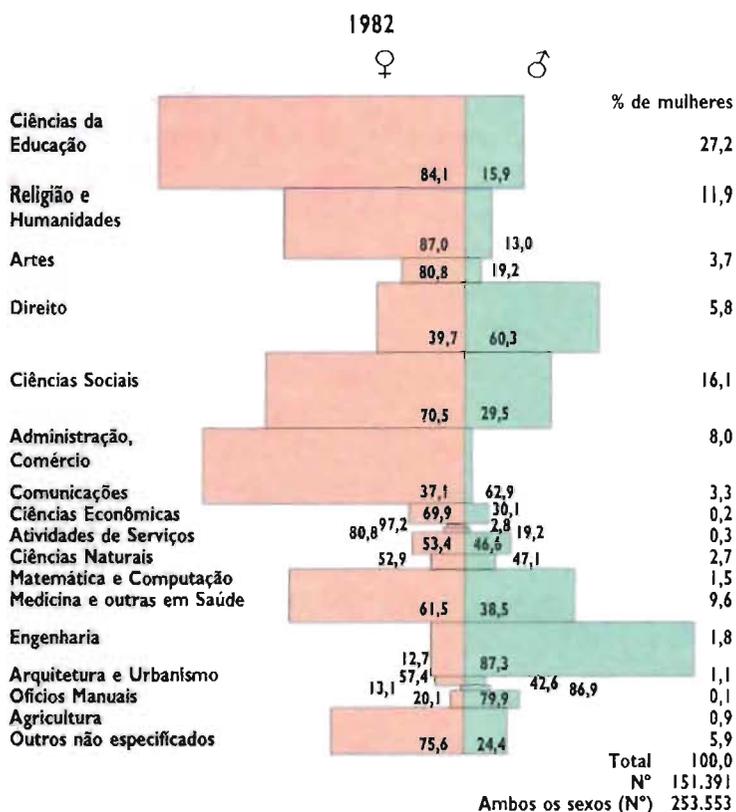
Nota : Corresponde à população de 20 a 24 anos de idade.

ESCOLHA DE CARREIRA UNIVERSITÁRIA

EVOLUÇÃO DOS GRADUADOS DO ENSINO SUPERIOR, POR SEXO SEGUNDO AREA ACADÊMICA

Lógicamente, as diferenças entre homens e mulheres na hora de escolher uma carreira, evidenciam-se também no ensino universitário. A maior concentração de mulheres verifica-se em carreiras como educação, administração, comércio e medicina. Apesar de que também uma proporção importante de homens estuda medicina e administração, um grande número deles cursa direito e engenharia.

Assim, a composição das carreiras por sexo mostra a segmentação mencionada: em 1988, as mulheres representavam 85% das ciências pedagógicas e 80% das humanidades, enquanto que constituíam 15% dos engenheiros e 24% dos técnicos agrícolas. No entanto, sua participação havia aumentado em outras carreiras: em 1988, já atingia 42% em direito, 55% em ciências naturais e 43% em matemática e computação.



MULHERES DOCENTES

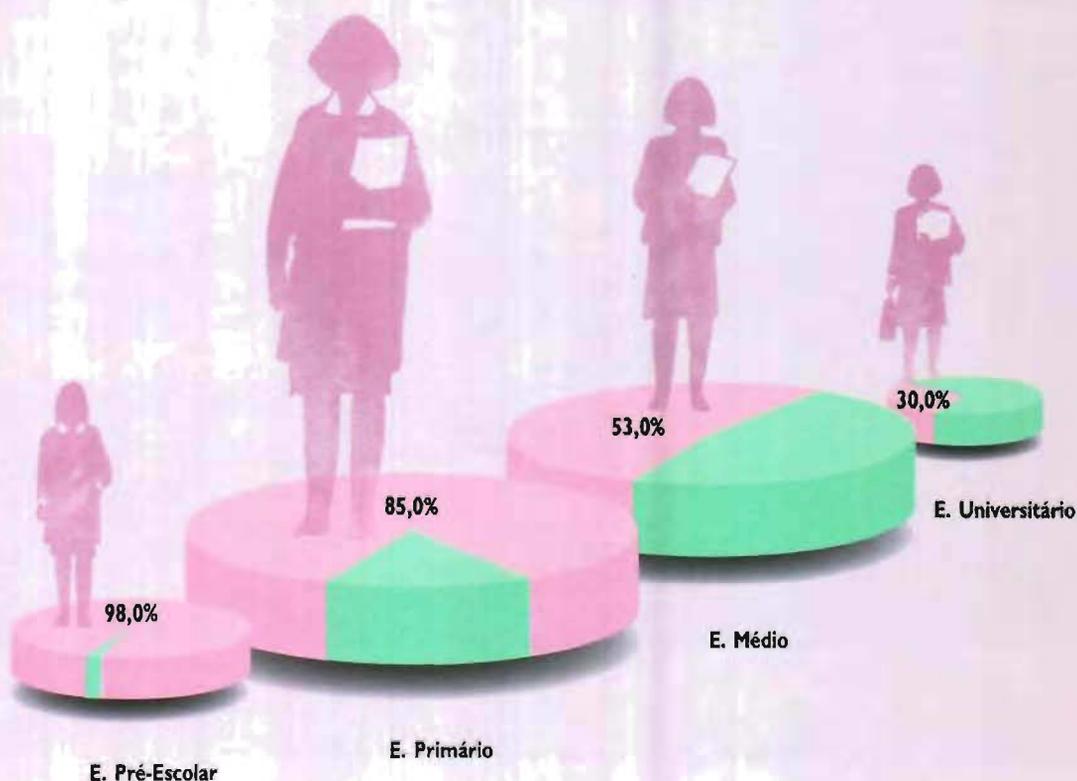
Evidentemente, o sistema educativo brasileiro está constituído por recursos humanos que denotam tanto a diferenciação por sexo que aparece no processo educacional, como a divisão sexual do trabalho que opera no conjunto da sociedade.

Os dados escassamente atualizados disponíveis, indicam que, em 1980, as mulheres constituíam a quase totalidade do corpo docente do ensino pré-primário (98%), a grande maioria do primário (85%), a metade

do médio (53%) e a minoria do universitário (30%).

Isto significa que, apesar de que as mulheres inclinam-se preferentemente em direção à pedagogia, constituindo a maior parte do corpo docente, aqui acontece, tal como em outros âmbitos da vida social, que as mulheres participam amplamente na base do sistema, mas, na medida em que ascendemos até a cúspide institucional, a presença feminina vai diminuindo.

PARTICIPAÇÃO FEMININA NOS ESTAMENTOS DOCENTES NOS ENSINOS PRÉ-ESCOLAR, PRIMÁRIO, MÉDIO E UNIVERSITÁRIO, 1980





Logo após os anos quarenta, a situação de saúde das brasileiras tem melhorado, apesar de que ainda experimenta problemas de diversa gravidade, especialmente nas regiões mais pobres e entre a população feminina das raças negra e parda. Além do mais, essa melhora reduziu-se notavelmente devido à crise sócio-econômica dos anos oitenta.

De acordo aos fatores fundamentais que estabelecem as condições de saúde (estrutura demográfica, condições gerais de vida e sistema de saúde), configuram-se no Brasil dinâmicas tão diferentes, que permitem falar de várias transições epidemiológicas que coexistem no vasto território do País.

De fato, se a existência de uma alta proporção de jovens na população, conforma tendencialmente necessidades de saúde materno-infantil, esse será o tipo de exigências das regiões Norte e Nordeste, enquanto que nas regiões Sul e Sudeste, as doenças referidas à idade adulta têm maior predomínio. Em outras palavras, o quadro epidemiológico regional apresenta determinações demográficas claramente diferentes.

Por outro lado, o Norte e o Nordeste apresentam condições de vida bem piores do que as do resto do País. Nessas regiões há menos domicílios ligados às redes sanitárias, um menor grau de vacinação infantil, um alto nível de

desnutrição em menores de cinco anos, uma reduzida cobertura clínica do parto, etc. Os grandes setores de população pobre das regiões Sudeste e Sul, também apresentam condições básicas de saúde deficientes, mas as diferenças demográficas, as de maior acesso a serviços, etc., determinam diferenciações epidemiológicas em relação às regiões mais pobres do Norte e do Nordeste.

Esta desigualdade regional das condições de saúde acentua-se profundamente, ao examinar-se a distribuição territorial e social dos serviços clínicos. Existem aqui duas situações totalmente diferentes: No Sul e no Sudeste, concentra-se, nas cidades principais, uma oferta altamente qualificada de serviços privados que protege a saúde da população de alta renda, enquanto que no Norte e no Nordeste, uma infraestrutura bem mais reduzida, cada vez mais privatizada (embora ainda um terço seja de caráter público), deixa insatisfeitas grandes necessidades sanitárias da população. Isto é assim, inclusive do ponto de vista do controle sanitário: no Nordeste, perto de 50% dos óbitos não tem um atestado clínico definido, sendo essa cifra sómente de 7% no Sudeste.

Como resultado de todos estes fatores, o quadro epidemiológico do Sul e do Sudeste assemelha-se bastante ao de outros países do Cone Sul da América, enquanto o do Norte e do Nordeste é bem mais parecido ao dos países com transição

epidemiológica mais atrasada do continente (Guatemala, Bolívia, Paraguai).

As mulheres que vivem neste último contexto, têm uma menor esperança de vida e uma mortalidade geral maior, especialmente nas primeiras idades e por causas obstétricas. As nordestinas têm maior fecundidade e utilizam os métodos anticonceptivos em menor proporção, mas quando o fazem, 60% delas acode à esterilização.

No entanto, estas cifras regionais médias, que servem para mostrar os diferentes quadros epidemiológicos do País, também podem ser desagregadas por raça: as mulheres negras e pardas têm as piores condições de saúde em todas as regiões.

Neste País sanitariamente dual, as formas de enfrentar e padecer os problemas de saúde estão referidas também às identidades de gênero estabelecidas culturalmente. Um sistema de saúde concentrado, hierarquizado e androcêntrico, tende a relegar as necessidades preventivas que diminuiriam os casos de câncer no aparelho reprodutivo das mulheres. Por outro lado, a terrível violência que provoca uma sobremortalidade masculina, considera-se culturalmente incorporada à própria masculinidade.

Uma questão que preocupa prioritariamente às mulheres brasileiras, é o uso generalizado da esterilização como método

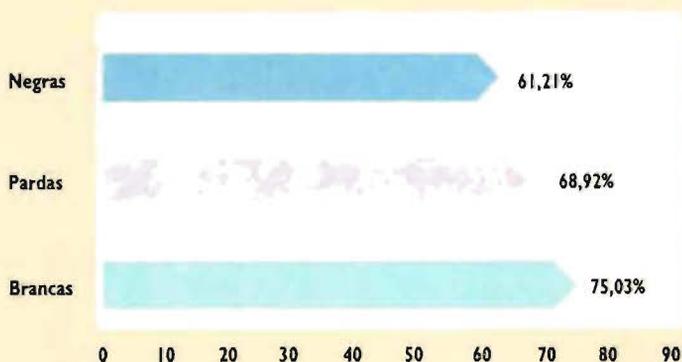
anticonceptivo. Diversas pesquisas comprovaram que isso está ligado à dificuldade de acesso a métodos alternativos, num contexto onde as brasileiras evidenciam firme vontade de reduzir notavelmente a sua natalidade. Existe consenso em relação à esterilização como um direito das mulheres, desde que existam as condições para uma opção voluntária.

ESPERANÇA DE VIDA

Segundo o CELADE, a cifra média de esperança de vida ao nascer da população brasileira, aumentou consideravelmente nos últimos 40 anos, pois no início da década dos cinquenta era de 51 anos, enquanto que no início dos anos noventa atingiu 66 anos. No entanto, este incremento na esperança de vida não está entre os mais altos da América Latina, principalmente porque há grandes diferenças segundo região, etnia e nível sócio-econômico. Em 1980, no Nordeste, a esperança de vida mal superava os 50 anos de idade, enquanto que no Sul já estava perto dos 70.

O aumento na esperança de vida segundo o sexo favorece às mulheres, cuja diferença em relação à dos homens era de três anos e meio no início da década dos cinquenta, e no início dos noventa chega a quase seis anos. Entre as mulheres, as de raça negra têm menos probabilidades de sobreviver aos 65 anos do que as brancas (61% e 75%, respectivamente, em 1980).

PROBABILIDADE DAS MULHERES ADULTAS DE SOBREVIVER AOS 65 ANOS SEGUNDO GRUPO ÉTNICO, 1980



Nota: Probabilidades calculadas para mulheres que na ocasião do Censo de 1980 tinham 25 anos.

ESPERANÇA DE VIDA POR SEXO SEGUNDO REGIÃO, 1980

Região	Mulheres	Homens
Norte	67	60
Nordeste	54	48
Sudeste	67	61
Sul	71	64
Centro-Oeste	69	62

EVOLUÇÃO DA ESPERANÇA DE VIDA POR SEXO



SISTEMA E CONDIÇÕES DE SAÚDE

Apesar de que a informação sobre o sistema de saúde brasileiro é deficiente, convém destacar algumas características gerais. A mais relevante refere-se à imensa desigualdade existente nos serviços de saúde no País: ao lado de vastas zonas que carecem de serviços mínimos, há uma importante oferta privada para atender as necessidades dos setores sociais mais favorecidos. Esta situação agravou-se com a deterioração do setor público, provocada pela crise dos anos oitenta.

Em 1970, o Governo gastava em saúde 12,5% de seu orçamento e a meados dos anos oitenta apenas 5%, o que se traduziu na queda do gasto por pessoa: se em 1980 era em torno de 32 dólares USA, em 1986 não atingia 10. Isto significou uma redução na cobertura dos serviços básicos: em 1978, existiam 3,8 camas por mil habitantes, e em 1987 somente 3,5. A cifra não é tão baixa no contexto latino-americano, mas, o fato de que 75% das camas estejam no setor privado, limita sua disponibilidade para a maioria pobre do País.

A meados dos anos oitenta, somente um terço dos domicílios brasileiros estava ligado à rede de esgotos, e dois terços recebiam água potável. Por outra parte, a desnutrição infantil é ainda preocupante: em 1980, 51,5% dos menores de 5 anos de idade apresentavam algum grau de desnutrição.

FINANCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA NO SISTEMA DE SAÚDE, 1970-1987

(Porcentagens)

Gasto do Governo Federal em Saúde

	1970	1975	1980	1982	1984	1986
Como % do PIB	11,0	21,5	24,8	29,8	28,2	nd
Como % do Gasto Total	12,5	5,8	5,3	5,7	5,1	nd
Gasto per cápita (US\$ 1988)	18,9	24,6	32,3	38,6	31,9	9,5

Participação do Setor Público, 1987

	Contribuição financeira	Camas hospitalares	Camas obstétricas	Hospitalizações	Consultas externas	Pessoal médico
Setor Público	46,0	25,0	25,0	37,0	72,0	54,0
Setor Privado	54,0	75,0	75,0	63,0	28,0	46,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

RECURSOS E COBERTURA DO SISTEMA DE SAÚDE, 1978-1987

		1978	1984	1987
Médicos	(por 10.000 Hbtes.)	6,9	9,6	11,7
Camas	(por 1.000 Hbtes.)	3,8	3,6	3,5
Camas obstétricas	(%)	nd	nd	11,6
Óbitos mal definidos	(%)	19,6	nd	20,3
Cobertura hospitalar do parto	(%)	68,2	nd	79,7

CONDIÇÕES BÁSICAS DE SAÚDE POR ZONA, 1984

(Porcentagens)

	Total País	Urbana	Rural
Sistema de abastecimento de água			
Rede geral	66,2	85,6	7,4
Poço ou fonte	22,8	9,2	64,2
Outra forma	11,0	5,2	28,4

Sistema de eliminação das fezes

Rede de esgoto	30,8	40,5	1,3
Fossa séptica	17,1	20,6	6,4
Fossa rudimentar	31,2	29,6	36,0
Outro sistema	3,8	3,8	3,6
Sem sistema	17,2	5,5	52,7

Estado nutricional

	Total	I grau	II grau	III grau
Desnutrição em menores de 5 anos de idade (%)	51,5	37,5	12,0	2,3
Ingesta diária por habitante	2.580 calorias e 62,5 gramas de proteínas			

COBERTURA SANITÁRIA SEGUNDO REGIÃO 1981

(Porcentagens)

Região	Parto hospitalar	Vacinação infantil urbana	Óbitos mal definidos
Norte	76,7	30,9	22,9
Nordeste	59,8	24,7	44,9
Sudeste	93,9	62,9	6,2
Sul	88,8	39,6	11,0
Centro-Oeste	82,1	44,6	11,3
Total País	79,7	47,3	20,4

A desigualdade da oferta sanitária evidencia-se claramente no espaço regional: os serviços de saúde concentram-se nas regiões com maiores recursos, e apenas existem nas mais pobres, cujas piores condições básicas de saúde (habitação, nutricionais, etc.) tornam esses serviços mais necessários.

No Nordeste, em 1981, a vacinação infantil básica mal atingia 25% das crianças nas cidades, cifra que era ainda mais reduzida no campo (sendo impossível calculá-la exatamente, pois o controle sanitário é bastante deficiente). De fato, perto da metade dos óbitos acontecidos no Nordeste durante 1985, não tinham um atestado médico definido, enquanto que no Sudeste essa cifra era somente de 6%.

A região Nordeste apresenta os indicadores mais baixos em relação aos serviços de saúde: em 1986 haviam 2,5 camas por mil habitantes, enquanto que o Sul contava com 4,4 (84% das quais eram privadas). Igualmente, no Estado da Bahia havia menos de 7 médicos por cada dez mil habitantes, enquanto que no Rio de Janeiro a cifra era de 32, com a agravante de que, também na Bahia, esses médicos concentram-se nos núcleos urbanos.

CAMAS HOSPITALARES SEGUNDO REGIÃO 1976-1986

(Taxa por mil habitantes)

Região	1976		1986	
	Camas	% Públicas	Camas	% Públicas
Norte	2,8	53,1	3,0	31,3
Nordeste	2,3	37,3	2,5	32,2
Sudeste	5,1	25,8	4,3	19,7
Sul	4,5	17,8	4,4	16,0
Centro-Oeste	3,5	26,2	3,2	25,8
Total País	3,8	27,0	3,6	22,4

MÉDICOS EM ESTADOS SELECIONADOS 1986

(Taxas por dez mil habitantes)

	Capital		Total Estado	
	Nº	Taxa	Nº	Taxa
Amazonas	1.107	13,7	1.254	7,2
Piauí	909	19,2	1.328	5,5
Ceará	3.357	21,2	4.164	7,1
Pernambuco	5.240	40,7	6.949	9,6
Bahia	5.026	27,9	7.135	6,7
Minas Gerais	7.183	34,0	15.896	10,9
Rio de Janeiro	30.000	53,5	40.000	31,5
São Paulo	28.822	28,6	47.383	16,0
Rio Grande do Sul	6.239	49,0	12.201	14,4
Goiás	2.235	24,2	4.154	9,4

Fontes : UNICEF-IBGE-OPAS. Perfil estatístico de crianças e mães no Brasil, 1981. Ministério da Saúde. Estatísticas de mortalidade, 1985. Brasília, 1986.

Fonte : IBGE/IBMS, 1976-1986. Brasil

Fonte : OPS. Las condiciones de salud en las Américas. Edición 1990, em base a dados do Conselho Federal de Medicina. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Área de Estudos de Recursos Humanos. Núcleo de Estudos em Saúde Comunitária. Universidade Federal de Minas Gerais, 1986.

A MORTALIDADE E SUAS CAUSAS

Logo após a década dos quarenta, no Brasil, a queda da mortalidade foi significativa nos últimos quarenta anos. No entanto, este País configura, juntamente com o Peru e a Equador, o grupo que ainda apresenta uma mortalidade intermédia, enquanto que no resto dos países que avançam na sua transição demográfica, a mortalidade encontra-se mais controlada.

Esta queda comparativamente lenta da mortalidade, está ligada no Brasil, à sua distribuição por idades: embora reduzindo-se notavelmente desde o início dos anos 50, quando a metade dos decessos anuais era de menores de cinco anos, essa cifra ainda era, no fim dos anos oitenta, de 28%. Isto indicaria então, que continuam existindo problemas de saúde materno-infantil em vastas zonas do País.

A diminuição da mortalidade tem sido maior nas mulheres do que nos homens. Sobretudo entre os jovens, aumentou a norma de que a mortalidade masculina é maior do que a feminina. Entre os menores de 19 anos, os homens constituíam 55% dos decessos anuais no início dos anos cinquenta, proporção que no fim dos oitenta ascendeu a 60%.

A mortalidade infantil continuou a descer durante os anos oitenta, mas, no contexto latino-americano, as cifras ainda são altas: no fim desta década, era de 66 decessos por mil nascidos vivos, semelhante à da Guatemala, enquanto que na Costa Rica era de 18, e de 15 -a menor- em Cuba.

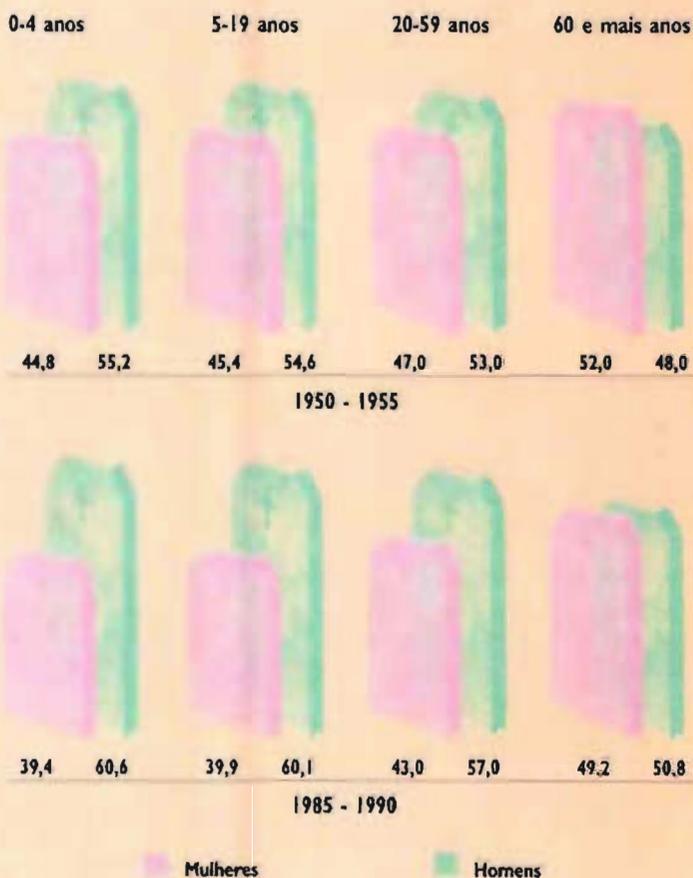
EVOLUÇÃO DA MORTALIDADE SEGUNDO SEXO E IDADE

(Taxas por mil)

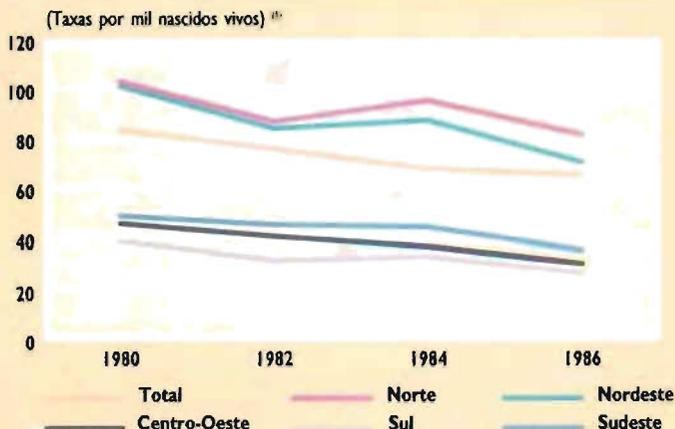
Idade	1950-1955		1970-1975		1985-1990	
	Taxa	%	Taxa	%	Taxa	%
Mulheres						
0-4	42,6	51,8	23,6	39,3	15,0	27,7
5-19	2,5	6,3	1,4	6,1	0,9	4,4
20-59	8,0	24,6	5,2	25,2	3,9	26,4
60 e mais	52,3	17,3	43,6	29,4	40,4	41,5
Todas	14,0	100,0	8,7	100,0	6,9	100,0
Homens						
0-4	31,4	55,5	33,0	45,4	22,6	33,6
5-19	3,0	6,6	2,0	6,9	1,4	5,1
20-59	9,0	24,1	6,3	25,0	5,1	27,5
60 y más	54,6	13,8	45,6	22,7	45,5	33,8
Todos	16,1	100,0	11,7	100,0	8,8	100,0

COMPOSIÇÃO POR SEXO DOS ÓBITOS, SEGUNDO IDADE, 1950-1990

(Porcentagens)



EVOLUÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL POR REGIÃO



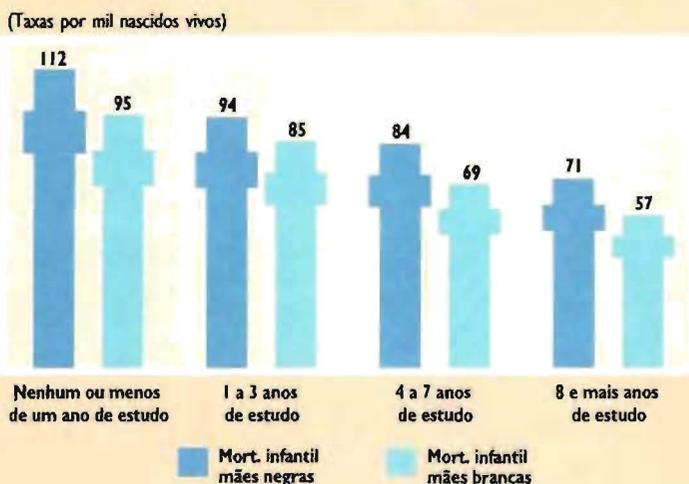
A diminuição da mortalidade infantil ocorreu na medida em que mudou o quadro das causas desses óbitos, no sentido de que perderam peso as doenças infecciosas digestivas e respiratórias, tornando-se mais visíveis as perinatais.

A mortalidade infantil apresenta grandes diferenças segundo a região, a etnia e o nível social. Nas zonas urbanas do Nordeste, em 1986 a taxa era de 71, enquanto que no Sudeste era de 36 e no Sul de 27. Em 1980, as mulheres negras apresentavam uma taxa de 105, enquanto que a média das brancas era de 77. Igualmente, as mulheres com menos de um ano de estudo atingiam uma taxa de 107, enquanto que a cifra era de 62 entre aquelas com mais de oito anos de estudos. Ao cruzar essas duas variáveis, a polaridade acentua-se: entre as mães negras e sem instrução, a taxa de mortalidade infantil atinge 112.

A modificação das causas de morte está ligada à transição epidemiológica que experimenta o País. Desse modo, no conjunto dos decessos, cada vez têm menor peso as mortes por doenças próprias da infância, e maior peso as correspondentes à idade adulta.

Neste contexto, evidenciam-se diferenças consideráveis entre homens e mulheres. Apesar de que ambos os sexos compartilham como primeiras causas de morte as doenças do coração e as cerebrovasculares, entre os homens destaca-se a importância dos acidentes, e entre as mulheres a dos tumores malignos.

MORTALIDADE INFANTIL SEGUNDO ANOS DE ESTUDO E GRUPO ÉTNICO DA MÃE, 1980



PRINCIPAIS CAUSAS DE MORTALIDADE INFANTIL, 1977-1985

(Porcentagens)

Causa ⁽¹⁾	1977	1980	1983	1985
Doenças diarreicas	30,8	24,3	20,6	17,3
Septicemia ⁽²⁾	4,7	2,5	2,5	2,7
Sarampo	0,9	1,0	0,6	0,5
Deficiência nutricional	4,3	5,8	5,3	5,8
Meningite	1,7	1,4	1,4	1,5
Pneumonia	16,3	12,8	11,7	11,8
Outras do aparelho respiratório	2,7	2,6	2,4	2,4
Anomalias congênitas	4,1	5,3	6,3	7,0
Causas perinatais	28,6	38,3	44,3	45,8
Outras causas	5,9	6,0	4,9	5,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Notas: Excluídos os óbitos por causas mal definidas. (2) Excluída a septicemia perinatal em 1980, 1983 e 1985.

PRINCIPAIS CAUSAS DE MORTE POR SEXO, TODAS AS IDADES, 1986

(Taxas por cem mil)

Causa	Homens		Mulheres		♀/Total %
	Taxa	%	Taxa	%	
Todas as causas	690,8	100,0	480,1	100,0	45,3
Causas mal definidas	135,2	19,6	103,7	21,6	51,2
Total causas definidas	555,7	100,0	376,4	100,0	44,2
Doenças do coração	105,3	18,9	85,8	22,8	49,4
Doenças cerebrovasculares	56,1	10,1	50,5	13,4	23,7
Tumores malignos	57,5	10,3	47,4	12,6	53,4
Perinatais	38,5	6,9	27,3	7,3	47,7
Influenza e pneumonia	28,8	5,2	22,5	6,0	
Acidentes	81,3	14,6	21,5	5,7	
Outras causas	188,2	33,9	121,3	32,2	41,5

Nota: Excluídos os municípios que não fornecem informação regular, onde reside aproximadamente 25% da população.

O total de decessos por câncer é algo maior nos homens do que nas mulheres, mas, entre estas, sobressai o peso dos tumores no aparelho reprodutivo, boa parte dos quais são passíveis de prevenção. Em 1985, mais de 28% dos decessos femininos por câncer, foram devidos a tumores no aparelho reprodutivo (principalmente nas mamas e no útero, em proporções semelhantes).

As diferenças entre homens e mulheres no tocante às causas de mortalidade, são mais evidentes na idade adulta. Entre os 15 e 44 anos, a mortalidade materna alcança relevância, enquanto que nos homens acentua-se o número de mortes devidas à violência.

Em 1986, entre as mulheres jovens, de 15 a 24 anos de idade, os problemas obstétricos constituíam a terceira causa de morte, depois das doenças do coração e dos acidentes. Entre os homens do mesmo grupo etário, a alta mortalidade originava-se na violência: os acidentes e homicídios representavam as três quartes partes do total de decessos masculinos desse ano.

PRINCIPAIS CAUSAS DE MORTE POR CÂNCER EM HOMENS E MULHERES, 1985

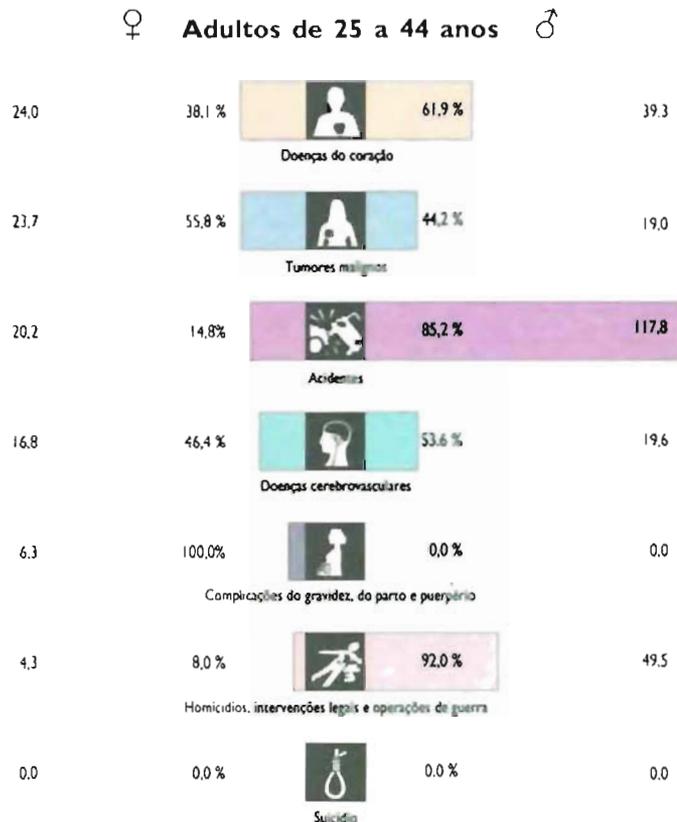
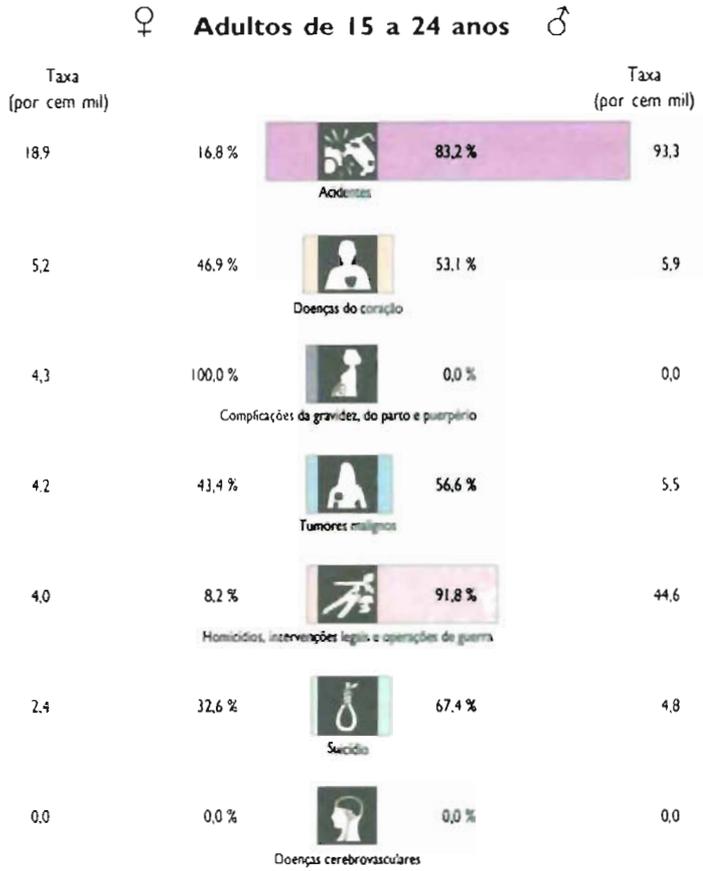


Causa	Homens		Mulheres		♀/Total %
	Nº	%	Nº	%	
Tumor aparelho digestivo	11.944	30,6	6.744	21,1	36,1
Tumor aparelho respiratório	7.784	19,9	2.172	6,8	21,8
Tumor aparelho reprodutivo					
Mamas	-	-	4.489	49,2	100,0
Útero	-	-	4.635	50,8	100,0
Próstata	2.970	100,0	-	-	-
Sub-Total	(2.970)	(7,6)	(9.124)	(28,6)	(75,4)
Leucemias	1.736	4,4	1.308	4,1	43,0
Outros não especificados ⁽¹⁾	14.611	37,4	12.601	39,4	46,3
Total de óbitos por câncer	39.045	100,0	31.949	100,0	45,0

Nota: (1) Incluídos os tumores em outros lugares, tumores benignos e os indefinidos.

PRINCIPAIS CAUSAS DE MORTE NA IDADE ADULTA, POR SEXO, 1986

Entre as mulheres de 20 a 45 anos de idade, as complicações obstétricas continuam sendo uma das principais causas de morte (a quinta), mas a considerável distância das doenças próprias da idade madura, como as doenças do coração, os tumores malignos e os problemas cerebrovasculares. Entre os homens deste grupo etário, o último tipo de doenças também torna-se mais visível, embora os decessos por violência ainda constituem quase dois terços do total.



Nota : Excluídos os municípios que não fornecem informação regular, onde reside aproximadamente 25% da população.

MORBIDADE

Em geral, o controle da morbidade é precário no Brasil, principalmente devido a que os indicadores de utilização do sistema de saúde estão ligados à capacidade do mesmo, que não corresponde às necessidades realmente existentes. Além do mais, esses indicadores não são publicados regularmente desagregados por sexo.

Os dados disponíveis para 1981 indicam que corresponde às mulheres o dobro de egressos hospitalares em relação aos homens. Ora, esses egressos concentram-se nas idades reprodutivas, o que mostra que o Brasil segue a norma latino-americana, conforme a qual o uso dos hospitais se divide em três terços: um terço por parte dos homens, outro por parte das mulheres com doenças não obstétricas, e o terço restante especificamente por causas obstétricas.

Em 1986, aproximadamente 17% dos brasileiros declarava ter padecido problemas de saúde, embora um terço deles não acudiu a nenhum estabelecimento (a metade, no caso dos negros e pardos). A proporção de mulheres que declara problemas de saúde é maior do que a dos homens, ingressando em maior medida do que eles nos estabelecimentos de saúde.

EGRESSOS HOSPITALARES POR SEXO SEGUNDO IDADE, 1981

Idade	Homens		Mulheres		♀/Total %
	Nº	%	Nº	%	
0-4	495.815	17,4	399.048	6,9	44,6
5-8	226.458	8,0	169.659	2,9	42,8
10-14	197.256	6,9	155.841	2,7	44,1
15-19	199.905	7,0	476.880	8,3	70,5
20-24	186.590	6,6	960.905	16,7	83,7
25-29	177.160	6,2	987.974	17,1	84,8
30-39	319.000	11,2	1.219.429	21,1	79,3
40-49	330.295	11,6	556.030	9,6	62,7
50-59	286.674	10,1	386.794	6,7	57,4
60 e mais	426.343	15,0	458.058	7,9	51,8
Ignorados	112	0,0	-	-	-
Total	2.845.608	100,0	5.770.618	100,0	67,0

CONSULTAS MÉDICAS E INGRESSOS HOSPITALARES POR HABITANTE, 1981-1986

Ano	Consultas por Hbte.	Ingressos por mil Hbtes.
1981	2,0	141
1982	2,1	139
1983	2,3	131
1984	2,4	134
1985	2,4	128
1986	2,5	131

MORBIDADE DA POPULAÇÃO SEGUNDO SEXO E GRUPO ÉTNICO, 1986

(Porcentagens)

Grupo étnico	Total	Tiveram problemas de saúde		
		Total	Acudiram a estabelecimentos	Não acudiram a estabelecimentos
Mulheres				
Branças	100,0	19,2	14,1	5,1
Negras e Pardas	100,0	18,5	11,9	6,6
Amarelas	100,0	12,4	8,6	3,8
Todas	100,0	18,9	13,1	5,8
Homens				
Branços	100,0	14,6	10,2	4,4
Negros e Pardos	100,0	14,2	8,3	5,9
Amarelos	100,0	10,0	7,8	2,2
Todos	100,0	14,5	9,3	5,2

CONSULTAS MÉDICAS E INGRESSOS HOSPITALARES POR HABITANTE E SETOR INSTITUCIONAL, SEGUNDO REGIÃO, 1981-1986

A análise da morbidade torna-se mais complexa quando se pretende fazê-lo por regiões. Nas regiões pobres, os ingressos hospitalares e as consultas médicas são bem menores que nas regiões com melhor situação, mas isso deve-se mais à carência de serviços do que à ausência de doenças.

Do mesmo modo, a declaração de ter padecido problemas de saúde é menor no Nordeste do que no Sudeste, o que não significa necessariamente menor morbidade nessa região. Onde melhor fica evidenciado o problema da demanda insatisfeita, é no fato de que no Nordeste, aproximadamente 70% dos que tiveram problemas de saúde não acudiram a nenhum estabelecimento sanitário, enquanto que essa proporção era inferior a 33% no Sudeste.

A falta de assistência no Nordeste afeta a homens e mulheres (o que torna mais precária a saúde materno-infantil nesta região). No entanto, os homens com problemas de saúde continuam acudindo em menor número do que as mulheres em iguais condições.

Consultas médicas por Hbte. ⁽¹⁾ Ingressos hospitalares por Hbte. ⁽¹⁾

	Consultas médicas por Hbte. ⁽¹⁾			Ingressos hospitalares por Hbte. ⁽¹⁾		
	Total	Setor Público	Setor Privado	Total	Setor Público	Setor Privado
1981						
Norte ⁽²⁾	-	-	-	-	-	-
Nordeste	1,2	0,8	0,4	64,2	21,2	43,0
Sudeste	2,6	1,2	1,4	126,2	14,6	111,6
Sul	1,9	1,1	0,9	162,0	14,5	147,5
Centro-Oeste ⁽²⁾	-	-	-	-	-	-
Total País	2,0	1,1	0,8	116,1	18,1	98,0

1986						
Norte ⁽²⁾	-	-	-	-	-	-
Nordeste	1,6	1,0	0,7	102,9	35,5	67,4
Sudeste	3,2	1,4	1,9	132,8	16,8	116,0
Sul	2,1	1,1	1,1	152,6	18,4	134,2
Centro-Oeste	1,9	1,2	0,7	163,6	24,9	138,7
Total País	2,5	1,2	1,3	131,3	25,1	106,2

Notas: (1) Para os cálculos, utilizaram-se as PNAD de 1981 e 1986. (2) Não foi possível obter as estimativas para estes casos.

MORBIDADE DA POPULAÇÃO SEGUNDO SEXO E REGIÃO, 1986

(Porcentagens)

Região	Total população	Tiveram problemas de saúde		
		Total	Acudiram a estabelecimentos	Não acudiram a estabelecimentos
Mulheres				
Norte ⁽¹⁾	100,0	15,0	11,2	3,8
Nordeste	100,0	18,6	11,1	7,5
Sudeste	100,0	20,0	14,6	5,4
Sul	100,0	16,5	12,5	4,0
Centro-Oeste	100,0	19,5	13,9	5,6
Homens				
Norte ⁽¹⁾	100,0	12,4	8,8	3,6
Nordeste	100,0	14,3	7,5	6,8
Sudeste	100,0	15,3	10,6	4,7
Sul	100,0	12,4	8,8	3,6
Centro-Oeste	100,0	15,1	9,9	5,2

Nota: (1) Excluída a zona rural.

GRAVIDEZ DE RISCO

Com a queda da fecundidade nas últimas décadas - mais acentuada nos anos oitenta - diminuiu também a proporção de mulheres grávidas em idade de risco obstétrico. De acordo com o CELADE, no início dos setenta, essa proporção era de 28%, e no início dos noventa atingia perto de 20%.

A diminuição da fecundidade de risco correspondeu principalmente às mulheres idosas, que durante estes vinte anos passaram, de uma cifra de 17% dos nascimentos, para 12% dos mesmos, enquanto que entre as de 19 e menos anos de idade, essa diminuição foi menor (de 11% para 9%). De acordo com a Pesquisa de Saúde e Nutrição de 1989, a contribuição à fecundidade das mulheres menores de 20 anos é notavelmente maior, atingindo 19% do total de gestantes nesse ano.

A fecundidade em idades de risco varia segundo a região: no Nordeste, 23,2% das gestantes era menor de 20 anos e maior de 40, enquanto que essa cifra era de 19,5% no Sudeste. Na zona rural do Nordeste, a proporção de fecundidade com risco ascende a 25%.

NASCIMENTOS EM MULHERES EM IDADE DE RISCO OBSTÉTRICO, 1970-1995

(Milhares de nascimentos)

Período	Total ⁽¹⁾		Em idades sem risco		Em idades com risco			
	N°	%	Mulheres de 20 a 34 anos		Mulheres menores de 20 anos		Mulheres de 35 anos e mais	
			N°	%	N°	%	N°	%
1970-1975	3.430	100,0	2.477	72,2	376	11,0	577	16,8
1990-1995	3.611	100,0	2.869	79,5	316	8,7	426	11,8

Nota: (1) Considera o total anual.

MULHERES GRÁVIDAS POR ZONA SEGUNDO IDADE, EM REGIÕES SELECIONADAS, 1989

(Taxas por cem)

Idade	Total País		Urbana		Rural	
	Taxa	%	Taxa	%	Taxa	%
Total País						
Menos de 20	2,1	18,8	2,0	18,8	2,3	18,9
20 a 39	6,1	78,3	5,6	78,5	8,2	77,1
40 anos e mais	0,5	2,9	0,4	2,7	0,9	4,0
Total	3,6	100,0	3,4	100,0	4,6	100,0
Nordeste						
Menos de 20	2,3	18,4	2,2	17,9	2,5	19,1
20 a 39	9,1	76,8	7,7	77,9	10,3	75,3
40 anos e mais	1,2	4,8	1,0	4,2	1,6	5,6
Total	4,8	100,0	4,4	100,0	5,4	100,0
Sudeste						
Menos de 20	1,9	17,8	1,8	18,2	1,9	15,4
20 a 39	5,0	80,5	4,8	80,0	6,7	83,4
40 anos e mais	0,2	1,7	0,3	1,8	0,3	1,2
Total	3,1	100,0	2,9	100,0	3,4	100,0

MORTALIDADE MATERNA

Em termos de sua estatística, o registro oficial da mortalidade materna indica um descenso da mesma durante os anos oitenta: em 1980, a taxa era de quase 5 óbitos por cada dez mil nascidos vivos, e em 1986, era algo superior a 3. No entanto, diversos estudos evidenciam que essas cifras -que na realidade resultam baixas no contexto latino-americano- não são coerentes com os dados de outros indicadores de saúde.

Isto levou a realizar várias tentativas para calcular o verdadeiro nível da mortalidade materna. Uma delas, baseada na informação disponível em 1980, estimava que a taxa era de aproximadamente 14 óbitos por dez mil nascidos vivos, mostrando também as grandes diferenças regionais: enquanto que no Nordeste a taxa era de quase 20 mortes, no Sudeste era de 8.

EVOLUÇÃO DA MORTALIDADE MATERNA

Ano	Nº	Taxa (por 10 mil nascidos vivos)
1980	2.551	4,8
1981	2.540	5,2
1982	2.293	4,0
1983	2.118	5,1
1984	1.962	5,0
1985	1.892	4,7
1986	1.814	3,4

Nota : Excluídos os municípios que não fornecem informação regular, onde reside aproximadamente 25% da população.

ESTIMATIVA DA MORTALIDADE MATERNA SEGUNDO REGIÃO, 1980

Região	(Absolutos)		(Taxas por dez mil nascidos vivos)		
	Óbitos maternos	Óbitos mat. estimados ⁽¹⁾	Nascidos vivos ⁽²⁾	Mortalidade materna	Mort. materna estimada
Norte	326	770	260.376	12,5	29,6
Nordeste	682	2.850	1.463.076	4,7	19,5
Sudeste	1.014	1.169	1.513.659	6,7	7,7
Sul	165	347	268.950	6,1	12,9
Centro-Oeste	364	468	561.117	6,5	8,3
Total País	2.551	5.604	4.067.178	6,3	13,8

Notas : (1) Adaptado de Siqueira, A.A.F. et al. Mortalidade Materna no Brasil, 1980. (2) Estimativa obtida através do Método de Brass.

INTERRUPÇÃO VOLUNTÁRIA DA GRAVIDEZ

No Brasil, não existe informação consolidada sobre cifras de aborto. De acordo com a Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição, em 1989, 15% das mulheres que tinham engravidado alguma vez nos cinco anos anteriores à pesquisa, declaravam pelo menos um aborto. Isso significa mais de dois milhões de mulheres que declaram ter abortado durante esses cinco anos, as que teriam realizado um total de três milhões de abortos no quinquênio. A essa cifra deveriam acrescentar-se os abortos de mulheres grávidas no período anterior a esses cinco anos, os daquelas que faleceram por esta causa e, sobretudo, levar em conta que a declaração de abortos ainda é difícil.

De acordo com os registros oficiais, o peso do aborto como causa de mortalidade materna manteve-se praticamente constante durante os anos oitenta: em 1980 era de 13,5% dos decessos maternos, e em 1986 atingiu 13,3%.

O ABORTO COMO CAUSA DE MORTALIDADE MATERNA, 1980-1986

(Porcentagens)

Grupo de causas	1980		1983		1986	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Aborto	344	13,5	285	13,5	241	13,3
Causas obstétricas diretas	2.149	84,2	1.769	83,5	1.439	79,3
Outras causas obstétricas	58	2,8	64	3,0	134	7,4
Total	2.551	100,0	2.118	100,0	1.814	100,0

Nota: Excluídos os municípios que não fornecem informação regular, onde reside aproximadamente 25% da população.

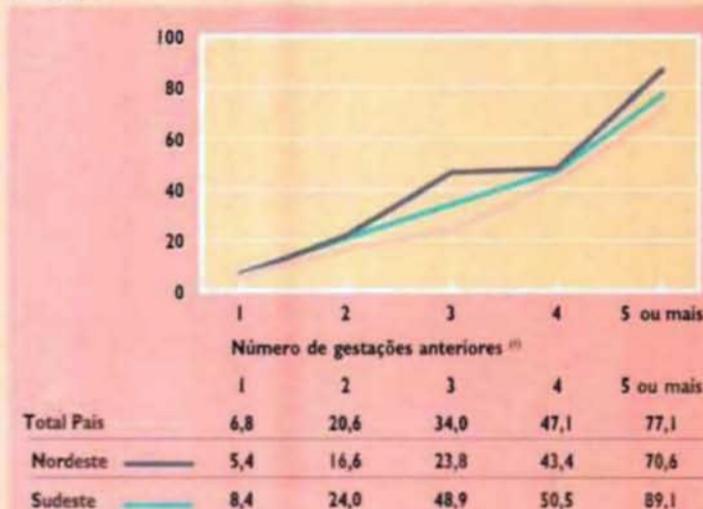
ABORTOS DECLARADOS POR MULHERES COM GESTAÇÕES ANTERIORES, 1989

Abortos declarados	Nº (1)	%
Nenhum	11.804.863	85,2
1 aborto	1.662.790	12,0
2 abortos	296.773	2,1
3 abortos	74.896	0,5
4 abortos	18.188	0,1
5 ou mais	5.234	0,0
Total	13.862.744	100,0

Nota: (1) Mulheres com gestações durante os cinco anos anteriores à pesquisa.

MULHERES QUE INTERROMPERAM SUA GRAVIDEZ SEGUNDO NÚMERO DE GESTAÇÕES ANTERIORES, 1989

(Porcentagens)



Nota: (1) Nos cinco anos anteriores à pesquisa.

CONTROLE DA FECUNDIDADE

Aproximadamente a metade das brasileiras em idade fértil utiliza algum método anticonceptivo segundo cálculos realizados no início dos anos noventa. De acordo com a Pesquisa de Domicílios de 1986, 40% dessas mulheres o faziam, assim como perto de 70% das mulheres com parceiro. Estas cifras estão relacionadas com a importante queda da natalidade ocorrida nos anos oitenta.

A característica do Brasil neste âmbito, consiste na forte concentração das técnicas anticonceptivas em dois métodos: a esterilização e a pílula. Em 1986, ambos os métodos eram utilizados por quase tres quartas partes do total das mulheres que usavam anticonceptivos.

A esterilização constitui o método mais utilizado pelas mulheres negras, as de rendas reduzidas e as de nível educacional inferior. No Nordeste há menos mulheres que utilizam métodos anticonceptivos do que no Sudeste, mas o uso da esterilização é bem maior (em 1986, representava 50% dos métodos utilizados, e em 1991, perto de 65%). Existe consenso enquanto a que o uso generalizado deste método está ligado à falta de meios alternativos, os que com certeza poderiam ser proporcionados por um verdadeiro serviço de planejamento familiar no País.

USO DE ANTICONCEPTIVOS POR REGIÃO SEGUNDO MÉTODO, 1986

(Porcentagens)

Método ⁽¹⁾	Total País ⁽²⁾	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Pílula	16,3	11,9	10,0	17,6	25,6	12,3
Comprimidos	2,6	2,3	1,8	3,1	2,8	1,5
Esterilização	15,9	16,3	13,5	16,3	13,2	28,1
Outros e sem declarar	3,4	1,1	2,4	4,1	4,0	1,8
Não usam	61,8	68,4	72,3	58,9	54,4	56,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Notas : (1) Incluídos DIU, diafragma, injetáveis e outros. (2) Corresponde às mulheres de 15 a 24 anos de idade.

USO DE ANTICONCEPTIVOS SEGUNDO FATORES DIFERENCIAIS, 1986

(Porcentagens)

Método	Renda				Anos de estudo			
	Sem declar.	Menos de 2 S.M. ⁽²⁾	2 a 5 S.M.	5 e mais S.M.	Nenhum	1 a 4	5 a 7	8 e mais
Não usa	35,7	33,1	18,8	17,8	55,1	38,2	28,1	26,4
Esterilização ♀	28,3	25,7	34,0	42,6	22,3	28,3	27,9	29,2
Esterilização ♂	0,3	0,2	0,5	2,9	-	0,2	0,4	2,0
Pílulas	21,6	29,7	31,5	18,7	13,5	21,5	32,1	26,0
Preservativo	2,0	0,8	1,7	2,3	0,5	1,3	1,4	2,2
Outro método ⁽¹⁾	1,9	2,3	3,2	5,4	1,1	1,6	3,1	4,9
Comprimidos vaginais	3,7	3,3	5,1	8,5	1,1	3,2	3,4	7,5
Coitus interruptus	6,5	4,9	5,2	1,8	6,4	5,7	3,6	1,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Nota : (1) Incluídos DIU, diafragma, injetáveis e outros. (2) S.M. significa Salário Mínimo.

NATALIDADE DESEJADA

Largamente, no Brasil, a queda da fecundidade refere-se à redução do número ideal de filhos que as mulheres desejam ter durante sua vida fértil. Em 1986, a imensa maioria das brasileiras declarava que o número ideal situava-se entre 2 e 3 filhos, com clara preferência pela primeira cifra.

Neste contexto, pode-se analisar melhor o problema da esterilização como o método anticonceptivo mais usado no País. Em 1988, a razão principal que aduziam as mulheres para ter-se esterilizado, era a de não desejar mais filhos. Em consequência, tudo indica que o uso majoritário deste método está ligado à combinação de dois fatores: o difícil acesso a meios alternativos de anticoncepção, e a vontade cada vez mais forte das brasileiras, de reduzir sua natalidade.

DECLARAÇÃO FEMININA SOBRE O NÚMERO IDEAL DE FILHOS, 1986

Número ideal de filhos	%
Nenhum	3,8
1	6,7
2	40,1
3	28,1
4	10,1
5	4,8
6 ou mais	5,2
Outros	1,2
Total	100,0

MOTIVOS DE ESTERILIZAÇÃO NAS MULHERES DE SÃO PAULO, 1988

Motivo	%
Não desejam mais filhos	54,9
Problemas de saúde	14,8
Problemas financeiros	11,5
Número de cesarianas	9,8
Outros motivos	9,0
Total	100,0



LEGISLAÇÃO

Brasil, como outros três países latino-americanos, tem a particularidade de estar organizado juridicamente como estado federal: além da legislação aplicável a todo o território nacional, cada estado possui sua própria Constituição e suas leis. Em todo caso, as diversas normas jurídicas devem ajustar-se às disposições da Constituição Federal.

A vigência da Constituição Federal de 1988, representa um imenso avanço na situação jurídica da mulher brasileira. As conquistas consagradas nessa Constituição repetem-se e ampliam-se nas Constituições Estaduais de 1989 e nas Leis Orgânicas Municipais de 1990. No entanto, estas conquistas não se traduziram nas modificações correspondentes da legislação ordinária. Desse modo, existem fortes contradições, por exemplo, entre os preceitos constitucionais e diversos artigos do Código Civil. Embora a jurisprudência dos tribunais de justiça tenha estabelecido que a Constituição Federal, como Lei Maior, revogou todas as disposições legais opostas a seu texto, é possível afirmar que a falta de revogação expressa gera uma situação de indecisão e ambigüidade: os tribunais sómente podem interpretar a lei nos casos submetidos a seu conhecimento. Únicamente o legislador está facultado para interpretar a lei em geral.

Do ponto de vista dos direitos

políticos e das garantias constitucionais, não existem diferenças entre homens e mulheres. A Constituição estabelece expressamente, que os homens e as mulheres têm os mesmos direitos e obrigações.

Em 1984, o Brasil ratificou a Convenção sobre Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, adotada pelas Nações Unidas em 1979.

No que tange ao direito da família, a evolução é positiva, embora não seja tão profunda quanto a experimentada pelo direito constitucional. A partir de sua vigência, em 1916, o Código Civil sofreu algumas modificações na parte referente à família. De especial relevância é a reforma introduzida pela Lei 4.121, de 1964, conhecida como "Estatuto Civil da Mulher Casada", que criou a instituição dos bens reservados e eliminou uma série de limitações, autorizações prévias e incapacidades. Igualmente, a lei do divórcio de 1977, significou um avanço importante na consagração legal da igualdade dos sexos. No entanto, subsistem ainda situações injustas - das quais dá-se conta no texto - apesar de que devam considerar-se revogadas pela Constituição, que imprimiu, conforme mencionou-se anteriormente, um sentido de igualdade entre homens e mulheres, e nas relações de família.

No âmbito do direito penal, o Código pertinente -como a maioria dos latino-americanos- inclui uma classificação defeituosa dos delitos, devido à inadequação existente entre os valores que pretende cautelar -bens jurídicos- através da coação penal, e os comportamentos que atentam contra esses valores. Assim, por exemplo, os delitos contra a liberdade sexual da mulher consideram-se como delitos contra os costumes. Mais do que direitos concretos, com títulos singulares, o Código Penal tende a proteger princípios ou valores abstratos. Leva-se também em conta a "honestidade" da mulher para tipificar e penalizar certos delitos que a afetam, até o extremo em que a violação de uma prostituta mediante fraude não constitui um delito. Em vários delitos de conotação sexual, extingue-se a punibilidade pelo casamento do delinquente com a vítima, o que outorga ao casamento a virtude de devolver a "honra" que a mulher teria perdido na ocasião do delito. Em resumo, uma parte importante dos delitos de conotação sexual é de ação privada, ou seja, sómente podem ser denunciados pela vítima, ou, no caso de um menor de idade, ou de um incapacitado, por seus familiares imediatos.

O direito do trabalho, desde sua codificação em 1943, experimentou uma evolução firme e positiva. Embora em algumas matérias o trabalho da mulher seja equiparado ao do menor, como acontece em várias legislações latino-americanas, em geral, a mulher recebe um

tratamento equitativo. A ampliação dos direitos reconhecidos pela lei à trabalhadora rural é um aspecto que deve ser salientado, assim como a revogação da disposição que vedava determinados trabalhos às mulheres. Apesar desses avanços, os direitos da trabalhadora doméstica são insuficientemente reconhecidos e protegidos. Finalmente, as deficiências na fiscalização e o aumento do trabalho informal, conjugam-se para deixar sem proteção a um número significativo de trabalhadores, especialmente mulheres.

A Constituição de 1988 reconhece o direito ao planejamento familiar. Mas não existe ainda uma regulamentação dos direitos reprodutivos que permita sua efetiva implementação na rede da saúde pública. No Congresso Nacional, há diversos projetos de lei para estabelecer uma tal regulamentação.

Como acontece em outros países da América Latina, a administração de justiça é lenta e cara. Neste sentido, a mulher popular enfrenta imensas dificuldades para fazer valer os seus direitos.

DIREITOS POLÍTICOS E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS

A Constituição Federal rige desde 1988, e as Estaduais desde 1989.

MATÉRIA e Disposição

OBSERVAÇÕES

IGUALDADE

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações (Art. 5).

A menção expressa de que homens e mulheres têm iguais direitos e obrigações, constitui um avanço importante em relação àquelas constituições latino-americanas que sancionam a igualdade de todos os homens ou de todos os cidadãos ou nacionais.

A Constituição do Estado do Rio de Janeiro detalha o princípio de igualdade contemplado na Constituição Federal, ao estabelecer que ninguém será discriminado, prejudicado ou privilegiado em razão de nascimento, idade, etnia, raça, cor, sexo, estado civil, trabalho rural ou urbano, religião, convicções políticas ou filosóficas, deficiência física ou mental, por ter cumprido pena ou por qualquer particularidade ou condição (Art. 9, N° 1).

DIREITO A VOTO

A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos (Art. 14).

A Constituição de 1891, a primeira da República, estipulava que eram eleitores os cidadãos maiores de 21 anos de idade que se alistassem na forma da lei. Esta disposição foi interpretada em termos restritivos, entendendo-se que o termo "cidadãos" designava unicamente os homens. Em 1932, outorgou-se à mulher a faculdade de votar. Em 1934, estabeleceu-se que a mulher que exercesse uma função pública tinha a obrigação de votar. Finalmente, o Artigo 133 da Constituição de 1946, estendeu a obrigação de votar a todos os brasileiros de ambos os sexos, disposição que se manteve nas Constituições de 1967 e 1988.

DIREITO DE OPTAR A CARGOS DE ELEIÇÃO POPULAR

Homens e mulheres têm o mesmo direito de optar a este tipo de cargos (diversos artigos da Constituição).

No entanto, a representação feminina no Parlamento é pouco significativa.

GARANTIAS CONSTITUCIONAIS

A Constituição garante aos brasileiros e aos estrangeiros a inviolabilidade de uma série de direitos essenciais: à vida, à liberdade, à igualdade, à propriedade, e outros (Art. 5).

DIREITO DE FAMÍLIA

As relações entre cônjuges e entre pais e filhos estão reguladas pelo Código Civil e por diversas outras leis, como a Lei de Divórcio, de 1977. A Constituição de 1988 eliminou as desigualdades entre homens e mulheres. Apesar de que não foi formalmente revogado, o Capítulo do Código sobre direitos e deveres da sociedade conjugal, deve ser interpretado à luz do Art. 226, parágrafo 5, da nova Constituição. Esta interpretação, conforme indicado na Introdução, compete aos juizes em cada caso particular, ou ao legislador na generalidade dos casos. O projeto de lei 4.782, de 1990, propõe uma série de reformas que visam adequar o Código Civil às disposições constitucionais.

MATÉRIA e Disposição

OBSERVAÇÕES

CAPACIDADE

As mulheres casadas têm, em princípio, plena capacidade jurídica (Art. 5).

Até a década dos anos 70, a mulher casada sob o regime de sociedade conjugal era considerada relativamente incapaz, tal como os menores adultos ou os interditados como pródigos. A disposição pertinente do Código Civil foi revogada mediante a Lei 4.121, de 1962. Contudo, a mulher casada tem uma capacidade notoriamente diminuída em relação à diversas matérias.

NOME

A mulher pode acrescentar a seus sobrenomes, o sobrenome de seu marido (Art. 240).

A mulher pode conservar seu sobrenome de solteira ao casar-se.

O homem não está facultado para acrescentar o sobrenome de sua mulher aos seus.

Em alguns países, a mulher está obrigada a acrescentar o sobrenome de seu marido precedido da preposição "de", indicativa de propriedade ou posse.

CAUSA ESPECIAL DE NULIDADE DE CASAMENTO

Em todo contrato, o erro essencial vicia o consentimento e motiva a declaração de nulidade. O Artigo 219 do Código Civil estipula que considera-se erro essencial sobre a pessoa do outro cônjuge, o defloramento da mulher, ignorado pelo marido.

A virgindade -um fenômeno físico preciso- eleva-se como atributo essencial da mulher, o mesmo não acontecendo com o homem. À mulher aplicam-se critérios de moralidade estritos, que no caso do homem são mais amplos.

EMANCIPAÇÃO DO(A) FILHO(A) MENOR DE 21 ANOS

É faculdade do pai outorgar a emancipação do(a) filho(a) menor adulto. Sómente se ele falecer, essa faculdade passa à mãe (Art. 9).

Culturalmente, atribui-se à mãe o cuidado dos filhos; mas, quando chega o momento de adotar as "grandes decisões", é o pai quem tem o direito de impor a sua vontade.

Esta disposição está em contradição com a igualdade dos cônjuges, consagrada pela Constituição, e deve considerar-se revogada.

CASAMENTO DO(A) FILHO(A) MENOR DE 21 ANOS

Requer a autorização de ambos os pais. Se houver desacordo, prevalecerá a vontade do pai (Art. 186).

A primazia da vontade do pai-marido é uma das constantes do direito da família, apesar dos avanços alcançados. Esta disposição está em contradição com a igualdade dos cônjuges, consagrada pela Constituição, e deve considerar-se revogada. No caso de separação, divórcio ou nulidade, prevalecerá a vontade do cônjuge com quem estiver o(a) filho(a).

A SOCIEDADE CONJUGAL

O marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher. Além de outras atribuições, compete-lhe representar legalmente à família, administrar os bens comuns e os particulares da mulher, e fixar o domicílio da família (Art. 233).

Esta disposição está em contradição com a igualdade dos cônjuges, consagrada pela Constituição, e deve considerar-se revogada.

O projeto de lei 4.782 propõe eliminar a instituição da chefia da sociedade conjugal, estipulando iguais direitos e obrigações para ambos os cônjuges.

BENS RESERVADOS À MULHER CASADA

A mulher casada sob o regime de sociedade conjugal, que exercer profissão lucrativa distinta da do marido, terá direito a praticar todos os atos inerentes ao seu exercício e a sua defesa. O produto de seu trabalho assim auferido, e os bens com ele adquiridos, constituem bens reservados, dos quais a mulher poderá dispor livremente (Art. 246).

A instituição do patrimônio reservado da mulher casada atenua parcialmente sua situação de inferioridade para atuar no campo patrimonial.

A igualdade constitucional de direitos entre os cônjuges é incompatível com esta instituição, que deve considerar-se revogada.

REGIME DE COMUNHÃO PARCIAL DE BENS

Os bens incluídos na comunhão de bens serão administrados pelo marido (Art. 274).

Esta disposição está em contradição com a igualdade dos cônjuges consagrada pela Constituição, e deve considerar-se revogada.

Os bens não incluídos na comunhão de bens são administrados independentemente pelos cônjuges proprietários, seja o marido ou a mulher.

REGIME DOTAL

Sob este regime, a administração dos bens dotais também compete ao marido (Arts. 289 e 290).

Esta disposição está em contradição com a igualdade dos cônjuges consagrada pela Constituição, e deve considerar-se revogada.

No regime dotal -variante do regime de separação de bens- a mulher entrega uma parte de seus bens ao marido para que os administre e com os seus frutos mantenha o lar comum. Não está contemplada a possibilidade de que o marido entregue uma parte de seus bens à mulher, com igual finalidade.

No caso de problemas nos negócios do marido, a mulher pode requerer judicialmente a separação do dote e sua administração. Mas não precisa de autorização judicial para constituir o dote.

MATÉRIA e Disposição

OBSERVAÇÕES

PÁTRIO PODER

Compete a ambos os pais. Se houver divergência, prevalecerá a decisão do pai (Art. 380).

Esta disposição está em contradição com a igualdade dos cônjuges consagrada pela Constituição, e deve considerar-se revogada.

Em outras legislações, com maior justiça, estipula-se que, no caso de divergência, decidirão os tribunais.

IMPEDIMENTO PARA CONTRAIR NOVO MATRIMÔNIO

Não podem casar: a viúva ou a mulher cujo casamento se desfez por ser nulo ou ter sido anulado, até dez meses depois do começo da viuvez ou da dissolução do matrimônio, salvo se antes de findo esse prazo der à luz algum filho (Art. 183, parágrafo XIV).

Este artigo, redigido há mais de 70 anos, vela pela necessidade de determinar com exatidão a paternidade dos filhos. Atualmente, através dos métodos de detecção precoce da gravidez, o prazo de dez meses parece injustificado.

REGISTRO DE NASCIMENTOS

Compete fazê-lo ao pai e, na falta ou impedimento dele, à mãe (Art. 52 da Lei sobre Registro Público, de 1973).

O nome do pai não será declarado sem a sua presença ou a de procurador especial seu (Art. 59 da citada lei).

Não existe uma disposição semelhante para a mulher. No fundo, pressupõem-se verdadeiras as declarações do pai. Ele, por outra parte, deve estar sempre presente no ato de registro, o que não se aplica à mãe.

O projeto de lei 00335 dá à mãe o direito de registrar o nascimento do filho em igualdade de condições com o pai.

DIREITOS DA CONCUBINA

A Constituição Federal reconhece e oferece a proteção do Estado às uniões estáveis entre homem e mulher, outorga-lhe o caráter de entidade familiar e indica que a lei deve facilitar sua conversão em casamento (Art. 226, parágrafo 3).

Em matéria de previdência social, a Constituição contempla a pensão pelo falecimento do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e seus dependentes (Art. 201, N^o V).

O Decreto 89.312, de 1984, sobre Previdência Social, reconhece como dependentes segurados, entre outros, à companheira mantida por mais de cinco anos. A fim de que a companheira tenha direitos, é preciso que o concubinato seja puro, ou seja, aquele onde nem o homem nem a mulher têm impedimento para casar. Convém ter presente, que o concubinato obedece, na maioria dos casos, justamente à impossibilidade legal dos companheiros, de contrair matrimônio.

CAUSA DE DESERDAÇÃO

Os pais podem deserdar a filha que vive na casa paterna, por causa de "desonestidade" (Art. 1.744, parágrafo III).

O conceito de "desonestidade" feminina tem uma clara conotação sexual. No entanto, a desonestidade masculina tem conotações patrimoniais. Os tribunais ampliam ou restringem o conceito aplicado à mulher, de acordo com as normas culturais prevalentes nas diversas regiões do País. Nos centros urbanos mais importantes, a deserdação devido à desonestidade, tornou-se antiquada.

DIREITO PENAL

O Código Penal brasileiro está compreendido no Decreto-Lei 2.848, de dezembro de 1940.

MATÉRIA e Disposição

OBSERVAÇÕES

VIOLÊNCIA FAMILIAR

A Constituição Federal estabelece que o Estado criará os mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações familiares (Art. 226, parágrafo 8).

Não existe uma lei federal que regule esta matéria. A partir de 1985, em diversos estados criaram-se Delegacias Especializadas no Atendimento de Mulheres Vítimas da Violência.

As violências que padece a mulher dentro do lar, assemelham-se aos delitos de lesões, de difícil prova e de prolongada tramitação judicial.

CRIMES CONTRA OS COSTUMES

O Código Penal descreve e pune como tais o estupro (Art. 213), o atentado violento ao pudor (Art. 214), a posse sexual mediante fraude (Art. 215), o atentado ao pudor mediante fraude (Art. 216), a sedução (Art. 217) o rapto violento ou mediante fraude, e o rapto consensual (Art. 220).

Evidentemente, esta classificação é inadequada, pois trata-se de delitos contra a pessoa, visto que nesses está implícito o uso da violência física ou psíquica. Estes delitos dão lugar apenas à ação privada: unicamente a vítima ou seus representantes legais podem iniciar as ações judiciais pertinentes. A ação penal pública somente é admitida quando a vítima é pobre ou seu agressor é o pai, padrasto, tutor ou curador. No entanto, os crimes contra a propriedade são de ação pública: o Ministério Público ou qualquer cidadão pode iniciar a ação penal.

O sujeito passivo dos delitos de posse sexual mediante fraude, de atentado ao pudor mediante fraude e de rapto violento ou mediante fraude, é a mulher "honesta". Desse modo, a violação de uma prostituta mediante fraude, não constitui delito.

O projeto de lei 02599 propõe eliminar o termo "honesta" dos artigos pertinentes do Código Penal.

EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

Nos delitos de conotação sexual, a punibilidade extingue-se mediante o casamento do agente com a vítima (Art. 107, parágrafo VII).

A lei não protege a liberdade e a integridade pessoal da mulher, senão o vago e variável conceito de "honra". Pressupõe-se que ao casar com o seu agressor, a mulher recupera a honra. Não se considera o dano físico ou psíquico que ela possa ter sofrido na sua qualidade de vítima do delito.

Também extingue-se a punibilidade mediante o casamento da vítima com um terceiro, se os delitos

Trata-se de uma prescrição de curto prazo em relação a delitos de imensa gravidade. É preciso casar à

MATÉRIA e Disposição

OBSERVAÇÕES

forem perpetrados sem violência real ou ameaça grave, e desde que a ofendida não inicie ação penal no termo de 60 dias depois do casamento (Art. 107, parágrafo VIII).

mulher custe o que custar e, assim, reinstalá-la em sua condição de pessoa honesta. O terceiro que casar com a mulher, de alguma maneira a redimirá.

PROSTITUIÇÃO

O Código não castiga a prática da prostituição, mas a sua exploração por terceiros (Arts. 228 a 230).

O Brasil subscreveu, em 1951, a Convenção Internacional contra o confinamento das prostitutas em zonas especiais.

SUJEITO PASSIVO DO DELITO

Tanto o homem como a mulher podem ser vítimas dos delitos seguintes: mediação para servir à lascívia de outro (Art. 227), favorecimento da prostituição (Art. 228), casa de prostituição (Art. 229) e rufianismo (Art. 230).

ABORTO

O Código pune o aborto provocado como delito contra as pessoas, e contempla vários casos: aborto provocado pela gestante ou com o seu consentimento (Art. 124); aborto provocado por um terceiro, sem consentimento da gestante (Art. 125); aborto provocado por terceiro, com consentimento da gestante. O Art. 127 trata de uma forma qualificada deste delito, quando além do aborto, ocorrem lesões graves ou a morte da gestante.

Houve várias iniciativas legislativas para revogar os artigos que punem o aborto provocado, salvo aquele praticado sem o consentimento da mulher. Até hoje, elas não tiveram sucesso.

ABORTO NÃO PUNÍVEL

Não é punível o aborto praticado por um médico, se não houver um outro meio de salvar a vida da gestante, ou se a gravidez for consequência de estupro e a vítima der o seu consentimento para o aborto (Art. 128).

O aborto por motivos terapêuticos permite-se em todos os países latino-americanos, salvo em três: Chile, República Dominicana e Honduras.

DIREITO DO TRABALHO

A parte principal da legislação trabalhista está contida no Decreto Lei 5.452, de 1º de maio de 1943, conhecido como “Consolidação das Leis do Trabalho”, ampliado pela Constituição de 1988.

As mulheres e os menores assalariados urbanos foram os primeiros grupos a receber proteção legal, a partir da década dos anos trinta. A legislação de 1943 ampliou a proteção aos homens. Os trabalhadores rurais de ambos os sexos e os empregados domésticos foram discriminados. A Constituição de 1988, consagrou a proteção de todos os trabalhadores. Apesar disso, a situação dos empregados domésticos continua sendo desmedrada.

MATÉRIA e Disposição

OBSERVAÇÕES

IGUALDADE

A todo trabalho de igual valor corresponderá salário igual, sem distinção de sexo (Art. 5).

Conforme à legislação em vigor, as normas que regulamentam o trabalho masculino aplicam-se igualmente às mulheres, salvo as normas especiais que as protegem, que são consideradas de ordem pública: não é possível renunciar à proteção instituída por elas.

JORNADA DE TRABALHO

Tanto homens como mulheres podem trabalhar um máximo de oito horas diárias. Para as mulheres, somente em casos excepcionais, a jornada poderá prolongar-se além do limite legal (Art. 367).

Os homens têm maiores possibilidades de realizar trabalhos extraordinários, que são melhor remunerados.

TRABALHO NOTURNO

Cada hora do período de trabalho noturno das mulheres terá uma duração de 52 minutos e 30 segundos (Art. 381).

Isto implica que o trabalho noturno da mulher tem um valor superior ao do homem.

As restrições ao trabalho noturno da mulher foram revogadas em 1989 (Lei 7.855), o que contribuiu para efetivar o exercício do direito à liberdade de trabalho.

TRABALHO PROIBIDO

Proíbe-se entregar à mulher um serviço que demande o emprego de força muscular superior a vinte quilos para trabalho contínuo, ou de vinte e cinco quilos para trabalho ocasional (Art. 390).

PROTEÇÃO A MATERNIDADE

(Arts. 391 a 401):

- Não constitui justa causa despedir uma trabalhadora pelo fato de estar grávida.
- A trabalhadora tem uma licença de maternidade de 120 dias, com direito a salário integral.
- Em casos excepcionais e mediante atestado médico, a trabalhadora grávida está facultada para mudar de função, se essa puder causar prejuízos à sua saúde ou à do feto.
- Em caso de aborto não criminoso, a trabalhadora tem direito a um repouso remunerado de duas semanas.
- Durante a jornada de trabalho, a trabalhadora tem direito a dois descansos de meia hora cada um, para amamentar o seu filho até que ele complete seis meses.
- Os estabelecimentos que ocupem trinta ou mais mulheres maiores de dezesseis anos, devem ter um lugar apropriado onde as trabalhadoras possam deixar sob cuidado os seus filhos em período de lactância (Art. 389, parágrafo 1).

TRABALHO DOMÉSTICO

A Constituição reconhece aos trabalhadores domésticos os direitos seguintes: salário mínimo; irredutibilidade do salário; décimo terceiro salário anual; repouso semanal remunerado, preferentemente aos domingos; férias anuais com pelo menos um terço a mais do salário normal; licença por maternidade de cento e vinte dias, conservando o emprego e o salário; aviso prévio em caso de demissão, não inferior a trinta dias; previdência social.

Apesar de que o trabalho doméstico é realizado quase exclusivamente por mulheres, a lei emprega uma adjetivação masculina.

As pessoas que realizam o trabalho doméstico permanecem excluídas de vários direitos: duração máxima da jornada de trabalho, proteção contra dispensa injustificada, seguro de desemprego, indenização por anos de serviço, remuneração maior pelo trabalho noturno, salário-família para os seus dependentes, entre outros.



DIREITOS REPRODUTIVOS

Este setor do direito, não codificado e escassamente regulamentado, está comparativamente mais desenvolvido no Brasil do que em outros países latino-americanos. A partir de uma política natalícia, o Estado começou a adotar, desde 1965, uma atitude antinatalícia que não se traduziu, no entanto, numa política explícita de controle demográfico. Contudo, a Constituição Federal e a maioria das Constituições Estaduais e das Leis Orgânicas Constitucionais, incluem disposições concernentes à saúde reprodutiva em sentido amplo. A Constituição do Estado de Goiás, por exemplo, garante o atendimento integral da mulher em todas as fases de sua vida, abrangendo o direito à gestação, à assistência pré-natal, ao parto e ao pós-parto, através de programas desenvolvidos, implementados e controlados mediante a participação de organizações representativas das mulheres. A própria Constituição salienta como uma das atribuições do sistema público de saúde, a de promover recursos educacionais e científicos para o planejamento familiar, e de oferecer, tanto à mulher como ao homem, acesso gratuito aos meios anticoncepcionais. A Constituição do Estado do Rio de Janeiro contém uma disposição semelhante.

Lógicamente, a consagração legal dos direitos reprodutivos não implica que eles possam se exercer em plenitude. De fato, problemas burocráticos, de recursos e inclusive ideológicos, obstaculizam o desenvolvimento adequado dos programas de atendimento integral à mulher, na maioria dos centros hospitalares do País.

MATÉRIA e Disposição

OBSERVAÇÕES

PLANEJAMENTO FAMILIAR

A Constituição Federal estabelece que o planejamento familiar é uma decisão livre do casal, cabendo ao Estado promover recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito. Nesta matéria, proíbe-se qualquer ação coercitiva das instituições públicas e privadas (Art. 226, parágrafo 7).

O planejamento familiar forma parte dos direitos reprodutivos, mas estes não se esgotam naquele, pois abrangem o direito de exercer a sexualidade sem riscos de contágio de doenças sexualmente transmissíveis, o direito de acesso a um adequado atendimento ginecológico durante a gravidez, o parto e o pós-parto, e o direito de acesso à prevenção e tratamento da infertilidade.

ABORTO

Está proibido pelo Código Penal (Arts. 124 a 127).

O aborto terapêutico não é considerado como um método de planejamento familiar. O Código de Ética Médica, de 1957, proíbia aos médicos informar sobre procedimentos ou tratamentos destinados a evitar a gravidez. A Ley 6.374, de 1979, limitou a proibição somente aos meios abortivos.

AÇÃO ESTATAL

Em 1980, o Ministério de Saúde patrocinou o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, entre cujas finalidades destaca-se: implantar ou ampliar as atividades de identificação e controle das doenças sexualmente transmissíveis; desenvolver atividades de regulação da fertilidade, implementando métodos e técnicas de planejamento familiar; evitar o aborto provocado, através da prevenção da gravidez não desejada.

Na prática, são poucas as unidades hospitalares que desenvolvem o Programa em toda sua extensão.

PRODUTOS ANTICONCEPTIVOS

Não existem restrições para a produção e comercialização de anticoncepcionais, desde que estes sejam considerados idôneos pelo Serviço Nacional da Saúde, autorizados pelo Ministério da Saúde, e registrados no Instituto Nacional de Patentes Industriais. No Brasil, vendem-se sem necessidade de receita médica, pílulas anticoncepcionais, preservativos, geléias espermicidas, diafragmas e dispositivos intrauterinos.

ESTERILIZAÇÃO

Existindo consentimento da mulher e indicação médica, a ligadura de trompas constitui um procedimento legal.

INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL

Não há norma que a proíba.

O Código de Ética Médica estabelece que é proibido ao médico desconhecer o direito do paciente de decidir livremente sobre os métodos anticoncepcionais, devendo o profissional esclarecer a indicação, segurança, reversibilidade e risco de cada método.

Em virtude dos princípios do direito privado, deve considerar-se legal.

O Artigo 68 do Código de Ética Médica proíbe o médico praticar a fecundação artificial sem que os participantes estejam completamente de acordo e devidamente informados sobre o procedimento.

PARTICIPAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA



Brasil conseguiu, em 1822, sua independência de Portugal, estabelecendo uma monarquia com uma Câmara de Deputados eleita e um Senado designado. Em 1889, depois de um prolongado processo de desintegração política, econômica e social, agravado pelo sistema escravista, o Imperador foi deposto e proclamou-se a República, chefiada por um marechal e fortemente inspirada nas idéias positivistas emanadas das academias militares.

A chamada República Velha (até 1930), caracterizou-se pelo domínio das oligarquias rurais. No entanto, a partir de 1920, o País assistiu a um processo de industrialização e de urbanização, à formação de um proletariado urbano e de camadas médias que questionaram o poder oligárquico. Em 1930, a insatisfação popular culminou numa revolução que marcou o fim dessa fase. Getúlio Vargas, líder do processo revolucionário, assumiu a Presidência.

As mulheres brasileiras não permaneceram passivas ao longo da história republicana, embora sua participação social e política tenha sido registrada de maneira pouco significativa. Em termos gerais, essa participação foi marcada pelos processos experimentados pelo conjunto da sociedade e por suas próprias lutas como setor social.

Após a Revolução de 1930, e depois de duas décadas de mobilização, as

mulheres obtiveram o direito de voto. Incluído no Código Eleitoral em 1932, foi consagrado na Constituição Política em 1934. No entanto, esse direito demorou muito a ser exercido, pois, em 1937, Getúlio Vargas dissolveu o Congresso, promulgou uma nova Constituição e reprimiu as demandas sociais, deixando em suspenso o nascente movimento feminista.

A segunda metade da década dos anos quarenta viu o ressurgimento das ações das mulheres na política, contra o fascismo, a favor da arista e do regresso à democracia, contra a carestia, e os problemas derivados da Segunda Guerra Mundial, na qual o Brasil participou enviando tropas de apoio aos Aliados.

Entre 1945 e 1964, existiu uma certa estabilidade política e democrática no País, e as mulheres brasileiras conseguiram ampliar os seus direitos civis. Em 1964, um golpe militar depôs o Presidente João Goulart. O Congresso sofreu intervenção do governo militar, que cassou os direitos políticos de numerosos parlamentares e, em 1965, instituiu um sistema bipartidário. O único partido opositor permitido foi permanentemente coartado, e a forte repressão exercida sobre a população permitiu o reinado triunfal do partido de governo, e o exercício de um férreo autoritarismo.

A repressão política não evitou que, além de partidos políticos, a

oposição constituísse organizações de moradores, comunidades eclesiais de base, entidades profissionais, organizações de direitos humanos e grupos de resistência armada. Também surgiram, trazendo uma nova cultura política, os movimentos sociais, entre os quais destacou-se o movimento das mulheres e o feminismo, como sua vanguarda ideológica.

Durante todo o período militar, as mulheres participaram em organizações para a recuperação da democracia, ao mesmo tempo em que levantaram suas demandas específicas e, a partir de 1978, depois de iniciada a fase de transição democrática, esse movimento adquiriu maior expressão política e legitimidade.

Em 1982, realizaram-se as primeiras eleições diretas estaduais, onde o poder militar sofreu uma forte derrota. No fim de 1983, iniciou-se uma grande campanha visando eleições diretas para Presidente. A campanha das “Diretas já” ganhou as ruas e praças, com manifestações em todo o País. Apesar desse movimento, a eleição presidencial realizou-se por via indireta, com dois candidatos civís, vencendo o candidato apoiado pelas forças democráticas.

A incorporação de mulheres no Executivo federal, iniciada em 1982, chegou a seu apogeu no período 1985-1990, quando a presidência voltou a ser exercida por um civil. A partir de 1983, criaram-se

Conselhos da Condição Feminina em alguns Estados, e em 1985, por lei, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Estes evidenciaram uma notável capacidade de pressão sobre os diferentes níveis governamentais em todo o País.

Também a participação nos governos estaduais tem sido reduzida. No entanto, as mulheres prefeitas quase duplicaram seu número entre 1972 e 1992.

Em 1986, realizaram-se eleições para uma Assembléia Constituinte, que redigiu uma nova Constituição, promulgada em outubro de 1988. Esta Assembléia foi integrada por vinte e seis mulheres e 533 homens, o que representa a maior presença, na história, de mulheres no legislativo federal.

No poder judiciário, embora nos níveis local e estadual a participação feminina seja crescente, somente uma mulher ascendeu aos Tribunais Superiores Federais, especificamente, ao Tribunal Superior do Trabalho (TST).

A participação feminina em espaços mistos, como as organizações de moradores, sindicatos de trabalhadores, de profissionais ou de empregadores, é heterogênea. Embora nas organizações de base as mulheres sejam muito ativas, e nos sindicatos de profissionais a sua presença seja significativa, o mesmo não acontece nos sindicatos de trabalhadores. É praticamente nula a presença de mulheres nas

cúpulas das organizações sindicais nacionais e das entidades de classe mais importantes.

CIDADANIA E ELEIÇÕES

Lembremos que as mulheres brasileiras obtiveram o direito de voto em 1932, consagrado na Constituição de 1934, e obrigatório para aquelas que exercessem uma função pública remunerada. Em 1946, tornou-se obrigatório para cidadãos e cidadãs, excetuando-se analfabetas, aqueles que não soubessem expressar-se na língua nacional, e os que estivessem privados de direitos políticos temporais ou definitivamente.

No Brasil, a incorporação da população aos processos eleitorais foi tardia. Em 1945, a população com título de eleitor representava somente 16,1% da população total. As dificuldades originadas pela sua heterogeneidade geográfica, étnica, social e cultural, acrescentavam-se às vicissitudes experimentadas pela democracia no País. Além da lenta incorporação de eleitores, as eleições caracterizavam-se, salvo poucas exceções, por elevados níveis de abstenção e de votos nulos e em branco. Nas eleições presidenciais de 1955, quando os votantes constituíam 26,1% da população, a abstenção atingiu 40,3%. Nas eleições legislativas de 1970, sob o governo militar, os votos nulos e em branco representaram 30,3% do total de votos emitidos.

ANO DE OBTENÇÃO DO VOTO FEMININO



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, Brasil.

PARTICIPAÇÃO EM ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS SEGUNDO SEXO, 1945-1990

Eleição	Ano	População	Homens		Votantes	Abstenção
			Nº	%		
Presidencial	1945	46.215.000	7.451.849	16,1	6.200.005	14,9
Presidencial	1950	51.976.000	11.453.149	22,0	8.254.989	27,9
Presidencial	1955	58.454.000	15.243.246	26,1	9.097.014	40,3
Presidencial	1960	70.967.000 ⁽¹⁾	15.543.322	21,9	12.586.354	19,0
Pluriônico	1963	77.521.000 ⁽²⁾	18.365.277	23,9	12.286.171	32,8
Legislativa	1970	95.846.511 ⁽³⁾	nd	nd	22.435.571	nd
Legislativa	1986	nd	nd	nd	nd	4,9
Presidencial 1º turno	1990	141.381.500 ⁽⁴⁾	82.074.718	58,1	72.280.909	11,9

Notas: (1) Dados dos resultados preliminares do Censo de 1960. (2) Estimativa obtida no Anuário Estatístico de 1962. (3) Dados do Censo Demográfico (P. 45 do CELADE). (4) Dados do Recenseamento por Amostragem de Domicílios, PNAD, 1988, de 1992.

Fonte: Pires (1945-1963), Anuário for the Comparative Study of the Political Systems, Brazil Election Patterns, September 1965, Washington D.C. 1963. Pires (1964-1970), Tribunal Superior Eleitoral, Brasil. Pires (1982-1988), Tribunal Superior Eleitoral, Brasil.

Em 1988, a população em idade de votar estava composta -a nível nacional- por 52% de mulheres e 48% de homens, mas existiam variações importantes nas percentagens de mulheres e homens com título de eleitor entre as regiões e seis estados seleccionados. Em Pernambuco, somente 82% das mulheres em idade de votar nessa data (maiores de dezoito anos) tinha título, enquanto que no Paraná a proporção subia a 88,5%. Entre os homens, a menor percentagem também correspondia a Pernambuco (87%), elevando-se no Pará a 93,8%.

Por outro lado, a população branca registrava os níveis mais altos no tocante à posse de título de eleitor, e a população amarela os mais baixos, principalmente na região Norte.

De acordo com a Constituição de 1988, o voto é obrigatório para os maiores de dezoito anos e optativo para os analfabetos, os maiores de setenta e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos. Nas últimas eleições presidenciais (1990), aqueles com título de eleitor representaram 58,1% da população, o nível mais elevado na história brasileira. No primeiro turno das eleições, a abstenção foi de 11,9%, e os votos nulos e em branco somente 6,4%.

PARTICIPAÇÃO POR SEXO NO ELEITORADO DE REGIÕES E ESTADOS SELECIONADOS, 1988

(Porcentagem)

Região e Estado	Eleitorado (maiores de 18 anos)			
	Mulheres		Homens	
	Total	Com título de eleitor	Total	Com título de eleitor
Norte⁽¹⁾	52,3	86,5	47,7	89,8
Pará	51,8	86,8	49,0	94,0
Nordeste	52,4	85,7	47,6	90,6
Pernambuco	52,8	82,8	48,8	87,8
Sudeste	52,8	86,3	48,0	92,3
Rio de Janeiro	52,8	87,8	48,8	98,7
São Paulo	49,9	85,3	50,1	92,6
Sul	51,3	89,2	48,7	93,7
Paraná	49,6	88,5	50,4	93,8
Centro-Oeste	50,7	88,3	49,3	92,3
Goiás	49,8	87,8	51,8	93,8
Total País⁽²⁾	52,8	86,8	48,8	92,8

Notas: (1) Excluída a zona rural. (2) Dados do Anuário Estatístico do Brasil, 1991, do IBGE. (3) A informação sobre título de eleitor inclui as pessoas de zona rural da região Norte.

PARTICIPAÇÃO NO ELEITORADO POR COR, SEGUNDO REGIÃO, 1988

(Porcentagem)

Região	Eleitorado (maiores de 18 anos) com título de eleitor					Total de cor
	Branco	Negro	Pardo	Amarelo	Sem declar. de cor	
Norte⁽¹⁾	90,2	83,5	81,4	64,3	100,0	88,1
Nordeste	89,2	83,1	87,9	81,8	67,4	88,8
Sudeste	89,8	85,6	89,1	80,1	95,3	89,2
Sul	91,7	86,5	90,6	80,5	-	91,4
Centro-Oeste	91,6	88,7	89,8	86,9	100,0	90,3
Total País⁽²⁾	90,3	84,7	88,5	88,4	91,6	89,3

Notas: (1) Excluída a zona rural. (2) A informação sobre título de eleitor inclui as pessoas de zona rural da região Norte.

PODER EXECUTIVO

Brasil, além de sua grande extensão, possui uma complexa estrutura administrativa como República Federal. Está composta por um Distrito Federal, vinte e sete Estados e 4.489 municípios, alguns de recente criação.

Em toda a história da República, jamais uma mulher ocupou a Presidência. Somente no Brasil Imperial, a Princesa Isabel exerceu a regência do País em duas oportunidades, substituindo seu pai, o Imperador Pedro II. A abolição da escravidão, um dos acontecimentos mais relevantes da época, aconteceu sob sua regência.

A nível dos ministérios, somente em 1982, no fim do período militar, uma mulher ocupou a pasta de Educação. No primeiro governo civil (1985-1990), houve três mulheres no Ministério, incluída a presidenta do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, criado em 1985. O Presidente Fernando Collor de Melo incluiu, em 1990, duas mulheres em seu Gabinete: nos Ministérios de Economia e de Ação Social. No entanto, a Ministra da Economia foi afastada do cargo por razões alheias aos afazeres ministeriais.

Após o afastamento do Presidente Collor pelo Congresso, acusado de corrupção, o novo Presidente, Itamar Franco, incluiu mulheres em seu Gabinete.

PRIMEIRA MULHER MINISTRA

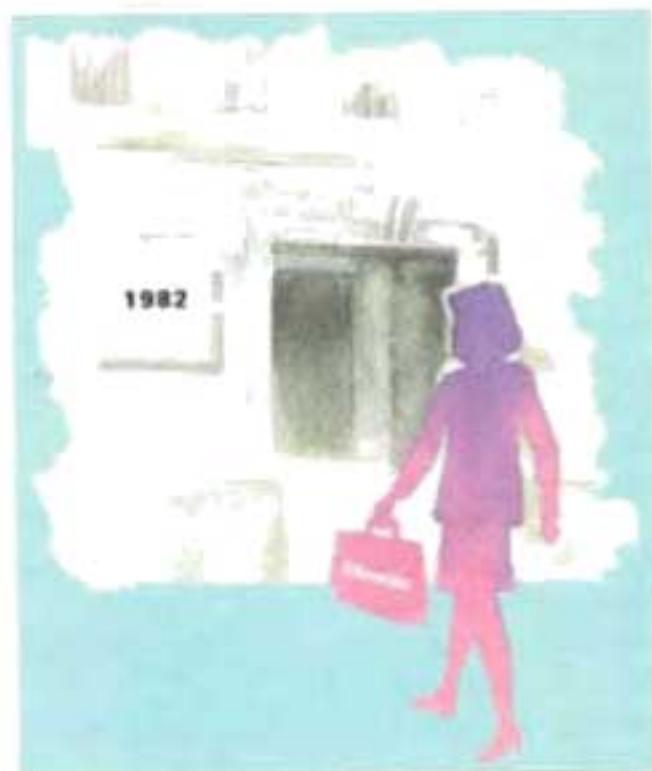


Foto: FACCIO-BRAF/CPA, Mulher em Destaque no Brasil, 1991

PARTICIPAÇÃO FEMININA NO PODER EXECUTIVO, 1990



Foto: FACCIO-BRAF/CPA, Mulher em Destaque no Brasil, 1991

An longo dos últimos vinte e cinco anos, o aparelho do Estado sofreu um significativo processo de crescimento e complexificação, aumentando notavelmente o contingente de mulheres servidoras públicas que, no entanto, não ascendem aos escalões mais altos da administração federal. De fato, nas principais empresas estatais, a ausência de mulheres presidentas e diretoras, é total.

No nível executivo estadual, até hoje, nenhuma mulher ocupou o cargo de Governadora e somente nas eleições de 1982, assim como em 1986, uma mulher foi eleita Vice-Governadora.

No âmbito municipal, desde 1972, houve, no conjunto do País, um paulatino incremento de mulheres prefeitas, a maior parte delas no Nordeste, seguido pelo Sudeste. Em 1990, havia 107 prefeitas nos 4.425 municípios então existentes. Em 1989, foram eleitas três mulheres em cidades tão importantes como São Paulo, Santos e Araçatuba. Nas capitais estaduais, somente duas prefeituras foram ocupadas por mulheres.

MULHERES PREFEITAS, 1972-1992

Período	Ambos os sexos	Mulheres ♀ / Total %	
1972-76	3.991	58	1,5
1976-82	3.991	58	1,5
1982-86	4.016	81	2,0
1986-92	4.180	83	2,0
1988-92	4.425	107	2,4

Nota: (1) Em 1986, houve eleições diretas nas capitais, onde foram eleitas duas prefeitas, que somaram-se às 21 que tiveram seu mandato prorrogado até 1988.

MULHERES PREFEITAS SEGUNDO REGIÃO 1972-1988

Região	1972		1976		1982-86		1988	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Norte	4	6,9	0	0,0	4	7,2	8	7,5
Nordeste	44	75,9	52	89,7	51	61,4	74	49,2
Sudeste	7	12,1	1	1,7	20	24,1	17	15,9
Sul	0	0,0	2	3,4	4	4,8	3	4,7
Centro-Oeste	3	5,2	3	5,2	2	2,4	3	2,8
Total País	58	100,0	58	100,0	83	100,0	107	100,0

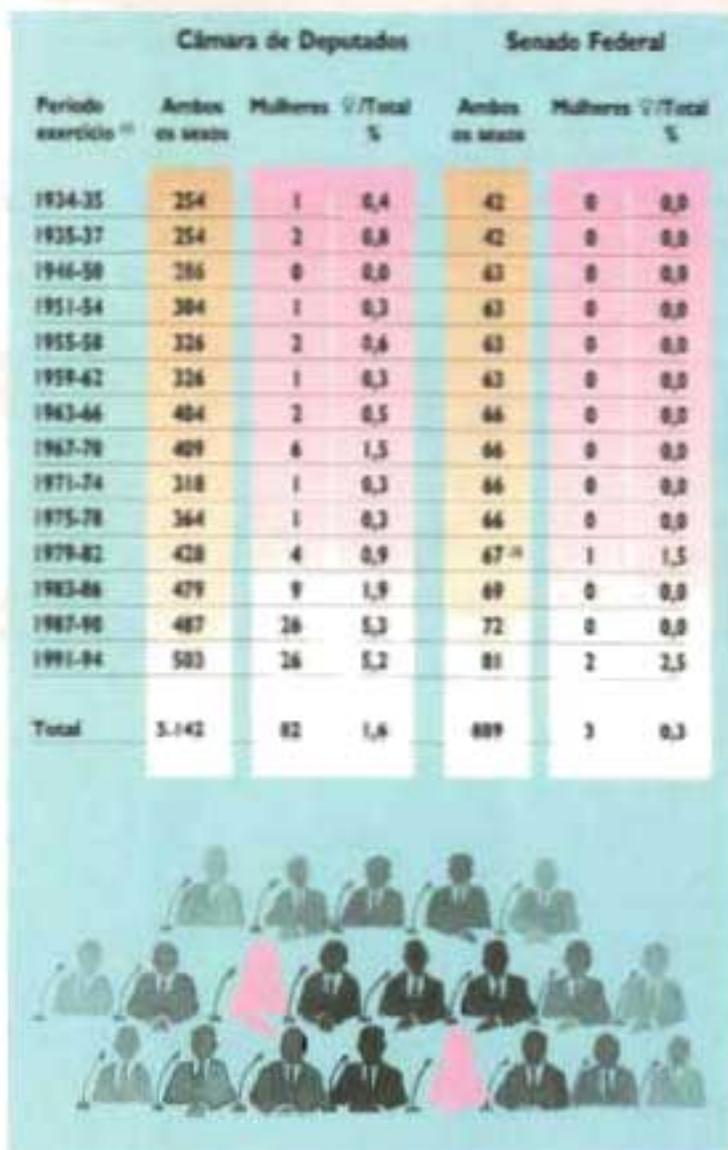
MULHERES PREFEITAS EM CAPITALS DE ESTADOS, 1979-1992

Período	Ambos os sexos	Mulheres ♀ / Total %	
1979-83	25	0	0,0
1983-85	25	0	0,0
1985-88	25	2	8,0
1988-92	25	2	8,0
Total	100	4	4,0

Nota: - Eleições em Estados de Tocantins e Mato Grosso do Sul.

Em 1933, Carlota Queiroz foi eleita deputada federal, correspondendo-lhe participar na elaboração da Constituição de 1934. A segunda deputada federal foi Berta Lutz, líder do movimento de mulheres desde a década dos anos vinte. Ocupou o cargo em 1936 e, durante seu mandato, lutou pela mudança da legislação sobre o trabalho da mulher e do maracá, e propôs a igualdade salarial. Terminada a ditadura de Getúlio Vargas (1937-1946), foi eleita uma Assembleia Nacional Constituinte. Somente em 1950 a Câmara Federal voltou a contar com uma mulher.

Independentemente da situação institucional que vivia o País, a participação feminina na Câmara Federal manteve-se reduzida, com duas exceções, em 1967 e em 1983. Em 1967, candidataram-se ao Congresso Federal as esposas de três deputados cujos direitos políticos tinham sido arbitrariamente cassados, sendo eleitas junto a outras três candidatas. Em 1986, verificou-se um aumento significativo no contexto da campanha desenvolvida pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher para a eleição da Assembleia Constituinte: não somente triplicou o número de deputadas, mas, pela primeira vez, uma mulher negra e pobre chegou ao Congresso. No entanto, nenhuma mulher presidiu alguma das oito comissões e vinte e quatro sub-comissões da Assembleia, situação que repetiu-se nos legislativos estaduais.



Fonte: (1) As eleições realizadas em novembro do ano correspondem a eleições, mas os cargos são ocupados em março do ano seguinte. (2) Inclui uma senadora "titular", ou seja, eleita pelo Colégio Eleitoral de São Paulo.

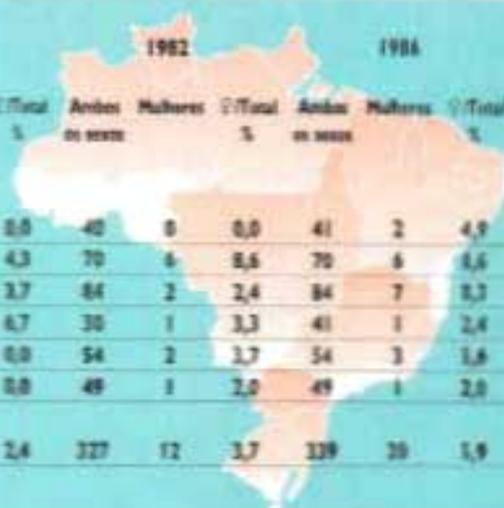
Sómente em 1978, uma mulher foi eleita suplente no Senado Federal, assumindo em 1980, após o falecimento de um senador pela Amazônia. Uma outra mulher assumiu como senadora "bêrnica", ou seja, escolhida pelo Colégio Eleitoral do Estado de São Paulo, e no fim desse período (1979-1982), uma terceira mulher assumiu em suplência, devido ao falecimento de um senador pelo Acre. Atualmente, após a mudança de governo pelo afastamento e posterior renúncia de Collor, há três senadoras, uma delas feminista, que assumiu como

suplente do atual Ministro das Relações Exteriores.

Nas Assembleias Legislativas dos Principais Estados das cinco regiões, a presença feminina não é muito maior, embora considerada no seu conjunto, evidencie um ligeiro incremento. Em 1982, foram eleitas deputadas seis mulheres no Estado do Rio de Janeiro, que aumentaram a nove em 1990, tornando-se o Estado com o maior número e porcentagem de mulheres na sua Assembleia Legislativa. São Paulo, após ter contado com sete deputadas

estaduais em 1986, tinha somente três em 1990. No entanto, em nenhum desses Estados, uma mulher presidiu qualquer comissão no processo Constituinte Estadual.

PARTICIPAÇÃO FEMININA EM ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS DE ESTADOS SELECIONADOS, 1978-1990



Estado	1978			1982			1986			1990		
	Antes de 1978	Mulheres	% Total	Antes de 1982	Mulheres	% Total	Antes de 1986	Mulheres	% Total	Antes de 1990	Mulheres	% Total
Goiás	39	0	0,0	40	0	0,0	41	2	4,9	41	2	4,9
Rio de Janeiro	70	3	4,3	70	6	8,6	70	6	8,6	70	9	12,9
São Paulo	81	3	3,7	84	2	2,4	84	7	8,3	84	3	3,6
Pará	30	2	6,7	30	1	3,3	41	1	2,4	41	1	2,4
Paraná	58	0	0,0	54	2	3,7	54	3	5,6	54	1	1,9
Pernambuco	49	0	0,0	49	1	2,0	49	1	2,0	49	0	0,0
Total	327	8	2,4	327	12	3,7	329	20	6,1	329	14	4,3

Logicamente, a cúpula do Poder Judiciário Federal está formada pelo Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores de Justiça (STJ), do Trabalho (TST), Eleitoral (TSE) e Militar (TSM), todos com sede em Brasília e com jurisdição sobre a totalidade do território nacional. Estes tribunais são gerados politicamente: sua composição requer nomeação presidencial e aprovação do Senado Federal. Os cargos de ministros destes tribunais -salvo dois do TST- são vitalícios e inamovíveis, garantias exclusivas do Poder Judiciário. Nos juzados de primeira instância, realizam-se concursos públicos para ingressar à magistratura.

Em 1990, apesar dos avanços legislativos sobre a condição feminina, nos Tribunais Superiores, de um total de 93 cargos -incluindo o TSE e o TSM- somente um era ocupado por uma mulher, no Tribunal Superior do Trabalho.

A nível estadual, apesar de que não se obtive informação numérica exata, a presença feminina na magistratura local e no ministério público tem sido significativa, por sua participação nos concursos públicos. Nas escolas universitárias de direito, sua presença é paritária com os homens, e muitas mulheres têm uma destacada trajetória como advogadas, magistradas, juristas, promotoras ou defensoras públicas.

	Ambos os sexos	Mulheres ♀	Total %
Supremo Tribunal Federal (STF)	11	0	0,0
Tribunal Superior do Trabalho (TST)	27	1	3,7
Superior Tribunal de Justiça (STJ)	33	0	0,0
Total	71	1	1,4



Supremo Tribunal Federal
0,0%



Tribunal Superior do Trabalho
3,7%



Superior Tribunal de Justiça
0,0%

PARTIDOS POLÍTICOS

Em 1910, o Partido Republicano Feminino agrupou as mulheres da classe média e as profissionais, na luta pelo direito de voto. Os partidos políticos mistos, por seu lado, tiveram uma presença feminina reduzida, principalmente a nível diretivo, apesar de que em alguns existiram notáveis líderes mulheres. A história política brasileira, interrompida por ditaduras e governos militares, favoreceu uma participação feminina maior em movimentos sociais do que em partidos, vários dos quais foram ilegalizados e perseguidos, e outros suspensos. No entanto, durante o bipartidismo, as mulheres eleitas para cargos de representação foram mais numerosas no partido de oposição do que no de governo. No fim desse período, um importante setor trabalhista articulou-se em torno a Ivetta Vargas, a primeira mulher brasileira a presidir um

partido político misto, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Iniciada a "abertura" política, grupos feministas de São Paulo e do Rio de Janeiro condicionaram o seu apoio partidário ao compromisso com suas reivindicações. Em 1979, os programas dos partidos em formação incluíram a questão feminina. Os partidos Popular (PP), do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), dos Trabalhadores (PT), Democrático Trabalhista (PDT) e Democrático Social (PDS), pronunciaram-se em seus programas pela igualdade entre homens e mulheres, e a favor de uma mudança na condição feminina. Para o Partido dos Trabalhadores as discriminações não são um problema de caráter secundário, assumindo compromissos prioritários, que incluem a participação da mulher. Nesse partido, no início dos anos

oitenta, as mulheres eram quase 40% nos núcleos de base, enquanto que, como em outros partidos, a presença feminina nas direções estaduais ou regionais, era muito reduzida.

Entre 1981 e 1991, nas direções nacionais dos principais partidos, as mulheres não superavam 9,2%, atingindo uma média não superior a 5,1%. Em 1986, quando foram eleitas vinte e seis mulheres para a Assembleia Constituinte, onze pertenciam ao PMDB (42,3%), seis ao PFL, e o resto repartia-se numa ou duas por partido. De acordo a sua militância, o maior número de prefeitas eleitas em 1989 pertencia ao PFL (23), com 21,5% do total, seguido pelo PMDB (21), com 18,7%.

MULHERES NAS DIRETIVAS NACIONAIS DOS PRINCIPAIS PARTIDOS POLÍTICOS, 1981-1991

Partido	Ano fundação	Direção Nacional								
		1981			1986			1991		
		Ambs os sexos	Mulh.	U/T %	Ambs os sexos	Mulh.	U/T %	Ambs os sexos	Mulh.	U/T %
Comunista Brasileiro (PCB)	1922	5	0	0,0	11	0	0,0	17	0	0,0
Dos Trabalhadores (PT)	1981	96	8	8,3	81	5	6,2	82	5	6,1
Fronte Liberal (PFL)	1982	-	-	-	121	3	2,5	121	2	1,7
Democrática Social (PDS)	1980	nd	nd	-	nd	nd	-	121	2	1,7
Democrática Trabalhista (PDT)	1980	71	4	5,6	119	11	9,2	119	11	9,2
Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)	1980	71	8	9,8	121	4	3,3	121	4	3,3
Social Democracia Brasileira (PSDB)	1989	-	-	-	-	-	-	121	8	6,6
Total		240	12	4,9	463	23	5,1	792	32	4,6

ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

Organizações de bairros

No Brasil, a nível de bairros, existe uma grande diversidade de organizações, algumas de longa data. Entre elas, sobressaem as Sociedades de Amigos de Bairros (SABs) -de organização formal e hierarquizada, muitas vezes ligada ao poder público-, as Unões ou Associações de Moradores, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) -desenvolvidas pela Igreja Católica a partir de 1961, principalmente em bairros pobres e favelas- e os "movimentos locais" (loteamentos clandestinos, creches, transporte, etc.).

Inicialmente, as CEBs dedicavam-se à evangelização nas zonas rurais e urbanas. Na década dos anos setenta, com o fechamento político, as CEBs ampliaram sua ação e fortaleceram-se: tratava-se de atores que evidenciavam as carências da população dos bairros periféricos. A Igreja tornou-se um espaço de consolidação da organização popular nesses bairros. Segundo estatísticas da Igreja, em 1973 havia quarenta mil CEBs, e em 1982, seu número era estimado em oitenta mil, compreendendo aproximadamente um milhão e meio de pessoas. Por outro lado, as SABs articulam grupos de diversas origens sociais e políticas, que convergem num movimento social tico e heterogêneo.

A presença feminina nas organizações anteriormente indicadas é variável, mas é menor nas SABs.

Organizações sindicais

A participação feminina nos sindicatos de trabalhadores é reduzida. No entanto, o seu incremento em números absolutos é significativo e com um ritmo comparativamente maior que o do aumento da incorporação à População Economicamente Ativa. Em 1970, a taxa de sindicalização feminina atingia 6,5%, e em 1978, cresceu para 9%. Em cifras absolutas, o crescimento foi de 176,3%.

Apesar de que nos últimos dez anos, o sindicalismo adquiriu uma nova face de maior atividade, as taxas de sindicalização permaneceram baixas. Em 1988, dos 51,73 milhões de ocupados(as), somente 9,09 milhões (17,6%) estavam afiliados(as) a sindicatos e associações (7,12 milhões -13,8%- em sindicatos). Ao mesmo tempo, do total da população afiliada a alguma entidade de caráter sindical, 74,4% eram homens e 25,6% mulheres.

No movimento sindical, como resultado do trabalho das mulheres nos sindicatos e de encontros de trabalhadoras, incentivadas pelo movimento de mulheres, foram criados, primeiro na Confederação de Sindicatos Nacionais (CSN) -no fim dos anos setenta- e depois na Central Única de Trabalhadores (CUT), um Comitê da Condição Feminina e uma Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora (1986), respectivamente. O Segundo Congresso Nacional da CUT, que

criou essa Comissão, também aprovou uma resolução política denunciando a opressão das mulheres na sociedade.

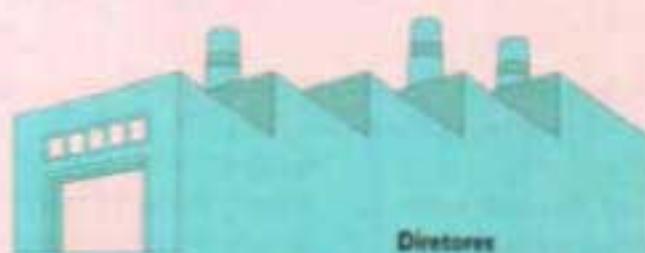
No fim de 1991, a CSN contava com vinte e dois comitês da condição feminina em seus conselhos centrais, e 317 em sindicatos locais afiliados a ela. Por outro lado, o IV Congresso Nacional da CUT (1991), teve 18,8% de mulheres delegadas e a nova Executiva da Central conta com duas mulheres entre seus vinte e cinco cargos, melhorando a participação anterior, de somente uma. As trabalhadoras propuseram a fixação de quotas mínimas de representação feminina nas diretivas, no intuito de superar as desigualdades. Este Congresso redigiu um número significativo de resoluções sobre a Mulher Trabalhadora: igual salário para igual trabalho, direito das trabalhadoras rurais à propriedade da terra, fim das provas de gravidez para incorporação ao trabalho, creches para os filhos, assistência integral à saúde da mulher, denúncia e combate à violência sexual nos locais de trabalho, entre outras.

Em 1988, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informava sobre 5.638 sindicatos urbanos e rurais, de trabalhadores, empregados e agentes autônomos, que reuniam pouco mais de quinze milhões de associados. De um total de 28.652 dirigentes, 8,6% eram mulheres. Esta cifra atingia 10,1% nos sindicatos urbanos e somente 5,7% nos rurais.

As trabalhadoras rurais sempre participaram nas lutas camponesas: na resistência aos patrões, nas rebeliões dos escravos, nas reivindicações dos assalariados rurais, na conquista da terra, etc. Mas, a partir dos anos oitenta, começaram a se agrupar como segmento específico, como movimento de mulheres, dentro do movimento sindical ou do Movimento dos Sem Terra, levantando ao mesmo tempo propostas contra a exploração do trabalhador e produtor rural, assim como demandas próprias enquanto mulheres e trabalhadoras.

Em 1990, no Primeiro Congresso do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT (DNTR-CUT), cinco mulheres participaram como representantes das regiões. Além disso, de um total de 419 delegados, 51 eram mulheres. Criou-se então a Comissão Nacional da Questão da Mulher Trabalhadora Rural, a fim de analisar, discutir, aprofundar e apresentar propostas, e assim assessorar à diretoria executiva do DNTR no tocante à coordenação e condução das lutas das trabalhadoras e dos trabalhadores rurais.

PARTICIPAÇÃO FEMININA NO EXECUTIVO NACIONAL DA CENTRAL ÚNICA DE TRABALHADORES, CUT, 1983-1991



Diretores

Período	Ambos os sexos	Mulheres	%/Total
1983-84	15	8	8,8
1984-85	15	1	6,7
1986-88	15	1	6,7
1988-91	15	1	6,7
1991	25	2	8,8
Total	65	5	5,9

MULHERES EM DIRETIVAS SINDICAIS SEGUNDO TIPO DE SINDICATO, 1988

Tipo de sindicato	Sindicatos	Associados ⁽¹⁾	Diretorias efetivas		%/Total
			Ambos os sexos	Mulheres	
Urbanos					
Agentes autônomos	264	362.861	1.249	38	2,1
Empregados	1.547	1.364.014	16.190	1.742	10,8
Trabalhadores autônomos	80	48.628	366	36	7,1
Subtotal	1.891	4.715.403	17.805	1.794	10,1
Rurais					
Trabalhadoras	1.747	8.314.004	10.807	615	5,7
Total	5.638	13.389.407	28.612	2.409	8,4

Nota: (1) Excluídas as que não possuem o sistema de associados.

MULHERES EM DIRETIVAS DE SINDICATOS DE EMPREGADORES, 1988

Entidades patronais

De acordo com a legislação herdada, também os empregadores organizaram-se em sindicatos. A participação feminina em suas diretorias é muito reduzida, sendo menor nos sindicatos dos empregadores rurais.

Além disso, nas entidades patronais estaduais e nacionais mais representativas, a presença nas diretorias é totalmente inexistente.

	Sindicatos de empregadores	Associados	Diretores efetivos		
			Amos os sexes	Mulheres	♀/Total %
Urbanos	1.464	381.696	7.712	245	3,2
Rurais	1.676	814.137	7.489	132	1,8
Total	3.140	1.195.833	15.201	377	2,5

Nota: (1) Excluídas as que não declaram a forma de estatuto.

PARTICIPAÇÃO FEMININA NAS DIRETIVAS DAS PRINCIPAIS ENTIDADES PATRONAIS, 1980-1990

	1980		1986		1990	
	Amos os sexes	♀/Total %	Amos os sexes	♀/Total %	Amos os sexes	♀/Total %
Confederação Nacional da Indústria (C.N.I.)	11	0 0,0	15	0 0,0	15	0 0,0
Confederação Nacional do Comércio (C.N.C.)	25	0 0,0	33	0 0,0	33	0 0,0
Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (F.I.R.J.A.N.)	26	0 0,0	26	0 0,0	26	0 0,0
Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (F.I.E.S.P.)	28	0 0,0	28	0 0,0	28	0 0,0
Total	90	0 0,0	102	0 0,0	102	0 0,0



Entidades profissionais

Do mesmo modo que os empregadores, os profissionais liberais encontram-se sindicalizados e, como acontece noutros países da região, a participação feminina nessas diretivas é significativa, atingindo 25,7% dos cargos em 1988.

No entanto, nas organizações nacionais tradicionais que, reunindo os profissionais, tiveram um papel determinante no movimento pela recuperação democrática a partir da sociedade civil, a presença feminina nas direções executivas é praticamente nula. No Clube de Engenharia (fundado em 1880), entre 1986 e 1990, somente havia uma mulher. Na Associação Brasileira de Imprensa (criada em 1903) e na Ordem dos Advogados (criada em 1930), nenhuma mulher participava em suas diretivas. Esta última, de grande prestígio como ator institucional independente, teve uma participação muito ativa nas manifestações pelas liberdades públicas.

MULHERES EM DIRETIVAS DE SINDICATOS DE PROFISSIONAIS LIBERAIS, 1988

	Sindicatos	Associados	Diretores efetivos		
			Ambos os sexos	Mulheres	% Total
Profissionais liberais	342	499.527	2.228	573	25,7

Nota: (1) Sindicatos os que não declaram o número de associados.

MULHERES NAS DIREÇÕES EXECUTIVAS DAS PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL, 1980-1990

	1980			1986			1990		
	Ambos os sexos	Mulh. %	% T	Ambos os sexos	Mulh. %	% T	Ambos os sexos	Mulh. %	% T
Clube de Engenharia	12	0	0,0	12	1	8,3	12	1	8,3
Associação Brasileira de Imprensa (A.B.I.)	11	0	0,0	11	0	0,0	11	0	0,0
Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)	nd	nd	-	5	0	0,0	5	0	0,0
Total	23	0	0,0	28	1	3,6	28	1	3,6

OPINIÕES

Logo após conhecer opiniões sobre os papéis feminino e masculino e sobre a sexualidade, evidencia-se a presença no Brasil de uma cultura machista-patriarcal, mas com diferenças importantes segundo sexo, atividade e setor sócio-econômico.

Em 1988, uma pesquisa revelou que, na Grande São Paulo, ainda existia uma crença enraizada, que a mulher devia obediência ao marido. No entanto, existem diferenças significativas entre as opiniões das mulheres ativas (27,3% de acordo) e das mulheres donas de casa (41,9%), que aproximam-se às dos homens (43,9%). Um padrão similar observa-se ao consultar se "é melhor para a família que a mulher se concentre no lar e o homem no trabalho" entre as mulheres ativas, somente 30,9% estão de acordo, enquanto que 70% das donas de casa e dos homens concordam com a proposição. No entanto, a participação da mulher na política foi aceita por ambos os sexos com pequenas diferenças e, em menor medida, pelas donas de casa.

Um outro estudo do mesmo ano indicou que a maioria dos(as) jovens de São Paulo opinava que os homens tinham mais experiência e necessidade sexual do que as mulheres; essas opiniões não diferiam muito entre homens e mulheres, mas sim, segundo o seu nível sócio-econômico. Menos da metade dos(as) jovens acredita que a mulher deve chegar virgem ao casamento, e somente perto de 30% opina que ela pode ter relações sexuais com vários homens antes de casar.

OPINIÕES SOBRE OS PAPÉIS FEMININO E MASCULINO, GRANDE SÃO PAULO, 1988

(Porcentagem)

	De acordo	Em desacordo
"A mulher deve obedecer ao marido"		
Mulheres ativas	27,3	72,7
Donas de casa	41,7	58,3
Homens	43,9	56,1
"É melhor para a família que a mulher se concentre no lar e o homem no trabalho"		
Mulheres ativas	30,7	69,3
Donas de casa	49,3	50,7
Homens	49,6	50,4
"As mulheres não deveriam participar na política"		
Mulheres ativas	13,1	86,9
Donas de casa	24,0	76,0
Homens	17,7	82,3

Nota: Amostra de 642 pessoas de ambos os sexos, de 18 a mais anos de idade, de São Paulo e da Grande São Paulo.

OPINIÕES DOS(AS) JOVENS SOBRE EXPERIÊNCIA SEXUAL E CASAMENTO, POR ESTRATO SÓCIO-ECONÔMICO E SEXO, SÃO PAULO, 1988

(Porcentagem)

	Estrato Sócio-Econômico					Total
	Baixo	Méio-baixo	Méio-alto	Alto		
"Os homens erram mais de sexo do que as mulheres"						
Mulheres	76,0	59,0	44,1	31,1	16,7	48,3
Homens	59,1	51,2	33,1	27,4	17,1	38,9
"Os homens devem chegar ao casamento com experiência sexual"						
Mulheres	83,9	77,3	75,0	58,0	43,8	72,0
Homens	86,4	80,0	84,6	71,2	60,0	82,0
"A mulher deve chegar virgem ao casamento"						
Mulheres	57,1	49,5	39,1	27,7	18,0	41,0
Homens	63,6	43,0	39,6	33,3	22,9	47,1
"Os homens precisam ter mais relações sexuais do que as mulheres"						
Mulheres	89,3	75,4	63,2	55,5	35,4	66,4
Homens	79,6	65,1	67,7	55,6	31,4	63,3
"A mulher pode ter relações sexuais com vários homens antes de casar"						
Mulheres	25,0	22,0	31,6	47,9	68,6	33,1
Homens	20,4	15,5	30,4	45,8	60,0	29,2

Nota: Amostra de 804 mulheres e 750 homens de 15 a 24 anos de idade.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Lógicamente, a temática da violência contra a mulher tem sido uma das principais plataformas de luta do movimento das mulheres no Brasil, a partir da década dos anos setenta -quando as feministas criaram os centros S.O.S., onde as mulheres vítimas da violência recebiam apoio jurídico, psicológico e a solidariedade de outras mulheres- até os anos oitenta, quando foi elevada a nível de responsabilidade do Estado, com a criação das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica e Sexual (DEAMs). Este processo incrementou a consciência cidadã e tornou mais visível este flagelo.

Em 1988, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), informou que, a nível nacional, 65% das agressões contra mulheres aconteciam no lar e o agressor era um parente ou uma pessoa conhecida; no caso dos homens agredidos, somente 18% das agressões revestiam essas características, sendo o resto resultado de violência na rua e praticada por desconhecidos.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA SEGUNDO SEXO 1988

(Porcentagem)

	Agressões	
	No lar	Noutros lugares
Mulheres	65	35
Homens	18	72





ORGANISMOS E AÇÃO DE PROMOÇÃO DA MULHER

Longa é, no Brasil, a história da ação coletiva de mulheres -que desde seus inícios concentra-se em alguns Estados e cidades- e abrange toda sua vida republicana, com momentos visíveis e outros latentes. No entanto, a história mal registra e reconhece tais fatos, sobretudo no caso das mulheres indígenas e negras.

Já no fim do século passado, alguns grupos femininos agiram em defesa dos escravos, integrando-se a movimentos abolicionistas como, por exemplo, a Sociedade de Liberação (Rio de Janeiro, 1870) e a Sociedade Redentora (São Paulo, 1870). Também apareceram jornais editados por mulheres, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, entre os quais destaca-se “O Sexo Feminino”, dirigido pela professora Francisca Senhorinha da Matta, que trabalhou a favor dos direitos da mulher, da instrução e do sufrágio femininos.

No início deste século, ocorreram manifestações de operárias protestando contra as condições do trabalho feminino na indústria, pois não existia uma legislação que protegesse seus interesses de classe: lutavam pela jornada de oito horas, já em vigor noutros países. Em 1910, mulheres de classe média fundaram o Partido Republicano Feminino e reivindicaram, além do voto, a emancipação da mulher e o fim de sua discriminação no setor público.

No entanto, é na década dos anos vinte que, através da luta pelo sufrágio, destaca-se a presença das mulheres no cenário político nacional. Durante muito tempo, diferentes grupos femininos organizaram seminários e conferências para divulgar suas idéias. Embora a obtenção do direito de voto fosse sua reivindicação principal, também denunciavam as más condições de trabalho e a desigualdade nos salários das operárias, assim como a dependência jurídica da mulher casada em relação ao marido. Esta luta estabeleceu as bases para o desenvolvimento do movimento de mulheres, constituindo o embrião de sua ação social e política posterior.

Neste contexto nasceu, em 1919, a Liga Brasileira para a Emancipação Intelectual da Mulher que, em 1922, converteu-se na Federação Brasileira para o Progresso Feminino, liderada por Berta Lutz, futura parlamentar. Também nessa época organizou-se a Associação Brasileira de Mulheres Universitárias.

A primeira conquista das sufragistas ocorreu no Estado do Rio Grande do Norte onde, em 1927, o governador Juvenal Lamartine estabeleceu a igualdade do direito de eleger e ser eleito para mulheres e homens, fato que intensificou a luta em todo o País. Este direito foi outorgado em 1932 a nível nacional, obrigatório para as mulheres que exercessem uma função pública e, em 1933, foi eleita a primeira deputada federal.

Após o golpe de Getúlio Vargas (1937), observa-se um declínio das ações das mulheres. Sómente em 1942, quando o Brasil entrou na Segunda Guerra Mundial, voltaram a mobilizar-se alguns grupos de mulheres. Surgiu a Liga de Defesa Nacional, no Rio de Janeiro, cujo objetivo foi apoiar a paz mundial. Por outro lado, a inflação e a carestia que acompanharam esses anos, assim como a existência de um mercado negro, levaram à constituição do Frente Único de Mulheres, formado por representantes de todos os setores sociais.

Em 1945, no Rio de Janeiro, grupos de mulheres fundaram o Comitê de Mulheres pela Anistia, o que, após conquistá-la, transformou-se no Comitê de Mulheres pela Democracia. Os objetivos das Ligas Femininas criadas a partir de 1944 e que agiram até 1964, eram bastante gerais: luta contra a demolição das favelas, campanhas pela instalação de creches, luta pela independência econômica nacional e contra a carestia, como no caso da Associação de Donas de Casa contra a Carestia.

Em 1946, Alice Tibiriçá criou o Instituto Feminino do Serviço Construtivo. Também nasceu a União Feminina do Distrito Federal (Rio de Janeiro), que significou um avanço na coordenação das atividades desenvolvidas pelas associações de bairro em relação à carestia e à paz mundial. Esta experiência ampliou-se a outros Estados e a várias cidades. Em 1949, celebrou-se a primeira Convenção Feminina do Distrito Federal, com a

finalidade de impulsionar a ação por melhores condições de vida. Esta decidiu a criação de uma entidade feminina a nível do Distrito, para coordenar as associações existentes e promover o primeiro Congresso Nacional da Mulher Brasileira.

No mesmo ano fundou-se a Federação de Mulheres do Brasil, afiliada à Federação Democrática Internacional de Mulheres (FDIM), que desenvolveu grande atividade, organizando assembleias nacionais, congressos e uma Conferência Latino-Americana. Contava com filiais em todos os Estados, manteve ligação e colaborou com outros grupos femininos nacionais e estrangeiros, e vinculou-se aos departamentos femininos dos sindicatos. Em junho de 1951, celebrou seu Primeiro Congresso em São Paulo, onde participaram donas de casa, profissionais, estudantes, operárias e camponesas. Entre suas resoluções, destacam-se a criação de associações de bairro para combater o mercado negro, lutar contra os aumentos de preços e demandar ao Governo uma ação mais decidida de proteção aos consumidores populares.

Desde junho de 1947 circulou o jornal "Momento Feminino", que se manteve durante dez anos, apoiando as atividades das associações femininas e submetendo ao debate público suas reivindicações. Chegou a ter representantes em dezesseis Estados e acesso a setores populares.

Em novembro de 1952, reuniu-se no Rio de Janeiro a Primeira Assembleia

Nacional de Mulheres, onde adquiriu relevância a defesa dos direitos da mulher trabalhadora. A Segunda Assembleia celebrou-se em Porto Alegre no ano seguinte. Nessa ocasião foi adotada a Declaração de Direitos da Mulher de Copenhague, como marco de inserção das lutas do movimento feminino no Brasil. A Assembleia solicitou o cumprimento das leis trabalhistas, sua ampliação às trabalhadoras rurais, e a completa igualdade de direitos civis e políticos para a mulher.

Como resultado da campanha contra a carestia, em abril de 1954 nasceu a Comissão Central para a Luta contra a Carestia, que promoveu mobilizações nos bairros, coleta de assinaturas, mobilizações de rua no Rio de Janeiro e programas radiofônicos.

Também nesse ano, o movimento feminino brasileiro realizou uma Conferência Latino-Americana de Mulheres que contou com participantes de todos os Estados e de oito países da região e, em 1961, foi anfitriã do Segundo Encontro Latino-Americano de Mulheres.

A preocupação pela proteção às crianças, levou à celebração de uma Assembleia Nacional de Mães (1955) no Rio de Janeiro. Em vários Estados realizaram-se conferências regionais ou municipais prévias com os comitês de defesa das crianças e as comissões de mães. Estas duas organizações participaram ativamente a nível dos municípios.

Em 1962, as brasileiras obtiveram a reforma do Código Civil sobre o estatuto jurídico da mulher casada, lideradas pelo Conselho Nacional de Mulheres, organização de advogadas. O novo Estatuto eliminou a incapacidade civil da mulher no casamento, embora sem outorgar-lhe plena igualdade em relação ao marido.

No início da década dos anos sessenta, ocorreu uma rearticulação das forças conservadoras no País. As mulheres pertencentes a esses setores, ao sentir-se ameaçadas pela orientação nacional-trabalhista do governo, organizaram-se em torno à defesa da religião e da família: destacaram-se o Movimento de Arregimentação Feminina (MAF), a União Cívica Feminina e a Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE), com presença nos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Paralelamente, criou-se a Associação de Empregadas Domésticas de São Paulo.

Após o derrocamento do governo de João Goulart (1964), as

organizações femininas caíram na inatividade ou se transformaram em grupos de ação social. No entanto, as brasileiras participaram decisivamente na rearticulação da sociedade civil a nível comunitário, com grande respaldo da Igreja Católica. Neste período organizaram-se em torno aos direitos humanos e à recuperação da democracia. Uma das expressões mais relevantes foi o Movimento Feminino pela Anistia (MAF). De caráter amplo e fundado em 1972, convocou a denunciar as violações dos direitos humanos, solicitando sua defesa e proteção.

O Ano Internacional da Mulher (1975) tornou-se um marco no Brasil, ao incorporar os temas da discriminação de gênero ao debate público. Essa foi a oportunidade para o reaparecimento das correntes feministas, que se somaram aos desenvolvimentos anteriores do movimento de mulheres. Também teve impacto a nível do Estado, o que motivou o funcionamento, em 1977, de uma comissão especial no Congresso Nacional, com a finalidade de estudar a condição das mulheres.

A partir de 1973, após o início do processo de retorno a um regime democrático, surgiram numerosos grupos orientados à obtenção da abertura política. Do mesmo modo que noutros países da América Latina, o autoritarismo imperante estimulou o desenvolvimento de movimentos sociais e, entre eles, do feminino, em prejuízo dos partidos políticos, controlados e limitados pela legislação vigente.

As mulheres organizaram-se em diversos frentes de ação: nas comunicações com jornais e revistas, em torno ao tema da violência contra a mulher, com grupos como o SOS-Mulher; em relação ao sindicalismo através dos departamentos femininos de sindicatos e associações gremiais; para a realização de estudos e pesquisas, criaram núcleos de estudo sobre a mulher em universidades públicas e privadas, assim como entidades não governamentais dedicadas ao estudo da condição da mulher. Celebraram encontros nacionais, estaduais, feministas, de trabalhadoras, de profissionais, etc.



Também o movimento de mulheres acolheu ao III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe (Bertioga, 1985).

Apesar de que a liderança do movimento correspondeu às mulheres de São Paulo e do Rio de Janeiro, cidades que concentram o maior número de organizações e recursos para as mulheres, este foi um processo que atingiu paulatinamente as demais regiões e Estados.

O reinício das eleições diretas estaduais (1982) abriu o caminho para o desenvolvimento de atividades de promoção da mulher a partir dos governos estaduais e municipais. Foram criados então os primeiros Conselhos Estaduais da Condição Feminina e, em 1985, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), selando o compromisso do Estado com o melhoramento da condição das brasileiras. Estes Conselhos constituíram-se num canal de participação para as organizações da época, que optaram por incorporar-se a esses organismos e à definição de políticas públicas a favor da mulher. A criação em numerosos Estados e municípios das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência (DEAM), concretizou uma das principais reivindicações do movimento.

Durante o período de auge do CNDM (até 1989), aumentou consideravelmente a articulação das mulheres a nível nacional, através

de encontros, congressos, seminários e publicações por ele patrocinadas. O CNDM participou ativamente na Assembléia Constituinte eleita em 1986, que redigiu a nova Constituição de 1988. Uma campanha destinada a incluir os direitos da mulher na nova Constituição, tornando-os mais evidentes, precedeu a eleição dos constituintes. A palavra de ordem foi: “Constituinte pra valer, tem que ter Direitos da Mulher”. Culminou com mais de duas mil mulheres de todo o País que, reunidas em Brasília, redigiram a “Carta das Mulheres aos Constituintes”, com todas as suas reivindicações. A maioria destas propostas foi incluída na nova Constituição, o que significou um avanço substancial na condição feminina. Em 1989, este organismo entrou em crise, devido a um conflito com o Ministro de Justiça, perdendo autonomia e atribuições.

O governo de Fernando Collor consolidou este retrocesso das mulheres no nível federal, embora nos âmbitos estadual e municipal as brasileiras organizadas mantivessem sua participação e luta a favor do melhoramento da condição feminina. As organizações de moradores conservaram seu dinamismo, articulando-se ao movimento de mulheres, do mesmo modo que numerosas organizações sindicais e camponesas. Igualmente, no interior do Movimento Negro, grupos de mulheres desenvolveram uma reflexão no tocante a gênero e raça, criando novos espaços de ação.

Diante da crise política desencadeada pelo afastamento e posterior renúncia do Presidente Collor, a coordenação entre organizações, ONGs, núcleos de estudo e Conselhos Estaduais e municipais com uma liderança feminista augura um novo avanço das demandas femininas no âmbito público.

Finalmente, convém salientar que, embora escassamente registradas, não são inexistentes as atividades das mulheres das distintas etnias agrupadas sob o título de “índias” e estereotipadas pela indústria turística. A negação das etnias tem efeitos particulares sobre as indígenas, mais exploradas, invisíveis e excluídas do que o resto das mulheres. A diversidade de culturas indígenas apresenta no Brasil um leque de situações das mulheres que, geralmente, são provedoras, educadoras e agentes culturais com um status próprio.

AÇÃO ESTATAL

Como um antecedente da ação estatal a favor da condição feminina, entre abril e setembro de 1977, em pleno desenvolvimento do Decênio das Nações Unidas para a Mulher, na Câmara de Deputados funcionou uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a analisar a situação da mulher no Brasil. Ao finalizar seu trabalho, recomendou ao Presidente da República a criação de uma Assessoria, a nível de Ministério ou de Secretaria Especial, voltada para os assuntos relacionados à mulher e ao menor. Sugeriu que esta Assessoria recolhesse os preceitos constitucionais e os acordos internacionais subscritos pelo Brasil, e recomendou outorgar os recursos financeiros y legais para o desenvolvimento de políticas nacionais.

No entanto, a institucionalização das políticas públicas específicas para a mulher sómente começou em 1983, após as eleições diretas de governadores. Os Estados de Minas Gerais e de São Paulo criaram então os primeiros Conselhos Estaduais da Condição Feminina.

A nível federal, o Ministério de Saúde preparou, nesse ano, o Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), destinado a melhorar os níveis de saúde das mulheres através da cobertura e qualidade do atendimento preventivo e curativo, independentemente do ciclo reprodutivo.

Em 1984, o Presidente José Sarney, após o decesso antes de assumir de Tancredo Neves, respondeu ao desejo das mulheres organizadas, de contar

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER, 1985-1989

Objetivos:

- Formular políticas tendentes a eliminar a discriminação da mulher e assessorar a elaboração e execução de programas de governo para a mulher a nível federal, estadual e municipal.
- Elaborar projetos de lei que preservem os direitos da mulher e eliminem os conteúdos discriminatórios da legislação vigente.
- Fiscalizar o cumprimento da legislação que assegura os direitos da mulher. Receber e examinar denúncias sobre discriminação e encaminhá-las aos organismos pertinentes.
- Estimular, apoiar e desenvolver estudos sobre a condição da mulher no Brasil.
- Apoiar e desenvolver uma relação permanente com o movimento de mulheres.

Ações principais:

Saúde

Avaliação de planos e programas governamentais desde uma perspectiva de gênero. Agilização da implementação do Programa de Atendimento Integral à Saúde da Mulher (PAISM). Campanhas nacionais para a prevenção da mortalidade e morbidade maternas.

Educação e Cultura

Programa de conscientização sobre a condição feminina em escolas públicas. Programa de apoio a teses universitárias de mestrado e doutorado, que têm à mulher como objeto de estudo. Modificação dos estereótipos sobre a mulher e o negro nos textos escolares.

Violência contra a mulher

Encontros nacionais entre policiais das Delegacias Especializadas, ONGs e acadêmicas especializadas no tema. Estudo da atuação do Poder Judiciário.

Creches e educação pré-escolar

Fiscalização do cumprimento da legislação sobre creches.

Comunicação Social

Campanha publicitária e elaboração de materiais de difusão: cartilhas, etc., de apoio aos trabalhos nas demais áreas. Campanha de sensibilização dos integrantes da Assembléia Constituinte.

Trabalho e mulher rural

Apoio ao trabalho de sindicalistas (CUT e CGT). Acesso da mulher rural à titularidade da terra.

Legislação

Redação de artigos para a Constituição de 1988. Elaboração de um novo Código do Trabalho e de disposições normativas sobre as creches.

A mulher negra

Combate à discriminação racial: estereótipos em textos escolares, seminários sobre a condição da mulher negra, apoio ao Tribunal Winnie Mandela. Apoio a encontros nacionais e regionais de movimentos de mulheres negras.

com uma instância de planejamento e implementação de políticas públicas para a mulher a nível nacional, assim como de canais de participação nas decisões de governo, e nomeou uma comissão de mulheres para elaborar o projeto de criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

Organizações de mulheres e parlamentares de diferentes Estados somaram esforços e consensos para definir o caráter institucional deste Conselho Nacional. As integrantes da comissão motivaram o apoio dos membros do Congresso à iniciativa.

Finalmente, em agosto de 1985, foi criado, pela Lei Nº 7353, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), assim como um Fundo Especial, destinado a gerar recursos e financiar as atividades do Conselho. Este organismo, vinculado ao Ministério de Justiça, tinha autonomia administrativa e financeira. Estava formado por um Conselho deliberativo, uma Assessoria Técnica e uma Secretaria Executiva. Sua finalidade era promover, no âmbito nacional,

políticas tendentes a eliminar a discriminação da mulher, garantindo-lhe condições de liberdade e igualdade de direitos, assim como plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do País (Artigo 1º). O CNDM conseguiu grande expressão e legitimidade entre 1985 e 1989, período em que com sucesso incluiu temas de gênero na agenda dos poderes executivo, legislativo e judiciário. Também coordenou-se com os conselhos estaduais e municipais, num Forum de Conselhos para a elaboração de consensos e estratégias comuns.

Durante este período, articulado com os movimentos de mulheres, organizou e apoiou numerosos eventos, seminários, conferências e campanhas, principalmente em relação à violência contra a mulher, à imagem da mulher nos meios de comunicação, aos direitos constitucionais das mulheres, à saúde e aos direitos da mulher, à educação, às mulheres e os conflitos de terras, à legislação trabalhista, aos prejuízos raciais e ao sistema judicial.

Também organizou a comemoração anual do 8 de março. Finalmente, elaborou e divulgou cartilhas, estudos e documentos sobre essas questões, assim como material de apoio às suas campanhas.

Por outro lado, manteve estreito contato com o Ministério das Relações Exteriores, sobretudo quanto a tratados e convenções internacionais. Igualmente, participou em reuniões internacionais como representante do Brasil, destacando-se sua contribuição à comissão dos Estatutos da Mulher das Nações Unidas. Também criou um Centro de Estudos, Documentação e Informação da Mulher (CEDIM), que informou sobre os grupos e movimentos de mulheres existentes no País e sobre as fontes de financiamento para estudos e projetos sobre a mulher.

Em 1989, uma crise política eclodiu entre o Conselho e o Governo Federal, principalmente o Ministro de Justiça. O CNDM sofreu

ORGANISMOS GOVERNAMENTAIS PARA A MULHER SEGUNDO REGIÃO, 1991

Região	Conselhos e Secret. dos Direitos da Mulher	Conselhos Municipais dos Direitos da Mulher	Outros organismos	Delegacias de atendimento a mulheres	Núcleos Univer. Estudos Mulher	Total	%
Norte	0	3	1	11	0	15	10,7
Nordeste	3	9	0	12	4	28	20,0
Sudeste	3	9	1	23	9	45	32,1
Sul	2	15	0	11	4	32	22,9
Centro-Oeste	3	1	3	11	2	20	14,3
Total	11	37	5	68	19	140	100,0

intervenção e seu poder e capacidade de ação foram reduzidos. Após a renúncia das integrantes do Conselho Deliberativo e uma cisão entre o governo e os movimentos de mulheres, o Ministro nomeou um corpo de conselheiras, de técnicas e uma presidenta alheias ao movimento e aos organismos institucionais especializados na condição feminina. A crise não foi superada no governo de Fernando Collor em 1990, e o Conselho viu limitada sua legitimidade e influência. As pessoas designadas careciam de autoridade frente ao movimento e também de força política no interior do governo. Finalmente, através de uma mudança legal, o CNDM perdeu sua autonomia administrativa e financeira.

A desarticulação do CNDM, apesar de significar uma perda relevante de espaço político, levou à união dos diferentes Conselhos Estaduais dos Direitos da Mulher num renovado Fórum Nacional de Presidentas de Conselhos e Secretarias Estaduais da Condição e Direitos da Mulher, que conservou a articulação nacional. Atualmente, ocorre aí um processo de debate que augura novos caminhos e avanços. De fato, desenvolve-se uma campanha perante o novo Ministro de Justiça e o Presidente Itamar Franco, destinada a conseguir a reorganização do CNDM e sua transformação num Conselho Nacional da Condição Feminina (CNCF), que recupere as atribuições perdidas em 1989.

Os Conselhos Estaduais continuam seu trabalho -inclusive sob condições

de severa crise econômica e política- destacando-se a declaração do "Ano de Aplicação da Legislação de Igualdade", instituído pelo Governo de São Paulo (8 de agosto de 1991 a 8 de agosto de 1992), que convocou à elaboração de uma Convenção Paulista sobre a Eliminação de Toda Forma de Discriminação contra a Mulher, com participação de prefeitos e prefeitas, e pediu à Assembléia Legislativa estadual e aos Conselhos Comuns sua ratificação e implementação. Essa convenção foi aprovada em setembro de 1992.

Em 1991, existiam no País onze Conselhos Estaduais e trinta e oito Conselhos Municipais da Condição Feminina. Em Goiás e Rio de Janeiro tiveram categoria de Secretaria de Estado. A partir de sua criação, desempenharam um papel relevante, ao incluir a dimensão de gênero nas políticas públicas desenvolvidas por outras dependências governamentais, especialmente nos setores de saúde, educação, legislação, trabalho, polícia civil e planejamento. Sua influência está associada à força política do movimento de mulheres na sua respectiva região, assim como aos laços que estes organismos mantêm com o movimento e os poderes legislativos estaduais.

As Delegacias Especializadas (DEAM)

Desde 1932, o movimento de mulheres colocou a urgente necessidade de estabelecer Delegacias para o atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica e sexual. Em 1985 foi criada a primeira delas em São Paulo. O slogan da campanha foi: "Quem ama não mata".

As Delegacias foram criadas a partir de um projeto de lei elaborado pelo movimento feminista, que integrava à ação policial, o atendimento jurídico, psicológico e social da vítima de violência; também incluía a criação de abrigos para essas vítimas. Conseguiu-se igualmente, que a Constituição Federal de 1988 reconhecesse como dever do Estado coibir a violência no interior da família (Artigo 226, parágrafo 8º).

Estas Delegacias estão integradas totalmente por policiais mulheres, especialmente capacitadas para atender às vítimas da violência.

No fim de 1992, as Delegacias totalizavam 141 no País, ligadas ao poder estadual, constituindo uma realidade em permanente crescimento, pela própria necessidade das mulheres.

Os Núcleos de Estudo sobre a Mulher

Por ocasião do Ano Internacional da Mulher (1975), as mulheres, junto com submeter ao debate público os temas de gênero, começaram a criar nas Universidades núcleos de estudo sobre a mulher. Estes núcleos são importantes, pois documentam e fornecem diagnósticos e propostas sobre políticas públicas para a mulher. Em 1991, existiam dezenove núcleos nas Universidades públicas.

Considerados em conjunto, os organismos governamentais para a mulher estão concentrados principalmente nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste, assinalando uma pauta de acesso diferencial das brasileiras a estes recursos.

ORGANISMOS NÃO GOVERNAMENTAIS

Entre o universo das entidades não governamentais, cabe salientar no Brasil, o surgimento de inúmeros Organismos Não Governamentais (ONGs), constituídos como pessoas jurídicas sem fins lucrativos. Entre eles, vários desenvolveram, a partir dos anos setenta, projetos ou programas específicos na área da mulher, apesar de não serem instituições especificamente voltadas para questões de gênero.

O Ano Internacional da Mulher favoreceu a criação de ONGs especializadas no trabalho com mulheres. De fato, em 1975, criou-se no Rio de Janeiro o Centro da Mulher Brasileira, com a finalidade de difundir o programa da Década da Mulher das Nações Unidas, denunciar a discriminação de gênero e realizar pesquisas sobre as questões de gênero. Outros centros similares foram criados em diferentes cidades, reunindo profissionais com inquietações intelectuais, sociais, culturais e políticas, orientadas à ação com e para as mulheres.

Considerando que os limites com entidades de mulheres menos institucionalizadas não são claros, um catálogo -inevitavelmente parcial- publicado pelo CNDM em 1989, dava conta de 115 ONGs no País, que realizavam atividades de promoção da mulher, com programas ou especializadas. Na sua maioria criadas a partir de 1980, concentradas nas regiões Sudeste e Nordeste, e voltadas à ação, embora um número razoável também investigava sobre a mulher (veja-se capítulo Observações Metodológicas).

TIPOS DE ORGANISMOS NÃO GOVERNAMENTAIS COM AÇÃO PARA A MULHER, POR ANO DE CRIAÇÃO, 1989

	-1979	1980-84	1985-90	ND	Total
ONGs especializadas na mulher	18	29	48	3	98
ONGs com programa sobre a mulher	5	6	5	1	17
Total	23	35	53	4	115

ORGANISMOS NÃO GOVERNAMENTAIS PARA A MULHER, SEGUNDO REGIÃO, 1991

	Especializados na mulher		Com programa sobre a mulher		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Norte	5	5,1	0	0,0	5	4,3
Nordeste	31	31,6	8	47,1	39	33,9
Sudeste	47	48,0	5	29,4	52	45,2
Sul	4	4,1	2	11,8	6	5,2
Centro-Oeste	11	11,2	2	11,8	13	11,3
Total	98	100,0	17	100,0	115	100,0

ORGANISMOS NÃO GOVERNAMENTAIS COM AÇÃO PARA A MULHER, 1989

	Especializados na mulher		Com programa sobre a mulher		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sómente realizam ação	60	61,2	14	82,4	74	62,6
Realizam pesquisa e ação	38	38,8	3	17,6	41	37,4
Total	98	100,0	17	100,0	115	100,0



Existe no Brasil uma tradição importante de associações femininas de diferente tipo, que serviram para elevar os níveis de consenso e de participação política de grandes contingentes femininos. Estas associações tiveram relevância política, dada sua capacidade para mobilizar significativos setores de mulheres, e sua contribuição ao movimento a favor da democracia. Existem associações de mulheres profissionais e não profissionais, somente de mulheres ou como departamentos femininos em entidades sociais mistas. As de profissionais e sindicalistas lutaram principalmente por reivindicações setoriais, participando em greves e outras mobilizações. As outras -que nasceram nos anos setenta- envolvem um alto número de mulheres que não participam no mercado de trabalho fora do lar e, fundamentalmente, mobilizam às donas de casa. Sua principal ação foi voltada à carestia, sendo as lutas contra os aumentos de preços de produtos alimentícios, da habitação e dos serviços básicos, o motor que impulsionou a estas mulheres -principalmente às dos setores populares localizados na periferia das regiões metropolitanas- a iniciar uma ação política.

A nível de bairros e favelas, existem Clubes de Mães e grupos de mulheres. Os primeiros, organizados pela Igreja Católica a partir dos anos sessenta, inicialmente constituíram uma forma de trabalho comunitário católico. Também proliferaram os grupos de mulheres independentes. A partir dos anos setenta, muitos

desses clubes adotaram uma perspectiva mais política, aproveitando os espaços de liberdade das reuniões para debater os problemas diários da comunidade. Este fato explica o rápido desenvolvimento do Movimento contra o Aumento do Custo da Vida (MCV) que, em 1972, ganhou dimensão nacional e que numa de suas campanhas obteve, somente em São Paulo, 19 mil assinaturas para sua "Carta das Mães da Periferia". Em 1980, após um encontro nacional em Brasília, participou na entrega do Manifesto do Povo ao Presidente da República.

A meados dos anos setenta, grupos feministas começaram a trabalhar com os clubes de mães. Ao mesmo tempo, aprofundava-se a linha pastoral de defesa dos pobres e oprimidos. Em alguns bairros foram criadas coordenações para unificar a ação dos clubes. Desse modo, fortaleceram-se os objetivos de conscientização e ação das mulheres em sua comunidade, deixando em segundo plano o tecido e a costura. No entanto, os clubes de mães, ao mesmo tempo em que promoveram a participação das mulheres na vida comunitária, reforçaram os papéis femininos tradicionais. Em 1986, sabia-se que nos distritos populares de São Paulo existiam perto de dois mil clubes de mães e grupos, nos que participavam quinze mil mulheres.

A luta pelas creches iniciou-se em 1973, em São Paulo, quando as mães de bairros periféricos reivindicaram perante a Prefeitura, a construção

dessas creches nos bairros. Esta reivindicação foi assumida pelo Primeiro Congresso da Mulher Paulista (1979), e continua sendo uma das principais demandas das brasileiras.

No setor sindical, desde meados dos anos setenta, a Confederação de Sindicatos Nacionais conta com um Comitê da Condição Feminina que, em 1977, começou a incentivar a criação de comitês nos conselhos centrais e nos sindicatos.

Em 1978, celebrou-se o Primeiro Congresso da Mulher Metalúrgica. Suas resoluções serviram para que o Congresso Nacional do setor metalúrgico aprovasse, em 1979, a realização de congressos específicos sobre esta trabalhadora, noutros Estados. Entre as conclusões destes congressos, destaca-se a proposta de criar departamentos femininos com a finalidade de organizar as lutas das mulheres pela solução de seus problemas específicos. As resoluções evidenciaram as más condições de trabalho e de saúde que sofriam, a ausência de equipamento social que facilitasse o trabalho doméstico, a insuficiência ou não aplicação das leis trabalhistas, a discriminação salarial e social. A mobilização das metalúrgicas ampliou-se às mulheres de outros setores: as químicas e farmacêuticas de São Paulo celebraram vários congressos, do mesmo modo que as têxteis, as bancárias e as jornalistas.

Em 1985, realizou-se em São Paulo o Encontro Estadual de Mulheres da CUT e, no ano seguinte, sindicalistas

de vários Estados coordenaram-se para apresentar uma proposta conjunta perante o II Congresso Nacional da CUT, conseguindo a criação de uma Comissão Nacional da Questão da Mulher Trabalhadora (CNQMT) e a aprovação de uma resolução que reconhecia a opressão e a discriminação das mulheres na sociedade e, em particular, no mundo do trabalho. Paralelamente, comprometeu-se a lutar para ampliar sua participação sindical e buscar a superação das dificuldades existentes para sua presença nos sindicatos. Adotou a antiga bandeira

de luta das moradoras e faveladas: “creches para todos”.

Em 1988, celebrou-se o Primeiro Encontro Nacional sobre a Mulher Trabalhadora, que contou com representantes de vários Estados e preparou o III Congresso Nacional da CUT (CONCUT), que respaldou sua luta pelas creches e abriu o debate sobre a legalização do aborto.

Em 1991, celebrou-se o II Encontro Nacional sobre a Mulher Trabalhadora, preparatório do IV CONCUT, que contou com representantes de dezenove Estados.

Nesta ocasião, o debate concentrou-se na legalização do aborto, a estrutura organizacional do trabalho sindical das mulheres e sua participação nas direções da CUT, sendo proposta uma quota como ação afirmativa. Esse Congresso aprovou um número significativo de resoluções voltadas à melhoria da condição da mulher trabalhadora.

Por outro lado, o Comitê da Condição Feminina da Confederação de Sindicatos Nacionais (CNS) assumiu a coordenação dos comitês existentes em seus conselhos centrais (vinte e dois comitês ou responsáveis

TIPOS DE GRUPOS, ASSOCIAÇÕES E ORGANIZAÇÕES DE MULHERES POR REGIÃO, 1987

	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total ⁽¹⁾
Gremial (associações)	1	18	11	3	3	36
Sindical (sindicatos)	-	4	6	-	1	11
Partido político	-	2	5	3	1	11
Clubes, associações e grupos de mães	-	22	20	4	3	49
Universitárias	-	1	1	-	-	2
Casas da Mulher	-	1	5	-	-	6
Voluntariado	-	-	1	10	-	11
Organizações e grupos de base						
Promoção e organização	9	22	18	7	14	70
Saúde e sexualidade	3	4	-	-	-	7
Negritude	1	3	1	-	-	5
Conscientização, reflexão e direitos da mulher	5	29	20	2	8	64
Religião, apostolado	-	9	6	15	3	33
Outras	-	-	3	-	1	4
Subtotal	(18)	(67)	(48)	(24)	(26)	(183)
Coordenações, federações, redes, movimentos						
Rede nacional ⁽²⁾	-	1	9	4	2	16
Total	19	116	106	48	36	326

Notas: (1) Incluídas três casas da mulher integrantes da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos. (2) Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos criada em 1991 e integrada por várias ONGs, um Conselho Estadual, organizações sociais e pessoas.

em 1991), em federações e sindicatos locais (317 em 1991). Estes últimos reúnem 1.500 trabalhadoras comprometidas com a causa das mulheres.

A partir do fim dos anos setenta, as trabalhadoras rurais surgiram como ator social específico articulado às mulheres urbanas. No Paraná organizaram-se a partir de clubes de mães e grupos apoiados pela Igreja Católica, sendo os primeiros onde foi debatida a opressão da mulher na sociedade, a família e a igreja. Em 1981, durante um Encontro da Comissão Pastoral da Terra, formulou-se a necessidade de uma articulação regional que levou à realização, no mesmo ano, do Primeiro Encontro Regional de Mulheres com representantes rurais e urbanas.

Em 1984, constituiu-se a Articulação de Movimentos e Organizações das

Mulheres de Classe Popular do Paraná, consolidando-se o vínculo rural-urbano entre as mulheres e fortalecendo-se sua capacidade de mobilização. No período 1985-1988, sua presença foi indispensável nas grandes romarias da luta pela reforma agrária. Constituíram um segmento ativo nas diferentes lutas, as ocupações de bancos e o fechamento de rodovias contra a política agrária do Governo.

Na Paraíba, em 1982, formou-se o Movimento das Mulheres Trabalhadoras, que reuniu a mulheres camponesas da região. Inicialmente inserido na Pastoral da Terra, transformou-se no referente das mulheres desse Estado. Realizou encontros e reuniões a nível municipal e regional e, pela primeira vez, comemorou o Dia Internacional da Mulher. Sua ação manifestou-se na campanha salarial dos trabalhadores da cana-de-açúcar e

na primeira greve desta atividade, em 1984. No ano seguinte, criou-se a Secretaria da Mulher na CUT Estadual. Esta articulação campocidade, permitiu a formação de núcleos de professoras primárias, que impulsaram a mobilização quando ocorreram as greves desse setor. Desde 1987, sucederam-se encontros por setores de trabalhadoras rurais (assalariadas da cana, do abacaxi, do sisal, pequenas produtoras).

As trabalhadoras rurais lutaram e conseguiram que os Departamentos Estaduais se articassem à Comissão da Questão da Mulher Trabalhadora da CUT. Antecedido pela realização de um Seminário Nacional das Trabalhadoras Rurais, preparatório do I Congresso do Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais, este criou -com participação de mulheres representantes das cinco regiões- a Comissão Nacional da



Questão da Mulher Trabalhadora Rural (CNQMTR), em 1990. Esta Comissão elaborou um programa de ação para os próximos três anos e propôs-se obter o apoio efetivo das direções estaduais às reivindicações femininas. Sua meta consiste em que a luta contra a opressão das mulheres seja realmente uma tarefa de toda a classe trabalhadora.

Por sua parte, o Movimento das Mulheres Agricultoras reuniu, em 1985, sómente em Chapecó, quatro mil mulheres. Desde então, recebeu o apoio da Federação dos Trabalhadores Agrícolas do Estado de Santa Catarina (FETAESC).

Noutro âmbito, há anos uma das prioridades do movimento de mulheres é o apoio às organizações femininas do Movimento Negro. Tanto ONGs especializadas na condição da mulher negra, como organizações de base, têm buscado a articulação das reivindicações de gênero e raça. De fato, em 1988, ao cumprir-se cem anos da abolição da escravidão, informava-se da existência de 343 entidades do Movimento Negro no Brasil, concentradas especialmente em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. Destas, 6,9% (vinte e quatro), eram entidades de gênero dentro da questão racial.

Em 1988, celebrou-se o Primeiro Encontro Nacional de Mulheres Negras (Rio de Janeiro), e a Comissão de Mulheres Negras de São Paulo, o Conselho Estadual da Condição Feminina e a Ordem de Advogados do Brasil, criaram o

Tribunal Winnie Mandela. Correspondeu a este julgar o Centenário da Lei da Abolição da Escravidão em relação à condição atual da mulher negra em todo o País.

Em 1989, o Coletivo de Mulheres Negras da Baixada Santista, celebrou o Primeiro Encontro de Mulheres Negras da região. Entre suas conclusões encontravam-se a inclusão da variável “cor” nas pesquisas sociais, a articulação de uma rede internacional de mulheres negras e a revisão da imagem dos negros nos textos escolares e meios de comunicação.

O movimento feminista

O Ano Internacional da Mulher (1975) constitui um ponto de referência fundamental para o movimento feminista. Gerou condições para o debate e a organização numa conjuntura de cerceamento das liberdades democráticas. Foi um ano em que as mulheres puderam falar de seus problemas específicos e dar os primeiros passos no sentido de ampliar o debate a outros setores sociais. Um grupo de feministas decidiu aproveitar a cobertura das Nações Unidas e promover o debate público sobre a questão feminina. Na sede da Associação Brasileira da Imprensa no Rio de Janeiro, realizou-se o seminário “O papel e comportamento da mulher no Brasil”, marcando uma nova etapa.

No mesmo ano, um grupo de mulheres impulsou a celebração do

Dia Internacional da Mulher no Rio de Janeiro, incluindo debates e atividades que deram origem ao Centro da Mulher Brasileira (CMB), como um grupo que já considerava-se feminista. Também nesse ano celebrou-se o Encontro para o Diagnóstico da Mulher Paulista, onde participaram representantes de partidos, de entidades sindicais, da Igreja, pesquisadoras e feministas independentes. A principal resolução foi a continuidade do trabalho de diagnóstico sobre a condição da mulher através de uma entidade que coordenasse os esforços. Nasceu assim, o Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (CDMB).

Em 1976, criou-se no Rio de Janeiro um grupo feminista chamado “Sociedade, Brasil, Mulher”, em torno do jornal “Brasil Mulher”, fundado em 1975, que teve bastante relevância, pois atingiu uma tiragem de dez mil exemplares num momento difícil para a imprensa chamada alternativa. Com sede em várias cidades do Brasil, a sua visão foi basicamente política, ligando a questão da mulher à mudança social e à luta de classes. Neste sentido, afastou-se de posições feministas mais autônomas em relação aos temas de classe. O jornal deixou de circular em 1980.

Em 1979, surgiu o Coletivo Mulher, novo grupo feminista com uma postura mais radical em relação ao feminismo, sua autonomia e seu papel específico na sociedade. Foi estruturado em base a “grupos de

autoconsenso”, que mais tarde estenderam-se por toda a América Latina.

Estas organizações marcaram o desenvolvimento do movimento feminista no Brasil e iniciaram a realização de Encontros Feministas Nacionais, anuais e bianuais.

Apareceram diferentes publicações feministas: a citada “Brasil Mulher” (1975-1980), “Nós Mulheres” (1976-1978), “Mulherio” (São Paulo) e “Maria Maria” (Goiás).

O desenvolvimento inicial ocorreu em São Paulo e no Rio de Janeiro, onde ampliaram o espaço político da questão feminina. As feministas ligaram-se a diversas organizações femininas, às trabalhadoras sindicalizadas e aos clubes de mães. Em 1979, celebrou-se o Primeiro Congresso da Mulher Paulista, que tornou visível o movimento de mulheres e, nesse mesmo ano, no Rio de Janeiro, o Primeiro Encontro Nacional de Mulheres. A partir de então, acelerou-se o processo de formação de grupos que obtiveram representatividade a nível nacional.

O II Congresso da Mulher Paulista (1980) foi organizado por 52 entidades, onde participaram quatro mil mulheres pertencentes aos grupos mais diversos: estudantes, operárias, donas de casa, empregadas domésticas, moradoras e faveladas, etc. Realizou-se também o Encontro Feminista de Valinhos, onde surgiu a idéia da

criação do SOS-Mulher, como entidade de autodefesa da mulher vítima da violência doméstica e sexual.

Através de diferentes ONGs e grupos, o movimento feminista desenvolveu atividades de estudo, debate e promoção das questões da mulher e participou ativamente na organização de atos públicos, como a celebração do Dia Internacional da Mulher. Por exemplo, a Rede Mulher (1980) promoveu a articulação de grupos de mulheres e oficinas de Educação Popular.

Em 1984, realizou-se o Primeiro Encontro Nacional sobre a Saúde da Mulher, que originou a Carta de Itapeirica, apoiada por mulheres de dezenove Estados. Fortaleceu-se assim o movimento pela saúde da mulher, integrado por vários grupos e ONGs de mulheres que, em 1991, formaram a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos.

Em 1985, o movimento feminista brasileiro acolheu, em Bertioga, o III Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe. Em 1987, celebrou seu próprio Nono Encontro Nacional Feminista, em 1989 o Décimo, e em 1991, o Décimo Primeiro.

Em relação à luta pela preservação do meio ambiente e à Conferência das Nações Unidas a realizar-se no Rio de Janeiro em 1992, alguns grupos feministas criaram Feministas e Meio Ambiente (FEMEA), para atuar conjuntamente nessa conferência.

Redes e coordenações

Do mesmo modo que noutros países da América Latina, o desenvolvimento do movimento de mulheres levou à criação de coordenações e redes de grupos de base ou entre organizações de diferente natureza. No fim dos anos oitenta, existiam diversos tipos delas, algumas de trajetória relevante. Em 1991, criou-se a Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, constituída por quarenta grupos, ONGs, casas da mulher, núcleos de estudo da mulher de vários Estados, e um Conselho Estadual da Condição Feminina.

Inúmeras organizações e ONGs brasileiras articularam-se também a redes internacionais como, por exemplo, a Rede Feminista Latino-Americana e do Caribe contra a Violência Doméstica e Sexual, cujo Primeiro Encontro realizou-se em Recife, em agosto de 1992, com representantes de vinte e um países; a Rede de Saúde das Mulheres Latino-Americanas e do Caribe, e a Rede de Educação Popular entre Mulheres (CEAAL).

Um olhar panorâmico às organizações em cada região de acordo com a informação do CNDM (1987) indica sua clara concentração no Nordeste e no Sudeste, reforçando a imagem de heterogeneidade do movimento feminino brasileiro.

ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Como em toda a América Latina, os organismos internacionais representaram um papel relevante no desenvolvimento das atividades a favor das mulheres. Através de programas especializados, de apoio à ação das ONGs e organizações femininas, constituíram um fator de aglutinação e de aprofundamento da pesquisa e da ação.

Através de seu Programa Regional para a Mulher no Desenvolvimento, o UNICEF desenvolveu projetos de promoção da mulher nas áreas de direito e cidadania, políticas públicas, geração de renda, organizações de mulheres, comunicação e mobilização social. Também prestou apoio a projetos voltados à melhoria da situação das crianças e adolescentes, especialmente invisíveis e vítimas de maior discriminação.

UNIFEM, além de seus atuais programas “Mulher, Meio Ambiente e Desenvolvimento” e “Violência contra a Mulher e Cidadania”, apoiou projetos produtivos, educacionais e de organizações de mulheres, entre outros, cumprindo um papel relevante para a consolidação do movimento de mulheres.

O Fundo das Nações Unidas para Atividades Populacionais (FNUAP) também apoia a realização de eventos como o Congresso Brasileiro de Ginecologia e Obstetrícia do Norte e do Nordeste, e a Conferência Mundial dos Direitos Econômicos da Família.

ORGANISMOS INTERNACIONAIS NO BRASIL, COM PROGRAMAS PARA A MULHER, 1992

Organismo	Programa
UNICEF Fundo das Nações Unidas para a Infância	Programa Regional para a Mulher em Desenvolvimento.
UNIFEM Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher	Mulher, Meio Ambiente e Desenvolvimento. Violência contra a Mulher e Cidadania.
FNUAP Fundo das Nações Unidas para Atividades Populacionais	Assistência Integral em Saúde à Mulher e à Criança. Ações integradas para a Saúde e Educação da Mulher Maranhense. Comunicação e Educação de Famílias de Baixas Rendas.
OPS Organização Pan-Americana da Saúde	Programa Mulher, Saúde e Desenvolvimento.
FLACSO Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Sede Acadêmica Brasil	Área de Estudos de Gênero: Pesquisa, Docência e Assistência Técnica em Questões de Gênero.

OBSERVAÇÕES METODOLÓGICAS

Logicamente, a opção metodológica do projeto Mulheres Latino-Americanas em Dados considera que é possível aumentar a visibilidade e mostrar a especificidade da condição feminina na América Latina, a partir da informação quantitativa disponível -principalmente estatística e gerada sobretudo pelos organismos públicos- estabelecendo critérios para seu máximo aproveitamento desde uma perspectiva de gênero e indicando as limitações da informação assim recolhida. Essa opção apoia-se nas convenções das agências das Nações Unidas e, especialmente, nas recomendações do Instituto Internacional de Pesquisas e Capacitação das Nações Unidas para a Promoção da Mulher (INSTRAW).

A partir destes elementos estruturou-se -com a assessoria de especialistas de agências das Nações Unidas para América Latina- um quadro geral de demandas informativas em oito capítulos, optando-se por aquelas variáveis e indicadores que pareciam mais adequados. Tudo isso, levando em conta que, tratando-se de um projeto de alcance regional, existia a necessidade de priorizar a informação que fosse comparável.

No caso do Brasil, adotou-se a opção particular de incluir, na medida do possível, informação desagregada por grandes regiões e grupos étnicos, com o propósito de dar conta da heterogeneidade que caracteriza a complexa realidade deste País. Se a situação da população de cor não é suficientemente apresentada neste estudo, isto deve-se à inexistência de informação sistemática pertinente. O mesmo acontece, principalmente, com a população indígena, cuja situação é apenas esboçada.

A continuação formulam-se algumas observações e indicam-se os maiores obstáculos metodológicos enfrentados, em cada tema, no caso do Brasil.

IDENTIFICAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO PAÍS

Devido aos problemas de comparabilidade na região, utilizaram-se as séries sobre informação econômica elaboradas por organismos internacionais, principalmente a CEPAL, o BID e o Banco Mundial, cujas fontes procedem de organismos oficiais de cada um dos países.

Em relação aos dados sobre pobreza, utilizaram-se as estimativas da CEPAL incluídas no trabalho "Magnitude da pobreza na América Latina nos oitenta", CEPAL, Santiago do Chile, 1990, assim como o estudo de Tolosa, H.C. "Pobreza no Brasil: uma avaliação dos anos oitenta", IPEA-INPES, São Paulo, 1990, que usa outra metodologia, estabelecendo a linha de pobreza em relação ao salário mínimo.

DEMOGRAFIA

A informação utilizada procede do Centro Latinoamericano de Demografia (CELADE) e, principalmente, do organismo produtor nacional, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que é o responsável da realização de Censos e Pesquisas. Quanto ao CELADE, convém salientar que foi usado o último Boletim Demográfico (Nº 51), que precisamente corrige os dados anteriores do Brasil, no sentido de estimar uma queda mais acentuada da fecundidade durante a década dos oitenta, o que reduz seu crescimento populacional.

No tocante aos registros nacionais, existe no Brasil um problema geral de falta de atualização, produto das dificuldades que enfrenta o IBGE e, em geral, o sistema estatal de informação estatística. Desde 1988 não foi publicada nenhuma Pesquisa de Domicílio (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, PNAD), emitindo-se somente informação parcial para casos específicos. Em 1991, realizou-se o Censo Demográfico, mas seu processamento foi tão demorado que, no início de 1993, o IBGE não sabia com certeza quando ficaria disponível. Por isso, quando foi necessário utilizar informação de Censos, recorreu-se ao último processado, o de 1980, apesar de sua falta de atualização.

A tentativa de mostrar a diversidade demográfica do Brasil enfrentou diferentes problemas, especialmente quanto ao fator étnico. Por um lado, não houve continuidade na solicitação de informação sobre raças (o Censo de 1980 não incluiu a questão). Existiram também problemas relativos à forma de registrá-la: a categoria dos "pardos" inclui diferentes tipos de mestiçagem e, salvo no Censo de 1991, também os propriamente indígenas. Finalmente, existe um viés cultural nas declarações de cor, sobretudo quanto à recusa a se reconhecer sob a categoria de "negros", que parece ser mais forte na população feminina.

Em relação à diversidade regional, uma primeira dificuldade consistiu em que durante os anos oitenta não foi pesquisada a zona rural da região Norte, que abrange aproximadamente a metade de sua população, razão pela qual foram utilizadas, sempre que possível, as estimativas do Anuário Estatístico do Brasil. Uma outra dificuldade foi a ausência de registro atualizado das migrações em direção às regiões com fronteira agrícola, especialmente à do Norte.

Quanto à questão da chefia da família, surgiram problemas de ordem cultural, como noutros países da América Latina, mas as observações pertinentes são indicadas no texto. Para os dados sobre a família e o domicílio, utilizaram-se os trabalhos recolhidos nos anais do VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, que promoveu, em 1990, a Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP).

TRABALHO

Assim como em outros países da América Latina, a informação sobre participação na força de trabalho das mulheres apresenta sérios problemas metodológicos. Existe consenso quanto ao subregistro da mesma, especialmente nos setores informal e agrícola. Tais problemas já foram comentados nos textos explicativos; em consequência, aqui somente observações complementares serão formuladas.

O registro como população em idade de trabalhar das pessoas de 10 e mais anos, implica um viés na comparação com o resto da América Latina, onde tende-se a estabelecer a idade mínima em 15 anos. Optou-se por manter as taxas desse nível etário, mas esta diferença deve tomar-se em conta no momento de efetuar comparações no contexto latino-americano.

Em relação à estrutura ocupacional, as Pesquisas de Domicílio (PNAD) não publicam categorias nem grupos ocupacionais desagregados por sexo. Isto levou a utilizar o último Censo, o de 1980, perdendo necessariamente atualização.

EDUCAÇÃO

A informação sobre analfabetismo e nível de estudos adquiridos pela população procede de Censos e Pesquisas. Não existem dados sobre analfabetismo funcional.

O Brasil evidencia uma séria deficiência de informação sobre matrícula nos diferentes níveis educativos, pois o Ministério competente não fornece dados desagregados por sexo desde 1980, nem o governo incorpora este tipo de informação em seus relatórios estatísticos anuais às Nações Unidas, o que se traduz em que não são registrados no Anuário da UNESCO, por exemplo. Também não se publica desagregada por sexo a informação sobre capacitação profissional. Estas deficiências obstaculizam consideravelmente o conhecimento atualizado quanto à condição educativa das brasileiras.

SAÚDE

A informação correspondente a este capítulo -extraída de diversas fontes: IBGE, Ministério de Saúde, OPAS, CELADE- apresenta um problema substancial: a falta de controle clínico em algumas regiões -especialmente no Norte e no Nordeste- faz com que não exista informação consolidada sobre a condição de saúde de aproximadamente uma quarta parte da população brasileira total. Isto significa que essa informação é questionada em alguns pontos principais para a saúde da mulher como, por exemplo, a mortalidade materna. Por isso, também foi incluída a estimativa realizada pelo Centro de Informações para a Saúde, sobre a base dos Indicadores de Mortalidade de 1986.

Outro problema grave reside em que, para alguns temas principais, não se publicam dados desagregados por sexo. Onde isto é mais evidente é na morbidade, especialmente no referente a egressos hospitalares.

Informação valiosa sobre saúde reprodutiva foi obtida através dos trabalhos compilados nos anais do VIII Encontro de Estudos Populacionais, convocado pela ABEP em 1992.

LEGISLAÇÃO

A situação jurídica da mulher analisou-se à luz de quatro grandes corpos legais: a Constituição Política, o Código Civil, o Código Penal e

o Código do Trabalho. Estes textos legais foram selecionados, dado que cada um deles inclui as disposições mais importantes que consagram a igualdade ou a desigualdade entre mulheres e homens.

Também foi incluído um capítulo sobre direitos reprodutivos, disciplina ainda em fase de formação, não codificada e escassamente regulamentada. Por isso, seu tratamento ajustou-se a um esquema diferente, tanto neste caso como no dos outros países, onde as situações são sempre diversas.

Apesar de que a análise restringiu-se ao direito positivo, em algumas ocasiões aludiu-se às reformas legais que estão pendentes no Parlamento e que contribuem à melhoria da condição da mulher.

No caso do Brasil, surgiu um problema particular: a Constituição de 1988 consagrou a igualdade entre homens e mulheres. A legislação ordinária, principalmente o Código Civil, não tem sido ajustada às disposições constitucionais, apesar de que a jurisprudência estabeleceu que devem considerar-se revogadas todas as normas contrárias à Constituição. No entanto, as sentenças dos tribunais sómente são aplicáveis a assuntos particulares submetidos a seu conhecimento. Por isso, no caso do direito de família, preferiu-se transcrever a disposição pertinente, indicando quando era o caso, que devia considerar-se revogada por ser contrária à Constituição. De todas formas, a segurança jurídica faz recomendável a revogação expressa das normas contrárias à Constituição e a promulgação de novas disposições legais que desenvolvam e regulamentem os preceitos constitucionais.

PARTICIPAÇÃO SÓCIO-POLÍTICA

Esta área temática apresentou sérias dificuldades. Dada a complexidade e extensão do País, além dos problemas de acesso à informação, optou-se por entregar os dados de nível federal. Para alguns temas, foi possível apresentá-la por região e/ou Estado.

No Brasil, os votantes não são registrados nos atos eleitorais por sexo, e sómente foi possível obter informação para alguns anos. Por outro lado, a acidentada história política do País, dificulta dar conta da evolução, principalmente da participação em partidos políticos. Por outro lado, apesar de que sob o autoritarismo militar o Congresso Nacional foi mantido, a permanência do regime repressivo impossibilita a comparação entre períodos. Quanto ao Poder Judiciário, não foi possível obter informação de Juizados e Tribunais de primeira e segunda instância para nenhuma região nem Estado. Especialmente inacessível foi a informação sobre a participação feminina em organizações sindicais, empresariais, gremiais e populares.

Para dar uma imagem da participação social e política das mulheres, consultaram-se diversas fontes acadêmicas. Entre elas: Barroso, C., *Mulher, Sociedade e Estado no Brasil*, UNICEF - Editora Brasiliense S.A., São Paulo, 1982; Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, *A mulher como objeto de estudo*, Série Estudos PUC/RJ, Nº 11, Rio de Janeiro, 1982; Tabak, F., *Mulher e democracia no Brasil*, Núcleo de Estudos sobre a Mulher, PUC, Rio de Janeiro, 1987; Pires do Rio Caldeira, T., *Mulheres, Cotidianidade e Política*, em Jelin, E. (comp.), *Cidadania e Identidade*, UNRISD, Ginebra, 1987; Síntesis, *Revista Documental de Ciencias Sociales Iberoamericanas* Nº 11, Brasil, mayo-agosto 1990, Madrid. A seção sobre participação nas organizações sindicais e rurais baseia-se nas revistas da CUT de 1991 e 1992.

ORGANISMOS E AÇÃO DE PROMOÇÃO DA MULHER

Como em toda a América Latina, este capítulo implica dificuldades metodológicas adicionais. A ausência de fontes e registros oficiais de informação, agudizada pelos avatares políticos, sómente permitiu reconstituir parcialmente uma imagem deste âmbito tão relevante para as mulheres. Para elaborar essa imagem, consultaram-se as mesmas fontes utilizadas no capítulo anterior, e publicações periódicas de Isis Internacional (Ediciones de las Mujeres) e *Mujer Fempress*, de 1985 até 1992.

Em relação aos organismos não governamentais e organizações sociais de mulheres, utilizou-se o catálogo "Grupos, Instituições, Associações... de Mulheres", do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), 1989. Este catálogo não utiliza estas categorias e combina organizações de base com instituições de longa trajetória. Considerando que a demanda informativa do projeto exigia a apresentação desta informação em forma separada, procedeu-se à análise das fichas do catálogo e a sua desagregação. De qualquer maneira, convém salientar que este catálogo é incompleto, pois sómente inclui as respostas de organizações e ONGs, ao questionário enviado pelo CNDM. O vazio mais significativo ocorre no tocante à quantificação das organizações de base de mulheres, ou seja, dos grupos de subsistência, produtivos, cooperativas, grupos de mulheres negras, núcleos feministas, etc. Não foi possível encontrar informação quantitativa sobre organizações de mulheres indígenas.

Este livro
foi impresso
em Santiago do Chile
durante o verão
de 1993.